



**54 perguntas sobre  
Jesus Cristo**

# 54 perguntas sobre Jesus Cristo

A equipa que realizou este trabalho está composta pelos  
professores Francisco Varo (director), Juan Chapa, Vicente Balaguer,  
Gonzalo Aranda, Santiago Ausín e Juan Luis Caballero  
da Universidade de Navarra

**Capa:** "O Baptismo de Cristo", Piero Della Francesca  
National Gallery, Londres

Gabinete de Informação do Opus Dei, 2015

Versão: 2

# ÍNDICE

## Apresentação

1. O que sabemos realmente sobre Jesus?
2. O que foi a estrela do Oriente?
3. Por que se celebra o nascimento de Jesus a 25 de Dezembro?
4. Que significado tem a virgindade de Maria?
5. São José esteve casado por segunda vez?
6. O que foi a matança dos inocentes? É histórica?
7. Jesus nasceu em Belém ou em Nazaré?
8. Onde e como nasceu Jesus?
9. Jesus era solteiro, casado ou viúvo?
10. Quem foram os doze Apóstolos?
11. Situação actual da investigação histórica sobre Jesus
12. Que credibilidade histórica tem a Bíblia?
13. Quem foram os evangelistas?
14. Como foram escritos os evangelhos?
15. Como foram transmitidos os evangelhos?
16. Em que idioma falou Jesus?
17. Que relações teve Jesus com o império romano?
18. Pode negar-se a existência histórica de Jesus?
19. O que são os evangelhos canónicos e os apócrifos? Quais e quantos são?
20. Que diferenças há entre os evangelhos canónicos e os apócrifos?
21. Que dizem os evangelhos apócrifos?
22. O que são os gnósticos?
23. Que dados sobre Jesus nos dão as fontes romanas e judaicas?
24. Quem eram os fariseus, saduceus, essénios e zelotes?
25. Que importância têm os manuscritos de Qumran?
26. O que é a biblioteca de Nag Hammadi?
27. Jesus teve irmãos?
28. Quem foi Maria Madalena?

- [29. Que relação teve Jesus com Maria Madalena?](#)
- [30. O que diz o “Evangelho de Maria \[Madalena\]”?](#)
- [31. Era normal que tantas mulheres rodeassem Jesus?](#)
- [32. Que influência teve S. João Baptista em Jesus?](#)
- [33. Jesus era discípulo de S. João Baptista?](#)
- [34. Que relação teve Pedro com Maria Madalena?](#)
- [35. O que se passou na Última Ceia?](#)
- [36. Porque é que condenaram Jesus à morte?](#)
- [37. Quem foi Caifás?](#)
- [38. O que era o Sinédrio?](#)
- [39. Como foi a morte de Jesus?](#)
- [40. ¿Como se explica a ressurreição de Jesus?](#)
- [41. Poderiam ter roubado o corpo de Jesus?](#)
- [42. Quem foi José de Arimatéia?](#)
- [43. Em que consiste substancialmente a mensagem cristã ?](#)
- [44. Quem foi S. Paulo e como transmitiu os ensinamentos de Jesus?](#)
- [45. Que diz o Evangelho de Filipe?](#)
- [46. Como se explicam os milagres de Jesus?](#)
- [47. Jesus quis realmente fundar uma Igreja?](#)
- [48. O que é o Santo Graal? Que relações tem com o Santo Cálice?](#)
- [49. Quem foi Pôncio Pilatos?](#)
- [50. Que opiniões políticas tinha Jesus?](#)
- [51. Quem foi Constantino?](#)
- [52. O que foi o Édito de Milão?](#)
- [53. O que sucedeu no Concílio de Niceia?](#)
- [54. O que diz o Evangelho de Judas?](#)

[Sobre](#)

## APRESENTAÇÃO

Escreve São Mateus que quando Jesus entrou em Jerusalém toda a cidade se alvoraçou e os seus habitantes diziam: «Quem é este?» (Mt 21,10). Era a pergunta que faziam amiúde aqueles que testemunhavam a atividade daquele Mestre de Nazaré. Praticamente em cada página do evangelho encontramos diferentes personagens que perguntam algo sobre Ele: donde procede, como é que ensina com tanta autoridade, donde lhe vem o poder que tem, como pode fazer milagres, porque parece opor-se aos costumes do seu tempo, como é que as autoridades o rejeitam... São perguntas que então se fizeram e que se continuaram a fazer ao longo da história.

Crentes e não crentes, cristãos que procuram afiançar a sua fé e caçadores de desculpas para ridiculizar a religião, pessoas que necessitam de dados verificáveis para se aproximarem da verdade e pessoas assaltadas por dúvidas não deixaram de procurar informação sobre a existência e a personalidade de Jesus de Nazaré: existiu? Sabe-se com certeza alguma coisa do que fez ou disse? São fiáveis os evangelhos e os escritos cristãos para conhecer a realidade? Foram conservadas informações autênticas acerca de Jesus em textos não cristãos? É possível contrastar em fontes literárias antigas — independentes das fontes cristãs — a verosimilhança do que dizem os evangelhos? Os textos cristãos são obras tendenciosas que apenas oferecem a versão prepotente dos que conseguiram impor as suas ideias pela força?

As perguntas são, desde há muito, mais ou menos as mesmas e as respostas não variaram. No entanto, nos últimos anos, certos achados arqueológicos não só despertaram a atenção dos peritos como suscitaram a curiosidade do grande público, apresentando, ao menos aparentemente, novos dados que tornavam insatisfatórias as respostas tradicionais a essas perguntas.

Documentos escritos em papiro e pergaminho encontrados nas grutas de Qumrán (no deserto de Judá), coleções de códices achados em Nag-Hammadi ou noutros lugares do Egipto, textos cristãos antigos relidos à luz destas descobertas proporcionaram uma informação direta e indireta sobre grupos marginais judeus ou cristãos em épocas muito remotas — algumas vezes quase contemporâneas de Jesus — e colocaram questões até agora difíceis de imaginar.

Se às notícias dos novos achados (que nalguns casos não passaram de refinadas falsificações) acrescentarmos as interpretações sensacionalistas sobre as figuras de Jesus, dos apóstolos ou de Maria Madalena, que aparecem quase diariamente nos jornais, revistas ou programas de rádio e televisão deparamo-nos com que a necessidade de dar resposta a essas questões se torna cada vez mais urgente.

Além disso, descobre-se que, uma vez desperto o apetite de uma curiosidade faminta, proliferam as novelas de ficção onde as origens cristãs e os seus desenvolvimentos iniciais jogam um papel essencial. São relatos que costumam apresentar uma trama verosímil com os últimos achados (ou, ao menos, com alguns), habilmente adereçada com uma ação trepidante.

Quem sabe por quê? O certo é que a combinação resultou numa fórmula de grande êxito do ponto de vista comercial e contribuiu para encher as estantes das livrarias de obras curiosas.

No entanto, entre este tipo de literatura de ocasião e a receção acrítica de informações pseudo-científicas, criou-se um ambiente de desconfiança e de suspeita para com a tradição recebida que não faz justiça ao passado. A linha entre a ficção e a realidade esfuma-se e generalizam-se as afirmações que nada têm a ver com a verdade histórica.

Seja por isso ou pelo que for, o certo é que a confusão reinante, as apresentações parciais — quando não tendenciosas — dos novos achados e a sensibilidade crítica da nossa época exigem poder dispor dos dados históricos necessários para dar respostas corretas.

Com esta finalidade se escreveram as páginas que se seguem. Trata-se de material de apoio para oferecer informação concreta e contrastável a questões históricas de atualidade sobre Jesus e o desenvolvimento do cristianismo primitivo. Foi elaborado com a intenção de proporcionar uma informação sintética a uma seleção de perguntas das muitas que se podem fazer. As respostas não foram pensadas para especialistas, mas para toda a pessoa que queira encontrar uma resposta concisa do ponto de vista histórico a algumas das perguntas sobre estes temas que hoje em dia suscitam um especial interesse.

Como o leitor poderá observar, as respostas são breves e em cada uma delas poder-se-ia dizer muito mais coisas. Por isso se disponibiliza no final do livro uma bibliografia selecionada para aprofundar ou contextualizar o que aqui se afirma de maneira sucinta.

Este pequeno livro é fruto de um trabalho em equipa. Entrevieram nele Francisco Varo, Gonzalo Aranda, Vicente Balaguer, Santiago Ausín e Juan Luis Caballero, todos colegas do Departamento de Sagrada Escritura da Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra.

A tarefa de coordenação foi sumamente fácil e grata. A todos agradeço, pois, a colaboração prestada para a poder realizar.

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

# 1

## O QUE SABEMOS REALMENTE SOBRE JESUS?

De Jesus de Nazaré temos mais e melhor informação do que sobre a maioria das personagens do seu tempo. Dispomos de tudo o que as testemunhas da sua vida e da sua morte nos transmitiram: tradições orais e escritas sobre a sua pessoa – entre as quais se destacam os quatro evangelhos – que foram transmitidas na realidade da comunidade de fé viva que ele estabeleceu e que continua até aos dias de hoje. Esta comunidade é a Igreja, composta por milhões de seguidores de Jesus ao longo da história, que o conheceram pelos dados que, sem interrupção, lhes transmitiram os primeiros discípulos. Os dados que aparecem nos evangelhos apócrifos, bem como os que aparecem noutras referências extra bíblicas, não contribuem com nenhuma informação substancial, além da que nos oferecem os evangelhos canónicos tal como foram transmitidos pela Igreja.

Até à Ilustração, crentes e não crentes estavam convencidos de que o que podíamos conhecer sobre Jesus estava contido nos evangelhos. No entanto, por serem relatos escritos com uma perspectiva de fé, alguns historiadores do século XIX questionaram a objectividade dos seus conteúdos. Para estes estudiosos, os relatos evangélicos eram pouco credíveis porque não continham o que Jesus fez e disse, mas aquilo em que acreditavam os seguidores de Jesus, uns anos depois da sua morte. Como consequência disto, durante as décadas seguintes e até meados do século XX levantou-se o problema da veracidade dos evangelhos e chegou a afirmar-se que de Jesus “não podemos saber quase nada” (Bultmann).

Actualmente, com o desenvolvimento da ciência histórica, os avanços arqueológicos, e um maior e melhor conhecimento das fontes antigas, pode-se afirmar com palavras de um conhecido especialista do mundo judeu do século I d.C. – a quem não se pode classificar propriamente de conservador – que “podemos saber muito de Jesus” (Sanders). Este mesmo autor, por exemplo, assinala “oito factos inquestionáveis”, do ponto de vista histórico, sobre a vida de Jesus e sobre as origens cristãs: 1) Jesus foi baptizado por João Baptista; 2) era um galileu que pregou e fez curas; 3) chamou discípulos e disse que eram doze; 4) limitou a sua actividade a Israel; 5) manteve uma controvérsia sobre o papel do

templo; 6) foi crucificado fora de Jerusalém pelas autoridades romanas; 7) após a morte de Jesus, os seus seguidores continuaram a formar um movimento identificável; 8) pelo menos alguns judeus perseguiram alguns grupos do novo movimento (Gl 1, 13.22; Fl 3, 6) e, provavelmente, esta perseguição durou no mínimo até perto do fim do ministério de Paulo (2 Co 11, 24; Gl 5, 11; 6, 12; cf. Mt 23, 34; 10, 17).

Sobre esta base mínima em que os historiadores estão de acordo, podem determinar-se como fidedignos, do ponto de vista histórico, os outros dados contidos nos evangelhos. A aplicação dos critérios de historicidade sobre estes dados permite estabelecer o grau de coerência e probabilidade das afirmações evangélicas, e que, o que se contém nesses relatos, é substancialmente certo.

Por último, convém recordar que o que sabemos de Jesus é fiável e credível porque os testemunhos são dignos de credibilidade e porque a tradição é crítica consigo mesma. Além disso, o que a tradição nos transmite resiste à análise da crítica histórica. É certo que das muitas coisas que se nos transmitiram só algumas podem ser demonstráveis pelos métodos empregados pelos historiadores. No entanto, isto não significa que as não demonstráveis por estes métodos não aconteceram, mas que só podemos ter dados sobre a sua maior ou menor probabilidade. E não esqueçamos, por outro lado, que a probabilidade não é determinante. Há acontecimentos muito pouco prováveis que sucederam historicamente. O que sem dúvida é verdade é que os dados evangélicos são razoáveis e coerentes com os dados demonstráveis. Seja como for, é a tradição da Igreja, em que estes escritos nasceram, a que nos dá garantias da sua fiabilidade e a que nos diz como interpretá-los.

*Bibliografia: A. Vargas Machuca, El Jesús histórico. Un recorrido por la investigación moderna, Universidad Pontificia de Comillas, Madrid 2004; J. Gnilka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); R. Latourelle, A Jesús el Cristo por los Evangelios. Historia y hermenéutica, Sígueme, Salamanca 1986; F. Lambiasi, L'autenticità storica dei vangeli. Studio di criteriologia, EDB, Bologna 1986.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## 2

### O QUE FOI A ESTRELA DO ORIENTE?

A estrela do Oriente é mencionada no evangelho de S. Mateus. Uns magos perguntam em Jerusalém: “Onde está o Rei dos Judeus que acaba de nascer? Porque vimos a sua estrela no Oriente e viemos para o adorar” (Mt 2, 2).

Os dois capítulos iniciais dos evangelhos de S. Mateus e de S. Lucas narram algumas cenas da infância de Jesus, pelo que se costumam denominar “evangelhos da infância”. A estrela aparece no “evangelho da infância” de S. Mateus. Os evangelhos da infância têm um carácter ligeiramente diferente ao do resto do evangelho. Por isso estão cheios de evocações a textos do Antigo Testamento que dão grande significado aos gestos. Neste sentido, a sua historicidade não se pode examinar da mesma maneira que a do resto dos episódios evangélicos. Dentro dos evangelhos da infância, há diferenças. O de S. Lucas é o primeiro capítulo do evangelho, mas em S. Mateus é como que um resumo dos conteúdos de todo o texto. A passagem dos Magos (Mt 2, 1- 12) mostra que uns gentios, que não pertencem ao povo de Israel descobrem a revelação de Deus através do seu estudo e dos seus conhecimentos humanos (as estrelas), mas não chegam à plenitude da verdade senão através das Escrituras de Israel.

No tempo em que foi composto o evangelho era relativamente normal a crença de que o nascimento de alguém importante ou de algum acontecimento relevante se anunciava com um prodígio no firmamento. Dessa crença participava o mundo pagão (cf. Suetónio, *Os doze Césares, Augusto*, 94; Cícero, *De Divinatione* 1, 23, 47; etc.) e o judeu (Flávio Josefo, *As Guerras Judaicas*, 5, 3, 310- 312; 6, 3, 289). Além disso, o livro dos Números (22-24) recolhia um oráculo em que se dizia: “De Jacob vem uma estrela, em Israel se levantou um ceptro” (Nm 24, 17). Esta passagem interpretava-se como um oráculo de salvação sobre o Messias. Nestas condições, oferecem o contexto adequado para entender o sinal da estrela.

A exegese moderna perguntou que fenómeno natural podia ter ocorrido no firmamento, que fosse interpretado pelos homens daquele tempo como extraordinário. As hipóteses que se deram são sobretudo três: 1) Kepler (séc. XVII) falou de uma estrela nova, uma supernova (trata-se de uma estrela muito distante, que explode de tal modo que, durante

umas semanas, emite mais luz e é perceptível da terra); 2) um cometa, pois os cometas seguem um percurso regular, mas elíptico, à volta do sol (na parte mais distante da sua órbita não são perceptíveis a olho nu, mas se estão próximos podem ver-se durante algum tempo).

Também esta descrição coincide com o que se assinala no relato de Mateus, mas a aparição dos cometas conhecidos que se vêm da terra, não coincide com as datas da estrela; 3) Uma conjunção planetária de Júpiter e Saturno. Também Kepler chamou a atenção para este fenómeno periódico, que, se não estamos enganados nos cálculos, pode muito bem ter ocorrido nos anos 6 ou 7 antes da nossa era, quer dizer, naqueles em que a investigação mostra que nasceu Jesus.

*Bibliografia: A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; S. Muñoz Iglesias, Los evangelios de la infancia. IV, BAC, Madrid 1990; J. Danielou, Los evangelios de la infancia, Herder, Barcelona 1969.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

### 3

#### POR QUE SE CELEBRA O NASCIMENTO DE JESUS A 25 DE DEZEMBRO?

Os primeiros cristãos não parece que celebrassem os seus dias de nascimento (cf., por ex., Orígenes, PG XII, 495). Celebravam o *dies natalis*, o dia da sua entrada na pátria definitiva (por ex., *Martírio de Policarpo* 18, 3), como participação na salvação operada por Jesus, ao vencer a morte com a sua paixão gloriosa. Recordam com precisão o dia da glorificação de Jesus, o 14/15 de Nisan, mas não a data do seu nascimento, de que nada nos dizem os dados evangélicos.

Até ao século III não temos notícias sobre a data do nascimento de Jesus. Os primeiros testemunhos dos Padres e escritores eclesiásticos assinalam diversas datas. O primeiro testemunho indirecto de que o nascimento de Cristo fosse a 25 de Dezembro oferece-o Sexto Júlio Africano no ano 221. A primeira referência directa à sua celebração é a do calendário litúrgico filocaliano do ano 354 (MGH, IX, I, 13-196): *VIII kal. Ian. natus Christus in Betleem Iudeae* (“a 25 de Dezembro nasceu Cristo em Belém da Judeia”). A partir do século IV os testemunhos deste dia como data do nascimento de Cristo são comuns na tradição ocidental, enquanto que na tradição oriental prevalece a data de 6 de Janeiro.

Uma explicação bastante difundida é a de que os cristãos optaram por esse dia porque, a partir do ano 274, se passou a celebrar em Roma a 25 de Dezembro o *dies natalis Solis invicti*, o dia do nascimento do Sol invicto, a vitória da luz sobre a noite mais longa do ano. Esta explicação apoia-se no facto da liturgia do Nascimento e os Padres da época estabelecerem um paralelismo entre o nascimento de Jesus Cristo e expressões bíblicas como «sol de justiça» (Ml 3, 20) e «luz do mundo» (Jo 1, 4ss). No entanto, não há provas de que fosse assim e parece difícil imaginar que os cristãos daquela época quisessem adaptar festas pagãs ao calendário litúrgico, especialmente porque até há bem pouco tempo tinham sofrido a perseguição. É possível, não obstante, que com o correr do tempo, a festa cristã fosse absorvendo a pagã.

Outra explicação mais plausível faz depender a data do nascimento de Jesus da data da sua encarnação, que por sua vez se relacionava com a data da sua morte. Num tratado anónimo sobre solstícios e equinócios afirma-se que “Nosso Senhor foi concebido a 8 das

kalendas de Abril no mês de Março (25 de Março), que é o dia da paixão do Senhor e o da sua concepção, pois foi concebido no mesmo dia em que morreu” (B. Botte, *Les Origines de la Noël et de l'Épiphanie*, Louvain 1932, l. 230-33). Na tradição oriental, apoiando-se noutro calendário, a paixão e a encarnação do Senhor celebram-se a 6 de Abril, data que coincide com a celebração do Nascimento a 6 de Janeiro.

A relação entre paixão e encarnação é uma ideia que está em consonância com a mentalidade antiga e medieval, que admirava a perfeição do universo como um todo, onde as grandes intervenções de Deus estavam vinculadas entre si. Trata-se de uma concepção que também encontra as suas raízes no judaísmo, onde criação e salvação se relacionavam com o mês de Nisan. A arte cristã reflectiu esta mesma ideia ao longo da história ao pintar, na Anunciação da Virgem, o Menino Jesus descendo do céu com uma cruz. Assim, é possível que os cristãos vinculassem a redenção operada por Cristo com a sua concepção, e esta determinasse a data do nascimento. “O mais decisivo foi a relação existente entre a criação e a cruz, entre a criação e a concepção de Cristo” (J. Ratzinger, *Introdução ao espírito da liturgia*).

*Bibliografia: Josef Ratzinger, Der Geist der Liturgie. Eine Einführung, Herder, 2000 (ed. port. Introdução ao espírito da liturgia, Paulinas, Lisboa 2001); Thomas J. Tolley, The origins of the liturgical year, 2nd ed., Liturgical Press, Collegeville, MN 1991.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## 4

### QUE SIGNIFICADO TEM A VIRGINDADE DE MARIA?

Que Maria concebeu Jesus sem intervenção de varão é afirmado claramente nos dois primeiros capítulos dos evangelhos de S. Mateus e de S. Lucas: “ o que nela foi concebido é obra do Espírito Santo”, diz o anjo a S. José (Mt 1, 20); e a Maria que pergunta “ Como se fará isso, pois eu não conheço homem?” o anjo responde-lhe: “ O Espírito Santo descera sobre ti e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a Sua sombra...” (Lc 1, 34-35). Por outro lado, o facto de Jesus confiar a sua Mãe a S. João, quando está na Cruz, pressupõe que a Virgem não tivesse outros filhos. Que nos evangelhos se mencionem por vezes os “irmãos de Jesus”, pode explicar-se pelo uso do termo “irmãos” em hebreu no sentido de parentes próximos (Gn 13, 8; etc.); ou pensando que S. José tinha filhos de um matrimónio anterior; ou usando o termo em sentido de membro do grupo de crentes tal como se usa no Novo Testamento (Act 1, 15). A igreja sempre acreditou na virgindade de Maria e chamou-a “a sempre virgem” (*Lumen Gentium* 52), quer dizer, antes, durante e depois do parto, como confessa uma fórmula tradicional.

A concepção virginal de Jesus deve ser entendida como uma obra do poder de Deus – “porque a Deus nada é impossível” (Lc 1, 37) – que escapa a toda compreensão e a qualquer possibilidade humanas. Nada tem a ver com as representações mitológicas pagãs nas quais um deus se une a uma mulher fazendo as vezes do varão. A concepção virginal de Jesus trata-se de uma obra divina no seio de Maria semelhante à criação. Isto é impossível de aceitar para o não crente, tal como o era para os judeus e para os pagãos, entre os quais se inventaram toscas histórias acerca da concepção de Jesus, como a que a atribui a um soldado romano chamado Pantheras. Na realidade, esse personagem é uma ficção literária sobre a qual se inventa uma lenda para fazer troça dos cristãos. Do ponto de vista da ciência histórica e filológica, o nome Pantheras (ou Pandera) é uma paródia viciada da palavra *parthénos* (que em grego significa virgem). Aqueles povos, que utilizavam o grego como língua de comunicação em grande parte do império romano de oriente, ouviam os cristãos falar de Jesus como do Filho da Virgem (*huiós parthénou*), e quando queriam troçar deles

chamavam-no «o filho de Pantheras». Tais histórias, ao fim e ao cabo, apenas testemunham que a Igreja acreditava na virgindade de Maria, ainda que parecesse impossível.

A concepção virginal de Jesus é um sinal de que Jesus é verdadeiramente Filho de Deus por natureza – daí que não tenha um pai humano – ao mesmo tempo que é verdadeiro homem nascido de uma mulher (Gl 4, 4). Nas passagens evangélicas mostra-se a absoluta iniciativa de Deus na história humana para nos obter a vinda da salvação, e que esta se insere na própria história, como mostram as genealogias de Jesus.

Jesus, concebido pelo Espírito Santo e sem cooperação de varão, pode ser melhor compreendido como o novo Adão, que inaugura uma nova criação à qual pertence o homem novo redimido por Ele (1 Cor 15, 47; Jo 3, 34).

A virgindade de Maria é além disso sinal da sua fé sem sombra de qualquer dúvida, e da sua entrega plena à vontade de Deus. Inclusivamente se diz que por essa fé, Maria concebe Cristo antes na sua mente que no seu ventre, e que “é mais bem aventurada ao receber Cristo pela fé, que ao conceber no seu seio a carne de Cristo” (Santo Agostinho). Sendo virgem e mãe, Maria é também figura a Igreja e a sua mais perfeita realização.

*Bibliografia: Catecismo da Igreja Católica, nn. 484-511; Francisco Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 212-219).*

Gonzalo Arandar

[Voltar ao índice](#)

## 5

### SÃO JOSÉ ESTEVE CASADO POR SEGUNDA VEZ?

Segundo S. Mateus, quando a Santíssima Virgem concebeu virginalmente Jesus, estava desposada com São José embora ainda não vivessem juntos (Mt 1, 18). Tratava-se da situação prévia aos desposórios que, entre os judeus, suponha um compromisso tão forte e real, que os comprometidos podiam ser já chamados esposo e esposa, e que só podia ser anulado mediante o repúdio. Do texto de S. Mateus deduz-se que, após o anúncio do anjo a José explicando-lhe que Maria concebera por obra do Espírito Santo (Mt 1, 20), se casaram e passaram a viver juntos. A narração da fuga e regresso do Egipto, e o estabelecimento em Nazaré (Mt 2, 13-23), bem como o episódio da apresentação do Menino no Templo – quando tinha doze anos, acompanhado pelos seus pais, tal como relata S. Lucas (Lc 2, 41-45) – assim o deixam entender. S. Lucas, além disso, ao narrar a anunciação do anjo a Maria apresenta-a como “uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de David”. Portanto, segundo estes evangelhos, São José esteve casado com a Santíssima Virgem. Este é o dado que pertence com certeza à tradição histórica recolhida nos evangelhos.

Ora bem, se essas foram as segundas núpcias de São José, ou se São José, já ancião e viúvo, não chegou a desposar a Virgem Maria, mas que unicamente cuidou dela como de uma virgem a seu cargo, são coisas que caem no terreno das lendas e que não oferecem qualquer garantia de historicidade.

A primeira menção de tais lendas encontra-se no chamado “Proto-evangelho de S. Tiago”, no séc. II. Conta que Maria permanecia no Templo desde os três anos e que, ao fazer doze anos, os sacerdotes procuraram alguém que tomasse conta dela. Reuniram todos os viúvos da aldeia, e após um sinal prodigioso realizado no bordão de José, que consistiu em que dele saiu uma pomba, entregaram a Virgem à sua guarda. Segundo esta lenda, no entanto, José não tomou Maria por esposa. De facto quando o anjo lhe aparece em sonhos não diz a José como em Mt 1, 20 “não temas receber em tua casa Maria, tua esposa”, mas, antes, “não temas por esta donzela” (XIV, 2). Outro apócrifo mais tardio que rescreve essa história – chamado “Pseudo Mateus”, talvez do séc. VI – parece dar a entender que Maria foi desposada com José, pois o sacerdote diz a este: “deves saber que não pode contrair

matrimónio com nenhum outro” (VIII, 4). Contudo, habitualmente, fala de S. José como do guarda da Virgem. Pelo contrário no “Livro do Nascimento de Maria” – uma espécie de resumo do “Pseudo Mateus” – e na “História de José, o carpinteiro” (IV, 4-5), diz-se claramente que José desposou Maria.

Portanto, não há dados históricos que permitam afirmar que São José tivesse sido casado antes. O mais lógico é pensar que fosse um homem jovem quando desposou a Santíssima Virgem, e que só se tenha casado essa vez.

*Bibliografia: J. Danielou, Los evangelios de la infancia, Herder, Barcelona 1969; S. Muñoz Iglesias, Los evangelios de la infancia. IV, BAC, Madrid 1990; A. de Santos, Los evangelios apócrifos, BAC, Madrid 1993 (8ª ed.).*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## 6

### O QUE FOI A MATANÇA DOS INOCENTES? É HISTÓRICA?

A matança dos inocentes pertence, como o episódio da estrela dos Magos, ao evangelho da infância de S. Mateus. Os Magos tinham perguntado pelo rei dos judeus (Mt 2, 1) e Herodes – que se sabia rei dos judeus – inventa um estratagema, para averiguar quem poderia ser aquele que ele considera um possível usurpador, pedindo aos Magos que o informem quando regressarem. Quando conclui que regressaram por outro caminho, “irou-se em extremo, e mandou matar, em Belém e em todos os seus arredores, todos os meninos de idade de dois anos para baixo, segundo a data que tinha averiguado dos Magos” (Mt 2, 16). A passagem evoca outros episódios do Antigo Testamento: também o Faraó tinha mandado matar a todos os recém nascidos dos hebreus, como conta o livro do Êxodo, mas salvou-se Moisés, precisamente aquele que depois libertou o povo (Ex 1, 8-2, 10). S. Mateus diz também, nessa passagem, que com o martírio destes meninos se cumpria um oráculo de Jeremias (Jr 31, 15): o povo de Israel foi desterrado, mas o Senhor tirou-o daí e, num novo êxodo, levou-o à sua terra prometendo-lhe uma nova aliança (Jr 31, 31). Portanto, o sentido da passagem parece claro: por muito que os fortes da terra se empenhem, não se podem opor aos planos que tem Deus para salvar os homens.

É neste contexto que se deve examinar a historicidade do martírio dos meninos inocentes, do qual só temos esta notícia que nos dá S. Mateus. Na lógica da investigação histórica moderna, diz-se que «testis unus testis nullus», um só testemunho não serve. No entanto, é fácil pensar que a matança dos meninos em Belém – uma aldeia de poucos habitantes – não foi muito numerosa e por isso não passou aos anais da história. O que sim é certo, é que a crueldade que manifesta é coerente com as brutalidades que Flávio Josefo nos conta de Herodes: fez afogar o seu cunhado Aristóbulo quando este alcançou grande popularidade (Antiguidades Judaicas, 15 & 54-56); assassinou o seu sogro Hircano II (15, & 174-178), um cunhado, Costobar (15 & 247-251) e a sua mulher Marianne (15, & 222-239); nos últimos anos da sua vida, mandou matar os seus filhos Alexandre e Aristóbulo (16 & 130-135), e cinco dias antes da sua própria morte, outro filho, Antipatro (17 & 145); finalmente, ordenou

que, perante a sua morte, fossem executados alguns notáveis do reino, para que as gentes da Judeia, querendo-o ou não, chorassem a morte de Herodes (17 &173-175).

*Bibliografía: A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; S. Muñoz Iglesias, Los evangelios de la infancia. IV, BAC, Madrid 1990; J. Danielou, Los evangelios de la infancia, Herder, Barcelona 1969.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

## JESUS NASCEU EM BELÉM OU EM NAZARÉ?

São Mateus disse, de maneira explícita, que Jesus nasceu em “Belém de Judá, no tempo do rei Herodes” (Mt 2, 1; cf. 2, 5.6.8.16) e o mesmo referiu São Lucas (Lc 2, 4.15). O quarto evangelho menciona-o de uma maneira indirecta. Gerou-se uma discussão a propósito da identidade de Jesus e “uns diziam: «Este é verdadeiramente o Profeta». Outros diziam: «Este é o Messias». Alguns, porém, diziam: «Porventura é da Galileia que há-de vir o Messias? Não diz a Escritura *que o Messias há-de vir da descendência de David e da aldeia de Belém, donde era David?*»” (Jo 7, 40- 42). O quarto evangelista serve-se aqui de uma ironia: ele e o leitor cristão sabem que Jesus é o Messias e que nasceu em Belém. Alguns oponentes a Jesus querem demonstrar que Ele não é o Messias dizendo que, para sê-lo, teria nascido em Belém e, pelo contrário, eles sabem (pensam saber) que nasceu em Nazaré. Este procedimento é habitual no quarto evangelho (Jo 3, 12; 6, 42; 9, 40-1). Por exemplo, quando a mulher samaritana pergunta: “És Tu, porventura, maior do que o nosso pai Jacob?” (Jo 4, 12). Os ouvintes de João sabem que Jesus é o Messias, Filho de Deus, superior a Jacob, de modo que a pergunta da mulher era uma afirmação dessa superioridade. Portanto, o evangelista prova que Jesus é o Messias, inclusivamente com as afirmações dos seus oponentes.

Este foi o consenso comum entre crentes e investigadores durante mais de 1900 anos. Contudo, no século passado, alguns investigadores afirmaram que Jesus é considerado em todo o Novo Testamento como “o nazareno” (aquele que é, ou que provém de Nazaré) e que a referência a Belém como lugar do nascimento não passa de uma invenção dos dois primeiros evangelistas, que revestem Jesus com uma das características que, naquele momento, se atribuíam ao futuro Messias: ser descendente de David e nascer em Belém. O certo é que uma argumentação como esta não prova nada. No século I diziam-se bastantes sobre o futuro Messias e que não se cumprem em Jesus, mas, tanto quanto sabemos – apesar do que possa parecer (Mt 2, 5; Jo 7, 42) – não parece que a do nascimento em Belém tenha sido umas das que se invocaram mais frequentemente como prova. É antes preciso pensar de modo contrário: é pelo facto de Jesus, que era Nazaré (ou seja, tendo sido criado

lá), ter nascido em Belém que os evangelistas descobrem nos textos do Antigo Testamento que se cumpre n´Ele essa qualidade messiânica.

Todos os testemunhos da tradição confirmam, além disso, os dados evangélicos. São Justino, nascido na Palestina por volta do ano 100 d.C., menciona, uns cinquenta anos mais tarde, que Jesus nasceu numa gruta próxima de Belém (*Diálogo* 78). Orígenes também dá testemunho disso (*Contra Celso* I, 51). Os evangelhos apócrifos testemunham o mesmo (*Pseudo-Mateus*, 13; *Proto evangelho de Tiago*, 17ss; *Evangelho da infância*, 2-4).

Em resumo, o parecer comum dos estudiosos de hoje, é que não há argumentos fortes para ir contra o que afirmam os evangelhos e nos foi transmitido por toda a tradição: Jesus nasceu em Belém da Judeia no tempo do rei Herodes.

*Bibliografia: A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; J. González Echegaray, Arqueología y evangelios, Verbo Divino, Estella 1994; S. Muñoz Iglesias, Los evangelios de la infancia. IV, BAC, Madrid 1990.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

## 8

### ONDE E COMO NASCEU JESUS?

Dois evangelistas, Mateus e Lucas dizem-nos que Jesus nasceu em Belém (ver a pergunta: *Jesus nasceu em Belém ou em Nazaré?*). Mateus indica-nos o lugar, mas Lucas acrescenta que Maria, depois de dar à luz o seu filho, “reclinou-O numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na hospedaria” (Lc 2, 7). A “mangedoura” indica que no sítio onde nasceu Jesus se guardava gado. Lucas assinala também que o menino no presépio será, para os pastores, o sinal de que ali tinha nascido o Salvador (Lc 2, 12.16). A palavra grega que emprega para “hospedaria” é *katályma*. Designa um lugar espaçoso das casas, que podia servir de salão ou quarto de hóspedes. No Novo Testamento utiliza-se outras duas vezes (Lc 22, 11 e Mc 14, 14) para indicar a sala onde Jesus celebrou a última ceia com os seus discípulos. Possivelmente, o evangelista quer assinalar com as suas palavras que o lugar não permitia preservar a intimidade do acontecimento. Justino (*Diálogo com Trifão* 78) afirma que nasceu numa gruta e Orígenes (*Contra Celso* 10, 51) e os evangelhos apócrifos referem o mesmo (*Proto- evangelho de Tiago* 20; *Evangelho árabe da infância* 2; *Pseudo-Mateus* 13).

A tradição da Igreja transmitiu desde muito cedo o carácter sobrenatural do nascimento de Jesus. Santo Inácio de Antioquia, por volta do ano 100, afirma-o dizendo que “ao príncipe deste mundo foram ocultados: a virgindade de Maria e o seu parto, bem como a morte do Senhor. Três mistérios portentosos realizados no silêncio de Deus” (*Ad Ephesios* 19, 1). Nos finais do século II, Santo Ireneu assinala que o parto foi sem dor (*Demonstratio Evangelica* 54) e Clemente de Alexandria, conhecendo já os apócrifos, afirma que o nascimento de Jesus foi virginal (*Stromata* 7,16). Num texto do século IV atribuído a São Gregório Taumaturgo diz-se claramente: “ao nascer (Cristo) conservou o seio e a virgindade imaculados, para que a inaudita natureza deste parto fosse para nós o sinal de um grande mistério” (Pitra, “*Analecta Sacra*”, IV, 391). Os evangelhos apócrifos mais antigos, apesar do seu carácter extravagante, preservam tradições populares que coincidem com os testemunhos acima assinalados. A *Odes de Salomão* (Ode 19), a *Ascensão de Isaías* (cap.

14), o *Proto- evangelho de Tiago* (cap. 20-21) e o *Pseudo- Mateus* (cap. 13) referem que o nascimento de Jesus esteve revestido de um carácter milagroso.

Todos estes testemunhos reflectem uma tradição de fé que foi sancionada pelos ensinamentos da Igreja e que afirma que Maria foi virgem antes do parto, no parto e depois do parto: “O aprofundamento da fé na maternidade virginal levou a Igreja a confessar a virgindade real e perpétua de Maria (cf. DS 427), mesmo no parto do Filho de Deus feito homem (cf. DS 291; 294; 442; 503; 571; 1880). Com efeito, o nascimento de Cristo «não diminuiu, antes consagrou a integridade virginal» da sua Mãe (LG 57). A Liturgia da Igreja celebra Maria como a ‘Aeiparthenos’, a «sempre Virgem»“ (cf. LG 52) (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 499).

*Bibliografia: Catecismo da Igreja Católica; J. González Echegaray, Arqueología y evangelios, Verbo Divino, Estella 1994; S. Muñoz Iglesias, Los evangelios de la infancia, BAC, Madrid 1990; F. VARO, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## 9

### ESTAVA JESUS SOLTEIRO, CASADO OU VIÚVO?

Os dados que conservam os evangelhos dizem-nos que Jesus desempenhou o seu ofício de artesão em Nazaré (Mc 6, 3) e que, quando tinha trinta anos, iniciou o seu ministério público (Lc 3, 23). Durante o tempo em que o exerce, há algumas mulheres que o seguem (Lc 8, 2-3) e outras com as quais mantém amizade (Lc 10, 38-42). Ainda que em nenhum momento se nos diga que foi um homem solteiro, casado ou viúvo, os evangelhos referem-se à sua família, à sua mãe, aos seus “irmãos e irmãs”, mas nunca à sua “mulher”. Este silêncio é eloquente. Jesus era conhecido como o “filho de José” (Lc 3, 23; 4, 22; Jo 2, 45; 6, 42) e, quando os habitantes de Nazaré se surpreendem com os seus ensinamentos, exclamam: “Não é Este o carpinteiro, filho de Maria, irmão de Tiago, de José, de Judas e de Simão? Não vivem aqui entre nós as Suas irmãs?” (Mc 6, 3). Em nenhum lugar se refere que Jesus tivesse tido ou tivesse uma mulher. A tradição jamais falou de um possível matrimónio de Jesus. E fê-lo, não por considerar a realidade do matrimónio deformadora da figura de Jesus (que foi quem restituiu ao matrimónio a sua dignidade original, Mt 19, 1-12) ou incompatível com a fé na divindade de Cristo, mas simplesmente porque se conformou com a realidade histórica. Se tivesse querido silenciar os aspectos que podiam tornar-se comprometedores para a fé da Igreja, porque razão transmitiu que João Baptista, que administrava o baptismo para a remissão dos pecados, baptizou Jesus? Se a primitiva Igreja tivesse querido silenciar o matrimónio de Jesus, porque razão não omitiu a presença de mulheres concretas entre as pessoas que se relacionavam com ele?

Apesar disto, têm-se vindo a difundir alguns argumentos que sustentam que Jesus esteve casado. Essencialmente, é apresentada a favor de um matrimónio de Jesus, a prática e a doutrina comum dos rabinos do século I da nossa era (para o suposto matrimónio de Jesus com Maria Madalena, ver “*Que relação teve Jesus com Maria Madalena?*”). Como Jesus foi um rabino e o celibato era inconcebível entre os rabinos da época, tinha de ser casado (ainda que houvesse exceções, como o Rabi Simeão ben Azzai, que, ao ser acusado de permanecer solteiro, dizia: “A minha alma está enamorada da Torá. Outros podem levar o mundo para diante”, Talmude da Babilónia, *b. Yeb.* 63b). Por isso afirmam alguns, que Jesus, como

qualquer judeu piedoso, ter-se-ia casado aos vinte anos e depois teria abandonado a mulher e os filhos para desempenhar a sua missão.

A resposta a esta objecção é dupla:

1) Existem dados que confirmam que no judaísmo do século I se vivia o celibato. Flávio Josefo (*As Guerras Judaicas* 2.8.2 &120-21; *Antiquidades Judaicas* 18.1.5 &18-20), Filão (numa passagem conservada por Eusébio, *Prep. evang.* 8, 11.14) e Plínio, o Velho (*História natural* 5.73, 1-3) informam-nos que havia essénios que viviam o celibato, e sabemos que alguns de Qumran eram celibatários. Também Filão (*De vita contemplativa*) assinala que os “terapeutas”, um grupo de ascetas do Egipto, viviam o celibato. Além disso, na tradição de Israel, algumas personagens famosas, como Jeremias, tinham sido celibatários. O próprio Moisés, segundo a tradição rabínica, viveu a abstinência sexual para manter a sua estreita relação com Deus. João Baptista tão pouco se casou. Portanto, sendo o celibato pouco comum, não era algo inaudito.

2) Ainda que ninguém tivesse vivido o celibato em Israel, não deveríamos assumir, por isso, que Jesus seria casado. Os dados, como se disse, mostram que quis permanecer solteiro, e são muitas as razões que tornam plausível e conveniente essa opção, precisamente porque o ser solteiro sublinha a singularidade de Jesus em relação ao judaísmo do seu tempo e está mais de acordo com a sua missão. Manifesta também que, sem subestimar o matrimónio nem exigir o celibato aos seus seguidores, a causa do Reino de Deus (cf. Mt 19, 12), o amor de Deus e a Deus que Ele encarna, está acima de tudo. Jesus quis viver o celibato para significar melhor esse amor.

*Bibliografia: A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993).*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## 10

### QUEM FORAM OS DOZE APÓSTOLOS?

Um dos dados mais seguros sobre a vida de Jesus é o facto de ter constituído um grupo de doze discípulos, aos quais chamou os “Doze Apóstolos”. Este grupo era formado por homens que Jesus chamou pessoalmente; que o acompanham na sua missão de instaurar o Reino de Deus; que são testemunhas das suas palavras, das suas obras e da sua ressurreição.

O grupo dos Doze aparece nos escritos do Novo Testamento como um grupo estável ou fixo. Os seus nomes são “ Simão, a quem pôs o nome de Pedro; Tiago, filho de Zebedeu, e João, irmão de Tiago, aos quais pôs o nome de Boanerges, que quer dizer filhos do trovão; e André, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Tomé, Tiago, filho de Alfeu, Tadeu, Simão, o Cananeu, e Judas Iscariotes, que foi quem O entregou” (Mc 3, 16-19). Nas listas que aparecem nos outros Evangelhos e nos Actos dos Apóstolos, há poucas variações. A Tadeu chama-se-lhe Judas, mas não é significativo, pois como se vê, há várias pessoas com o mesmo nome – Simão, Tiago – e que se distinguem pelo patronímico ou por um segundo nome. Trata-se, pois, de Judas Tadeu. O que é significativo é o facto de no livro dos Actos não se falar do trabalho evangelizador de muitos deles: sinal de que se dispersaram muito rapidamente e de que, apesar disso, a tradição dos nomes de cada um dos Apóstolos estava muito firmemente estabelecida.

São Marcos (3, 13-15) disse que Jesus: “tendo subido a um monte, chamou a Si os que quis, e aproximaram-se d'Ele. Escolheu doze para que andassem com Ele e para os enviar a pregar, com poder de expulsar os demónios”. Assinala dessa maneira a iniciativa de Jesus e a função do grupo dos Doze: estar com Ele e ser enviados a pregar, com o mesmo poder que tem Jesus. Os outros evangelistas – São Mateus (10, 1) e São Lucas (6, 12-13) – expressam-se em tons parecidos. Ao longo do evangelho percebe-se como acompanham Jesus, participam da sua missão e recebem um ensinamento particular. Os evangelistas não escondem que muitas vezes não entenderam as palavras do Senhor e que o abandonaram no momento da prova. Mas assinalam também a confiança renovada que lhes outorga Jesus Cristo.

É muito significativo que o número dos eleitos seja Doze. Este número remete para as doze tribos de Israel (cf. Mt 19, 28; Lc 22, 30; etc.), e não para outros números comuns no tempo – os membros do Sinédrio eram 71, os membros do Conselho em Qumran eram 15 ou 16 e os membros adultos necessários para o culto na sinagoga, 10. Por isso parece claro, que desta maneira se quer assinalar que Jesus não quer restaurar o reino de Israel (Act 1, 6) – pressupondo a terra, o culto e o povo – mas instaurar o Reino de Deus sobre a terra. A isso aponta também o facto de, antes da vinda do Espírito Santo, no Pentecostes, Matias ocupar o lugar de Judas Iscariotes, completando assim o número dos doze (Act 1, 26).

*Bibliografia: J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; G. Segalla, Panoramas del Nuevo Testamento, Verbo Divino, Estella 2004.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

## SITUAÇÃO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE JESUS

Desde que no século XIX se começaram a aplicar os modernos métodos da ciência histórica aos textos evangélicos, a investigação sobre Jesus passou por diversas etapas. Superados os preconceitos racionalistas dos inícios da investigação, e os métodos hipercríticos que dominaram boa parte do século XX, a situação actual é muito mais positiva e aberta. O cepticismo em que se situou a investigação sobre Jesus nos meados do século passado ficou superado (ver *O que sabemos realmente sobre Jesus?*).

Na actualidade conhece-se muito melhor o contexto histórico e literário em que viveu Jesus e em que os evangelhos foram escritos. A maior familiaridade com a literatura intertestamentária, quer dizer, com as obras do mundo judeu contemporâneas de Jesus e dos evangelistas (os comentários de livros bíblicos e as traduções ao aramaico, os textos de Qumran, a literatura rabínica, etc.), permitiu ilustrar, verificar e compreender com maior profundidade os relatos evangélicos e a imagem de Jesus no judaísmo do seu tempo.

Outras fontes provenientes do mundo greco-romano proporcionaram melhores conhecimentos das influências de carácter helenístico na Galileia em que viveu Jesus e, portanto, do contacto dessa região da Palestina com estruturas culturais do mundo grego. Além disso, os testemunhos dos escritos apócrifos, com grande probabilidade posteriores aos evangelhos canónicos e a outros textos cristãos e judeus do século II, serviram para analisar as tradições a que remontam esses livros, e contextualizar melhor as afirmações contidas nos evangelhos. Também se incorporaram à investigação sobre Jesus alguns achados arqueológicos recentes, entre os quais são de especial interesse os que provêm das escavações que se estão a levar a cabo na Galileia, muito ilustrativas para nosso conhecimento desta helenizada região da Palestina no século I. Finalmente, a uma maior compreensão das fontes juntou-se o emprego de novos métodos e aproximações exegéticas (literárias, canónicas, etc.), que contribuíram para superar as limitações e a rigidez do método histórico empregado em épocas anteriores.

O nosso conhecimento histórico de Jesus é, portanto, cada vez mais sólido. Os evangelhos são por isso dignos de credibilidade e, aos olhos de qualquer historiador imparcial, pode-se

descobrir neles um grande conjunto de gestos, de palavras, de acções de Jesus com os quais ele manifestou a singularidade da sua pessoa e da sua missão.

*Bibliografia: J. Chapa, «History and Jesus of Nazareth», em I. Olábarri e F. J. Caspistegui (eds.), The Strength of History at the Doors of the New Millenium. History and other Human and Social Sciences along XXth Century (1899-2002), Eunsa, Pamplona 2004, 453-505; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## QUE CREDIBILIDADE HISTÓRICA TEM A BÍBLIA?

Os livros da Sagrada Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro, a verdade que Deus quis que ficasse consignada para a nossa salvação. Falam, pois, de factos reais.

Mas os factos podem ser expressos com verdade recorrendo a diferentes géneros literários, e cada género tem o seu estilo próprio de contar as coisas. Por exemplo, quando nos Salmos se diz que «os céus apregoam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos» (Sl 19, 2) não se pretende afirmar que os céus pronunciam palavras, nem que Deus tenha mãos, mas antes expressar o facto real de que a natureza dá testemunho de Deus, que é o seu criador.

A história é um género literário que na actualidade tem características peculiares, que são diferentes das que nas literaturas do antigo Próximo Oriente, e inclusivamente na antiguidade greco-latina, se empregavam para narrar os acontecimentos. Todos os livros da Bíblia, tanto os do Antigo como os do Novo Testamento, foram escritos num período que se situa entre dois e três mil anos atrás da época presente, pelo que classificá-los como «históricos» no sentido que actualmente damos a essa palavra seria um anacronismo, já que não foram pensados nem escritos segundo os esquemas conceptuais actualmente em uso.

No entanto, o facto de não poderem ser qualificados como «históricos» no sentido actual dessa palavra, não quer dizer que transmitam informações ou noções falsas ou equívocas, e que portanto não mereçam credibilidade. Transmitem verdades, e fazem referência a factos realmente acontecidos no tempo e no mundo em que vivemos, contados com uns modos de falar e de se expressar diferentes, mas igualmente válidos.

Tais livros não foram escritos para satisfazer a nossa curiosidade acerca de pormenores que são irrelevantes para a mensagem que transmitem, como podiam ser aquilo que comiam, o modo como vestiam ou as ocupações que tinham os personagens que são referidos. O que sobretudo proporcionam é uma avaliação dos factos do ponto de vista da fé de Israel e da fé cristã.

Os textos bíblicos permitem-nos conhecer o sucedido inclusivamente melhor do que o perceberam as testemunhas directas dos acontecimentos, já eles podiam não ter todos os

dados necessários para avaliar, no seu justo alcance, aquilo que estavam a presenciar. Por exemplo, uma pessoa que passasse junto do Gólgota no dia em que crucificaram Jesus dava-se conta de que ali se estava levar a cabo a execução de um condenado à morte pelos romanos, mas o leitor dos evangelhos, além dessa realidade, sabe que esse crucificado é o Messias, e que nesse preciso momento está a chegar ao seu ponto mais alto a redenção de todo o género humano.

*Bibliografia: F. Varo, ¿Sabes leer la Biblia?, Planeta, Barcelona 2006.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

# 13

## QUEM FORAM OS EVANGELISTAS?

O importante dos evangelhos é que nos transmitem a pregação dos Apóstolos, e que os evangelistas foram Apóstolos ou seus discípulos (cf. *Dei Verbum*, n. 19). Com isto faz-se justiça ao que se recebeu pela tradição: os autores dos evangelhos são: Mateus, João, Lucas e Marcos. Destes, os dois primeiros figuram nas listas dos doze Apóstolos (Mt 10, 2-4 e paralelos) e os outros dois figuram como discípulos de São Paulo e de São Pedro, respectivamente. A investigação moderna, ao analisar criticamente esta tradição, não vê grandes inconvenientes em atribuir a Marcos e a Lucas os seus respectivos evangelhos. Todavia, analisa com olhos mais críticos a autoria de Mateus e de João. Costuma-se afirmar que esta atribuição apenas põe em evidência a tradição apostólica da qual provêm os escritos, mas não que tenham sido eles mesmos os que escreveram o texto.

O importante, portanto, não é a pessoa concreta que tenha escrito o evangelho mas a autoridade apostólica que estava por trás de cada um deles. Em meados do século II, S. Justino fala das “memórias dos apóstolos ou evangelhos” (*Apologia*, 1, 66, 3) que se liam nas reuniões litúrgicas. Com isto, dão-se a entender duas coisas: que esses escritos tinham origem apostólica e que se colecionavam para serem lidos publicamente. Um pouco depois, ainda no século II, outros escritores já nos dizem que os evangelhos apostólicos eram quatro e apenas quatro. Assim, Orígenes diz que “a Igreja tem quatro evangelhos, e os hereges muitíssimos, entre eles um que se escreveu segundo os egípcios, outro segundo os doze apóstolos. Basíides atreveu-se a escrever um evangelho e divulgou-o sob o seu nome (...). Conheço certo evangelho que se chama segundo Tomé e segundo Matias; e lemos muitos outros” (*Hom. I in Luc.*, PG 13, 1802).

Expressões semelhantes encontram-se em Santo Ireneu que, além disso, acrescenta em certo lugar que “o Verbo artesão do Universo, que está sentado sobre os querubins e que tudo mantém, uma vez manifestado aos homens, deu-nos o *evangelho quadriforme*, evangelho que, não obstante, é mantido por um só Espírito” (*Contra as heresias*, 3, 2, 8-9).

Com esta expressão – evangelho quadriforme – realça uma coisa muito importante: o evangelho é único, mas a forma é quádrupla. A mesma ideia se expressa nos títulos dos

evangelhos: os seus autores não vêm indicados, como outros escritos da época, com o genitivo de origem («evangelho de...»), mas com a expressão *kata* («evangelho segundo...»). Desta forma, se assinala que o evangelho é único, o de Jesus Cristo, mas testemunhado de quatro formas que vêm dos apóstolos e dos discípulos dos apóstolos. Assinala-se também assim a pluralidade na unidade.

*Bibliografía: G. Segalla, Panoramas del Nuevo Testamento, Verbo Divino, Estella 2004; P. Grelot, Los evangelios, Verbo Divino, Estella 1984; R. Brown, Introducción al Nuevo Testamento, Trotta, Madrid 2002; V. Balaguer (ed.), Comprender los evangelios, Eunsa, Pamplona 2005; M. Hengel, The four Gospels and the one Gospel of Jesus Christ : an investigation of the collection and origin of the Canonical Gospels, Trinity Press International, Harrisburg 2000.*

[Voltar ao índice](#)

## COMO FORAM ESCRITOS OS EVANGELHOS?

A Igreja afirma sem vacilar que os quatro evangelhos canônicos “transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus, realmente operou e ensinou (...), durante a sua vida entre os homens” (Concílio Vaticano II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, n. 19). Estes quatro evangelhos “têm origem apostólica. Pois aquelas coisas que os Apóstolos por mandato de Cristo pregaram, foram depois, sob inspiração do Espírito Santo, transmitidas por escrito por eles mesmos e por homens do seu grupo, como fundamento da fé” (*ibidem*, n. 18). Os escritores cristãos antigos interessaram-se em explicar como é que os evangelistas realizaram este trabalho. Santo Ireneu, por exemplo, diz que «Mateus publicou entre os hebreus, na sua própria língua, uma forma escrita do evangelho, enquanto Pedro e Paulo, em Roma, anunciavam o evangelho e fundavam a Igreja. Foi depois da sua partida que Marcos, o discípulo e intérprete de Pedro, nos transmitiu também por escrito o que tinha sido pregado por Pedro. Lucas, companheiro de Paulo, consignou também num livro o que tinha sido pregado por este. Depois João, o discípulo do Senhor, o que se tinha reclinado sobre o seu peito (Jo 13, 23), publicou também o evangelho enquanto residia em Éfeso» (*Contra as heresias*, III, 1, 1). Comentários muito semelhantes encontram-se em Papias de Hierápole ou Clemente de Alexandria (cf. Eusébio de Cesareia, *Hist. Eccl.*, 3, 39, 15; 6, 14, 5-7): os evangelhos foram escritos pelos Apóstolos (Mateus e João) ou por discípulos dos Apóstolos (Marcos e Lucas), mas sempre recolhendo a pregação do evangelho por parte dos Apóstolos.

A exegese moderna, com um estudo muito minucioso dos textos evangélicos, explicou de maneira mais pormenorizada este processo de composição. O Senhor Jesus não enviou os seus discípulos a escrever, mas a pregar o evangelho. Os Apóstolos e a comunidade apostólica procederam desse modo, e, para facilitar a actividade evangelizadora, puseram parte desses ensinamentos por escrito. Finalmente, no momento em que os apóstolos e os da sua geração começaram a desaparecer, “os autores sagrados escreveram os quatro evangelhos, escolhendo algumas coisas dentre as muitas transmitidas por palavra ou por

escrito, sintetizando algumas, ou explicando outras segundo o estado das Igrejas” (*Dei Verbum*, n. 19).

Portanto, pode concluir-se que os quatro evangelhos são fiéis à pregação dos Apóstolos sobre Jesus e que a pregação dos Apóstolos sobre Jesus é fiel ao que Jesus fez e disse. Este é o caminho pelo qual podemos dizer que os evangelhos são fiéis a Jesus. De facto, os nomes que os antigos escritos cristãos dão a estes textos, “Recordações dos Apóstolos”, “Comentários, Palavras sobre (de) o Senhor” (cf. São Justino, *Apologia*, 1, 66; *Diálogo com Trifão*, 100), apontam para este significado. Com os escritos evangélicos temos acesso ao que os Apóstolos pregavam sobre Jesus Cristo.

*Bibliografia: G. Segalla, Panoramas del Nuevo Testamento, Verbo Divino, Estella 2004; P. Grelot, Los evangelios, Verbo Divino, Estella 1984; R. Brown, Introducción al Nuevo Testamento, Trotta, Madrid 2002; V. Balaguer (ed.), Comprender los evangelios, Eunsa, Pamplona 2005; M. Hengel, The four Gospels and the one Gospel of Jesus Christ : an investigation of the collection and origin of the Canonical Gospels, Trinity Press International, Harrisburg 2000.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

## COMO FORAM TRANSMITIDOS OS EVANGELHOS?

É sabido que não possuímos os manuscritos originais dos evangelhos, como de igual modo o de nenhum livro da antiguidade. Os escritos transmitiam-se mediante cópias manuscritas em papiro e mais tarde em pergaminho. Os evangelhos e os primeiros escritos cristãos não são alheios a este tipo de transmissão. O Novo Testamento deixa já perceber que algumas cartas de São Paulo se copiaram e se transmitem num corpo de escritos (2 Pe 3, 15-16), e o mesmo acontece com os evangelhos: as expressões de São Justino, Santo Ireneu, Orígenes etc., referidas numa pergunta anterior (*Quem foram os evangelistas?*) dão a entender que os evangelhos canónicos foram copiados desde o primeiro momento e transmitidos em conjunto.

O material utilizado nos primeiros séculos da era cristã foi o papiro e a partir do século III começou a usar-se o pergaminho, mais resistente e duradouro. Só a partir do século XIV se começou a utilizar o papel. Os manuscritos que conservamos dos evangelhos, com um estudo atento que se denomina crítica textual, mostram-nos que, em comparação com a maioria das obras da antiguidade, a fiabilidade que podemos dar ao texto que dispomos é muito grande. Em primeiro lugar, pela quantidade de manuscritos. Da *Ilíada*, por exemplo, temos menos de 700 manuscritos, mas de outras obras, como os *Anales* de Tácito, só temos uns poucos – e dos seus primeiros seis livros só um. Pelo contrário, do Novo Testamento temos cerca de 5.400 manuscritos gregos, sem contar as versões antigas noutros idiomas e as citações do texto em obras de escritores antigos. Além disso, existe a questão da distância entre a data de composição do livro e a data do manuscrito mais antigo. Enquanto que para muitíssimas obras clássicas da antiguidade essa distância é de quase dez séculos, o manuscrito mais antigo do Novo Testamento (o Papiro de Rylands) é trinta ou quarenta anos posterior ao momento de composição do evangelho de São João. Do século III temos papiros (os Papiros de Bodmer e Chester Beatty) que mostram que os evangelhos canónicos já coleccionados se transmitiam em códices; e desde o século IV os testemunhos são quase intermináveis.

Obviamente, ao comparar a multiplicidade de manuscritos, descobrem-se erros, más leituras, etc. A crítica textual dos evangelhos – e dos manuscritos antigos – examina as variantes que são significativas, tentando descobrir a sua origem – às vezes, um copista tenta harmonizar o texto de um evangelho com o de outro, outro tenta explicar o que lhe parece uma expressão incoerente, etc. – e procurando, dessa maneira, estabelecer como poderia ser o texto original. Os especialistas coincidem em afirmar que os evangelhos são os textos da antiguidade que melhor conhecemos. Baseiam-se para isso na evidência do que foi referido no parágrafo anterior e também no facto de que a comunidade que transmite os textos é uma comunidade crítica, de pessoas que comprometem a sua vida com o que é afirmado nos textos e que, obviamente, não comprometeriam a sua vida numas ideias criadas para a ocasião.

*Bibliografía: J. Treballe, La Biblia judía y la Biblia cristiana. Introducción a la historia de la Biblia, Trotta, Madrid 1998; J. O'Callaghan, Los primeros testimonios del Nuevo Testamento. Papirología neotestamentaria, El Almendro, Córdoba 1995; E. J. Epp, "Textual Criticism (NT)", em Anchor Bible Dictionary VI, Doubleday, New York 1992 (págs. 412-435); F. Varo, ¿Sabes leer la Biblia?, Planeta, Barcelona 2006.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

## 16

### EM QUE IDIOMA FALOU JESUS?

Durante o século I, na terra onde viveu Jesus, sabe-se que eram usadas quatro línguas: aramaico, hebraico, grego e latim.

De todas elas, a oficial e ao mesmo tempo a menos empregada era o latim. Usavam-na quase exclusivamente os funcionários romanos ao conversar entre si, e conheciam-na algumas pessoas cultas. Não parece provável que Jesus tivesse estudado latim, nem que o empregasse na sua conversação habitual nem na sua pregação.

No que diz respeito ao grego, não seria surpreendente que Jesus se servisse alguma vez dele, já que muitos dos camponeses e artesãos da Galileia conheciam esta língua; pelo menos os rudimentos necessários para uma actividade comercial simples ou para comunicar com os habitantes das cidades, que eram na sua maioria gentes de cultura helénica. Também se empregava na Judeia. Calcula-se que falariam grego entre oito e quinze por cento dos habitantes de Jerusalém. Apesar de tudo, não se sabe se Jesus empregou alguma vez o grego, nem é possível deduzi-lo com certeza de nenhum texto, ainda que também não seja possível negar essa hipótese. É possível, por exemplo, que Jesus tivesse falado com Pilatos nessa língua.

Pelo contrário, as repetidas alusões dos evangelhos à pregação de Jesus nas sinagogas e às suas conversas com fariseus sobre os textos da Escritura, tornam mais que provável que conhecesse e empregasse a língua hebraica nalgumas ocasiões.

No entanto, embora Jesus pudesse conhecer e usar algumas vezes o hebraico, é provável que na conversação corrente e na pregação, Jesus falasse habitualmente em aramaico, que era a língua de uso diário entre os judeus da Galileia. De facto, em algumas ocasiões o texto grego dos evangelhos deixa em aramaico algumas palavras ou frases soltas postas na boca de Jesus: *talitha kum* (Mc 5, 41), *qorban* (Mc 7, 11), *effathá* (Mc 7, 34), *geena* (Mc 9, 43), *abba* (Mc 14, 36), *Eli, Eli, lemá sabachtani?* (Mc 15, 34), ou dos seus interlocutores: *rabboni* (Mc 10, 51).

Os estudos acerca do suporte linguístico dos evangelhos apontam para que as palavras recolhidas neles tivessem sido pronunciadas originalmente numa língua semítica: hebraico ou, mais provavelmente, aramaico.

Na peculiar estrutura do grego usado nos evangelhos, transparece uma matriz sintáctica aramaica. O mesmo se pode também deduzir pelo facto dos evangelhos colocarem na boca de Jesus umas palavras que adquirem uma especial força expressiva quando traduzidas ao aramaico, e de que há palavras que são utilizadas com uma carga semântica diferente do habitual no grego, e que resultam de um uso de tipo semítico. Inclusivamente, em algumas ocasiões, ao traduzir os evangelhos para uma linguagem semítica observam-se no texto alguns jogos de palavras, que estão ocultos no original grego.

*Bibliografia: Joseph A. Fitzmyer, «The Languages of Palestine in the First Century A. D.» em Catholic Biblical Quarterly 32 (1970), 501-531; Stanley E. Porter, «Jesus and the Use of Greek in Galilee» em Bruce Chilton - Craig A. Evans (ed.), Studying the Historical Jesus. Evaluation of the State of Current Research, Brill, Leiden - New York - Köln 1994 (págs. 123-154); Pinchas Lapide, «Insights from Qumran into the Languages of Jesus» em Revue de Qumran 8, 4, n. 32 (1975), 483- 501; Chaim Rabin, «Hebrew and Aramaic in the First Century» em Shemuel Safrai - Menahem Stern (ed.), The Jewish people in the first century: historical geography, political history, social, cultural and religious life and institutions, Van Gorcum, Assen - Amsterdam 1976 (págs. 1007-1039); F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 66-70).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## QUE RELAÇÕES TEVE JESUS COM O IMPÉRIO ROMANO?

Dentro do complexo panorama social e político do mundo em que viveu, muitas vezes crispado, chama a atenção o facto de Jesus não manifestar à partida uma rejeição aberta da dominação romana, ainda que também não a aceite acriticamente.

Um episódio significativo é mencionado pelos três evangelhos sinópticos, no qual alguns fariseus, para essa ocasião, se põem de acordo com alguns herodianos procurando apanhá-Lo com uma pergunta capciosa: «Mestre, nós sabemos que és sincero, e que ensinas o caminho de Deus segundo a verdade, sem dar preferência a ninguém, porque não olhas às condições das pessoas. Diz-nos, pois, o Teu parecer: é lícito ou não dar o tributo a César?» (Mt 22, 16-17). A reacção de Jesus é bem conhecida: “Jesus, conhecendo a sua malícia, respondeu: «Por que me tentais, hipócritas? Mostrai-Me a moeda do tributo». Eles apresentaram-Lhe um denário. E Jesus disse-- lhes: «De quem é esta imagem e esta inscrição?» Responderam: «De César». Então disse-lhes: «Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus»“ (Mt 22, 18-21).

A resposta de Jesus transcende o horizonte humano dos seus tentadores. Está acima do sim e do não que queriam arrancar-lhe. A questão era muito insidiosa, pois tentava reduzir a atitude religiosa e transcendente de Jesus a um compromisso temporal. A pergunta, no contexto em que era apresentada, quase O obrigava a definir-Se como colaboracionista do regime que dominava a Palestina, ou como revolucionário.

Face a essa provocação, Jesus não confunde o Reino de Deus com o Estado. Por um lado, reconhece as competências do Estado na organização de tudo o que se ordena para o bem comum, como no caso da cobrança de impostos. Mas a soberania do Estado não é absoluta. No mundo romano de então, onde se tributava culto divino ao Imperador, Jesus não reconhece ao Estado essa esfera de competência: há coisas que não devem dar-se a César, mas a Deus. A instituição civil e a religiosa, segundo o ensinamento de Jesus, não devem confundir-se nem intrometer-se nas questões que não são do seu âmbito, mas harmonizar-se, respeitando cada uma as competências da outra.

A vida de muitos primeiros cristãos, cidadãos correntes que trabalhavam lado o a lado com os seus concidadãos na construção da sociedade em que viviam, mas que ofereceram o testemunho do martírio quando leis injustas pretendiam obrigá-los a não respeitar o que é de Deus, são a melhor exegese dessas palavras de Jesus.

*Bibliografia: José María Casciaro, Jesucristo y la sociedad política, Palabra, Madrid, 1973 (págs. 83-87); J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## PODE-SE NEGAR A EXISTÊNCIA HISTÓRICA DE JESUS?

Na actualidade, as análises históricas mais rigoro-sas coincidem em afirmar com toda a certeza – inclusivamente prescindindo por completo da fé e do emprego das fontes históricas cristãs para evitar qualquer possível desconfiança – que Jesus de Nazaré existiu; viveu na primeira metade do século primeiro; era judeu; habitou a maior parte da sua vida na Galileia; formou um grupo de discípulos que o seguiram; suscitou fortes adesões e esperanças pelo que dizia e pelas acções admiráveis que realizava; esteve na Judeia e em Jerusalém pelo menos uma vez, por ocasião da festa da Páscoa; foi visto com receio por parte de alguns membros do Sinédrio e com cautela por parte da autoridade romana, pelo que no fim foi condenado à pena capital pelo procurador romano da Judeia, Pôncio Pilatos; e morreu cravado numa cruz. Depois de morto, o seu corpo foi colocado num sepulcro, mas ao fim de alguns dias, o cadáver já não estava aí.

O desenvolvimento contemporâneo da investi-gação histórica permite considerar como provados, pelo menos esses factos, o que não é pouco para um personagem de há vinte séculos. Não há evidências racionais que garantam com maior segurança a existência de personagens como Homero, Sócrates ou Péricles – citando apenas alguns muito conhecidos – do que a que outorgam as provas da existência de Jesus. E inclusivamente o número de dados objectivos, criticamente contrastáveis, que se têm sobre estas personagens é quase sempre muito menor.

Porém, o caso de Jesus é distinto, não apenas pela profunda marca que deixou, mas porque as informações que proporcionam as fontes históricas sobre Ele, traçam uma personalidade e apontam para acções que vão para além do imaginável e além daquilo que pode estar disposto a aceitar, quem pense que não há nada para além do visível e do comprovável experimentalmente. Os dados convidam a pensar que Ele era o Messias que haveria de vir reger o seu povo como um novo David, e mais ainda, que Jesus é o Filho de Deus feito homem.

Para acolher de verdade esse convite é necessário contar com um auxílio divino gratuito, que concede uma luz à inteligência e a capacita para perceber em toda a sua profundidade a

realidade em que vive. Mas trata-se de uma luz que não desfigura essa realidade, mas que permite captá-la com todas os seus matizes reais, muitos dos quais escapam à observação ordinária. Essa é a luz da fé.

*Bibliografia: J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005; F. Varo, ¿Sabes leer la Biblia?, Planeta, Barcelona 2006.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## O QUE SÃO OS EVANGELHOS CANÓNICOS E O QUE SÃO OS APÓCRIFOS? QUAIS E QUANTOS SÃO?

Evangelhos canónicos são os que a Igreja reconheceu como sendo aqueles que transmitem autenticamente a tradição apostólica e estão inspirados por Deus. São quatro e só quatro: Mateus, Marcos, Lucas e João. Assim o propôs expressamente Santo Ireneu de Leão nos finais do séc. II (*Adversus Haereses* 3.11.8-9) e assim o tem mantido constante-mente a Igreja, propondo-o finalmente como dogma de fé ao definir o cânone das Sagradas Escrituras no Concílio de Trento (1545-1563).

A composição destes evangelhos tem as suas raízes no que os apóstolos viram e ouviram estando com Jesus, e nas aparições que tiveram dele depois de ressuscitar de entre os mortos. Logo a seguir os mesmos apóstolos, cumprindo o mandato do Senhor, pregaram a boa notícia (ou evangelho) acerca d'Ele e acerca da salvação que Ele traz a todos os homens, e foram-se formando comunidades de cristãos na Palestina e fora dela (Antioquia, cidades da Ásia Menor, Roma, etc.). Nestas comunidades as tradições foram tomando forma de relatos ou de ensinamentos acerca de Jesus, sempre sob a tutela dos apóstolos que tinham sido testemunhas. Num terceiro momento essas tradições foram postas por escrito integrando-as numa narração em forma de biografia do Senhor. Assim surgiram os evangelhos para uso das comunidades às quais estavam destinados. O primeiro, segundo parece, terá sido Marcos ou talvez uma edição de Mateus, em hebraico ou aramaico, mais breve que a actual. Os outros três imitaram o género literário deste. Neste trabalho, cada evangelista escolheu algumas coisas das muitas que se transmitiam, sintetizou outras e apresentou tudo atendendo à condição dos seus leitores imediatos. Que os quatro gozaram da garantia apostólica vê-se no facto de terem sido recebidos e transmitidos como escritos pelos próprios apóstolos ou por discípulos directos dos mesmos: Marcos foi discípulo de São Pedro e Lucas de São Paulo.

Os evangelhos apócrifos são os que a Igreja não aceitou como conservando autêntica tradição apostólica, embora normalmente fossem apresentados sob o nome de algum apóstolo. Começaram a circular muito cedo, pois já são citados na segunda metade do séc. II, mas não gozavam da garantia apostólica como os quatro reconhecidos e, além disso,

muitos deles continham doutrinas que não estavam de acordo com o ensino apostólico. “Apócrifo” começou por significar “segredo” por fazer referência a escritos que se dirigiam a um grupo especial de iniciados e serem conservados nesse grupo. Mais tarde passou a significar inautêntico e inclusivamente herético. À medida que passou o tempo o número desses apócrifos cresceu em grande número, quer para dar pormenores da vida de Jesus que não davam os evangelhos canónicos (por exemplo os apócrifos da infância de Jesus), quer para pôr sob o nome de algum apóstolo ensinamentos divergentes das que eram comuns na Igreja (por exemplo o evangelho de Tomé). Orígenes de Alexandria (+ 245) escrevia: “A Igreja tem quatro evangelhos, os hereges, muitíssimos”.

Entre as informações dos Padres da Igreja, os que conservou a piedade cristã, e os testemunhados de um modo ou outro em papiros, o número de “evangelhos apócrifos” conhecidos é pouco superior a cinquenta.

*Bibliografía: V. Balaguer (ed.), Comprender los evangelios, Eunsas, Pamplona 2005; A. de Santos, Los evangelios apócrifos, BAC, Madrid 1993 (8ª ed.); F. Varo, ¿Sabes leer la Biblia?, Planeta, Barcelona 2006.*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## QUE DIFERENÇAS HÁ ENTRE OS EVANGELHOS CANÓNICOS E OS APÓCRIFOS?

A primeira diferença comprovável, já que o facto dos evangelhos canónicos estarem inspirados por Deus não se pode provar, é de tipo externo aos próprios evangelhos: os canónicos pertencem ao cânone bíblico, enquanto os apócrifos não. Isto significa que os canónicos foram recebidos pelas igrejas do Oriente e do Ocidente, desde a geração imediatamente posterior aos apóstolos, como tradição autêntica dos apóstolos, enquanto os apócrifos, ainda que alguns tenham sido usados esporadicamente nalguma comunidade, não chegaram a impor-se nem a ser reconhecidos pela Igreja universal. Uma das razões importantes para essa selecção – comprovável a partir da ciência histórica – é o facto dos canónicos terem sido escritos na época apostólica, entendida em sentido amplo, quer dizer, enquanto viviam, ou os apóstolos, ou os seus próprios discípulos. Assim se depreende das citações que fazem os escritores cristãos da geração seguinte e de que até ao ano 140 se compusesse uma harmonização dos evangelhos tomando dados dos quatro que passaram a ser canónicos (Taciano). Dos apócrifos, pelo contrário, só se fazem referências em tempo posterior, até finais do séc. II. Por outro lado os papiros que se encontraram com textos que se assemelham aos dos evangelhos, alguns de meados do séc. II, são muito fragmentários, sinal de que as obras que representam não foram estimadas o suficiente, para serem transmitidas com cuidado pelas gerações seguintes.

A respeito dos apócrifos que se conservaram ou que se descobriram em época recente deve dizer-se que as diferenças relativamente aos canónicos são notáveis, tanto na forma, como no conteúdo. Os que se conservaram ao longo da época patrística e medieval são relatos de carácter lendário e cheios de fantasia. Vêm satisfazer a piedade popular narrando detidamente o que diz respeito àqueles momentos que nos evangelhos canónicos não se contam ou se expõem de maneira sucinta. Em geral estão de acordo com a doutrina da Igreja e trazem relatos sobre o nascimento da Virgem, de São Joaquim e de Santa Ana (Natividade de Maria); de como uma parteira comprovou a virgindade de Maria (Proto-evangelho de Tiago); dos milagres que Jesus fazia quando era menino (evangelho do Pseudo Tomé), etc.

Muito diferentes são os evangelhos apócrifos procedentes de Nag Hammadi (Egipto) que têm um carácter herético gnóstico. Estes têm a forma de dizeres secretos de Jesus (evangelho copto de Tomé); ou de revelações do Senhor ressuscitado explicando as origens do mundo material (apócrifo de João); ou a ascensão da alma (evangelho de Maria [Madalena]); ou são uma pesada manta de retalhos de pensamentos recolhidos de possíveis homilias ou catequeses (evangelho de Filipe). Ainda que alguns possam gozar de notável antiguidade, talvez do séc. II, a diferença relativamente aos evangelhos canónicos salta imediatamente à vista.

*Bibliografia: V. Balaguer (ed.), Comprender los evangelios, Euns, Pamplona 2005; A. de Santos, Los evangelios apócrifos, BAC, Madrid 1993 (8ª ed.).*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## O QUE DIZEM OS EVANGELHOS APÓCRIFOS?

Entre os Evangelhos Apócrifos que proliferaram na Igreja no século II e depois, há fundamentalmente três classes: aqueles dos quais só restaram alguns fragmentos escritos em papiro e que se assemelham bastante aos canônicos; aqueles que se conservaram completos e que narram, com sentido piedoso, coisas acerca de Jesus e da Santíssima Virgem; e aqueles que, sob o nome de um Apóstolo, ensinam doutrinas estranhas, diferentes das que a Igreja acreditava por meio da verdadeira tradição apostólica.

Os primeiros são escassos e não dizem nada de novo, quiçá porque se conhece pouco sobre o seu conteúdo. A estes pertencem os fragmentos do “evangelho de Pedro” que narram a Paixão.

Entre os segundos, o mais antigo é o chamado “Protoevangelho de Tiago” que narra a permanência da Santíssima Virgem no templo desde os três anos e o modo como São José, que era viúvo, foi designado para cuidar de Nossa Senhora quando ela fez doze anos. Os sacerdotes do Templo reuniram todos os viúvos e um prodígio na vara que José trazia fez com que uma pomba aparecesse e assim ele fosse escolhido. Outros apócrifos mais tardios referem a mesma história – como é o caso do “Pseudo Mateus” – contando como a vara floresceu milagrosamente. O Protoevangelho também se detém a contar o nascimento de Jesus, quando São José ia com Maria até Belém. Conta que o Santo Patriarca procurou uma parteira, que pôde constatar a virgindade de Maria durante o parto. Numa linha parecida, outros apócrifos como “A Natividade de Maria” narram coisas como o nascimento da Virgem e a vida de Joaquim e Ana quando estes eram já anciãos. A infância de Jesus e os milagres que fazia quando era menino podem-se ler no “Pseudo Tomé”, e a morte de S. José é o tema principal da “História de José, o Carpinteiro”. Nos apócrifos árabes da infância, que são mais tardios, centra-se a atenção nos Reis Magos cujos nomes, que depois se fizeram populares, chegam a aparecer num apócrifo etíope. Um motivo muito caro a outros apócrifos, como o chamado “Livro do Repouso” ou o “Pseudo Melitão” foi a morte e a Assunção da Santíssima Virgem, narrando que morreu rodeada pelos Apóstolos e que o

Senhor transportou o seu corpo num carro celeste. Todas estas lendas piedosas circularam com profusão na Idade Média e serviram de inspiração a muitos artistas.

Outro tipo de apócrifos são os que propunham doutrinas heréticas. Os Santos Padres citam-nos para os rebater e, com frequência, designam-nos pelos nomes daqueles que os conceberam, Marcião, Basílides ou Valentim, ou pelos destinatários aos quais iam dirigidos, como o dos Hebreus ou o dos Egípcios. Outras vezes, os mesmos Santos Padres acusam estes autores de exporem as suas próprias doutrinas sob o nome de um Apóstolo, de preferência Tiago ou Tomé. As informações dos Santos Padres confirmaram-se com a aparição de cerca de quarenta obras gnósticas em Nag Hammadi (Egipto) em 1945. Normalmente apresentam supostas revelações secre-tas de Jesus que carecem de qualquer fundamento. Habitualmente, imaginam o Deus criador como um deus inferior e perverso (o Demiurgo), e a aquisição da salvação por parte do homem a partir do conheci-mento da sua procedência divina.

*Bibliografia: A. de Santos, Los evangelios apócrifos, BAC, Madrid 1993 (8ª ed.)*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## O QUE SÃO OS GNÓSTICOS?

O termo “gnóstico” vem da palavra grega “gnosis” que significa conhecimento. O gnóstico é, portanto, aquele que adquire um conhecimento especial e vive segundo ele. “Gnose” não tem um sentido pejorativo. Alguns Santos Padres como Clemente de Alexandria e Santo Ireneu falam da gnose como o conhecimento de Jesus Cristo obtido pela fé: “a verdadeira gnose – escreve Santo Ireneu – é a doutrina dos Apóstolos” (Adv. Haer. IV, 33)

O termo “gnóstico” adquiriu um sentido pejorativo depois de aplicado pelos mesmos Padres a certos hereges que tiveram um notável relevo entre os séculos II e IV. O primeiro a designá-los assim foi Santo Ireneu, que vê a sua origem na heresia de Simão, o Samaritano (Act 8, 9-24), dizendo que os seus seguidores se propagaram pela Alexandria, a Ásia Menor e Roma, dando lugar a “uma multidão de gnósticos que emergem do chão como se de fungos se tratassem” (Adv. Haer. 1, 29.1). Deles, continua Santo Ireneu, derivam os valentinianos que são os que combate directamente. Explica tal abundância e diversidade de seitas dizendo que “a maioria dos seus inventores – de facto, todos – querem ser mestres; abandonam a seita que abraçaram e urdem um ensino a partir de outra doutrina, e a partir de esta surge mais outra, mas todos insistem em ser originais e em terem feito por si mesmos as doutrinas que se limitaram a compilar” (Adv. Haer. 1.28.1).

Destas informações de Ireneu e de outros Padres que também combateram aqueles hereges (especial-mente Santo Hipólito de Roma e Santo Epifânio de Salamina), deduz-se que foi tal a quantidade de grupos (simonianos, nicolaítas, ofitas, naasenos, setianos, peratas, basilidianos, carpocratianos, valentinianos, marcosianos) e mestres (Simão, Cerinto, Basílides, Carpócrates, Cerdão, Valentim, Ptolomeu, Teódoto, Heracleão, Bardesanes...) que foram designados “gnósticos”, embora só de um modo muito genérico se possam agrupar numa mesma classificação. De todas as obras heréticas “gnósticas” descobertas em 1945 em Nag Hammadi (Alto Egipto) – cerca de quarenta – fica-se com uma impressão parecida: cada obra contém a sua própria orientação doutrinal herética.

Dentro desta diversidade, os melhor conhecidos são os gnósticos valentinianos, e também os que mais influência exerceram. Actuavam dentro da Igreja como uma “fera oculta” diz

Santo Ireneu. Tinham as mesmas Escrituras Sagradas que a Igreja, mas interpretavam-nas num sentido contrário. O Deus verdadeiro, segundo eles, não era o Criador do Antigo Testamento; distinguiam diversos Cristos entre os seres do mundo celeste (eões); afirmavam que a salvação se obtinha pelo conhecimento de si mesmo como chispa divina presa na matéria; que a redenção de Cristo consistiria em despertar para esse conhecimento; e que só os homens espirituais (*pneumatikoi*) estariam destinados à salvação. O carácter elitista desta seita e o desprezo pelo mundo criado configuravam, entre outros traços, a mentalidade daqueles herejes, representantes mais significativos dos “gnósticos”.

*Bibliografia: Raymond Kuntzmann - Jean-Daniel Dubois, Nag Hammadi. Evangelio de Tomás. Textos gnósticos de los orígenes del cristianismo, Verbo Divino, Estella 1998 (oferece uma apresentação simples e bastante completa de toda a Biblioteca Nag Hammadi).*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## QUE DADOS SOBRE JESUS NOS DÃO AS FONTES ROMANAS E JUDAICAS?

As primeiras referências a Jesus em documentos literários, fora dos escritos cristãos, podem-se encontrar em alguns historiadores helênicos e romanos que viveram na segunda metade do século I ou na primeira do século II, portanto, bastante próximo dos acontecimentos.

O texto mais antigo onde se menciona Jesus, ainda que de um modo implícito, foi escrito por um filósofo estóico originário de Samosata, Síria, chamado Mara bar Sarapiton, por volta do ano 73. Refere-se a Jesus como o “sábio rei” dos judeus, dizendo que promulgou “novas leis”, talvez em alusão às antíteses do Sermão da Montanha (cfr. Mt 5, 21-48) e que de nada serviu aos judeus dar-lhe a morte.

A menção explícita de Jesus mais antiga e célebre é a que faz o historiador Flávio Josefo (*Antiquitates Iudaicae* XVIII, 63-64), nos finais do século I, também conhecida como *Testimonium Flavianum*. Esse texto, que se conservou em todos os manuscritos gregos da obra de Josefo, chega a insinuar que podia ser o Messias, pelo que muitos autores alegam que terá sido interpolado por copistas medievais. Hoje em dia, os investigadores pensam que as palavras originais de Josefo deviam ser muito parecidas com as que se conservaram numa versão árabe do texto citado por Agápio, um Bispo de Hierápolis, no século X, onde já não figuram as presumíveis interpolações. Diz assim: “Por este tempo, um homem sábio chamado Jesus teve uma boa conduta e era conhecido como virtuoso. Teve como discípulos muitas pessoas de entre os judeus e outros povos. Pilatos condenou-o a ser crucificado e morrer. Mas, os que se tinham feito seus discípulos não abandonaram o seu seguimento e contaram que se lhes apareceu três dias após a crucificação e estava vivo, e que por isso podia ser o Messias do qual os profetas tinham dito coisas maravilhosas”.

Entre os escritores romanos do século II (Plínio, o Moço; *Epistolarum ad Traianum Imperatorem cum eiusdem Responsis* liber X, 96; Tácito, *Anais* XV, 44; Suentónio, *Vida de Cláudio*, 25, 4) há algumas alusões à figura de Jesus e à acção dos seus seguidores.

Nas fontes judaicas, particularmente no *Talmude*, também há várias alusões a Jesus e a certas coisas que se diziam d'Ele e que permitem corroborar alguns detalhes históricos por fontes aparentemente pouco ou nada suspeitas de manipulação cristã.

Um investigador judeu, Joseph Klausner, sintetiza assim algumas das conclusões que se podem deduzir dos enunciados talmúdicos sobre Jesus: “Há enunciados fiáveis no que respeita ao seu nome ter sido Yeshua (Yeshu) de Nazaré, que “praticou a feitiçaria” (quer dizer, que realizou milagres como era corrente naqueles dias) e a sedução, e que conduzia Israel pelo mau caminho; que se riu das palavras dos sábios e comentou a Escritura tal como os Fariseus; que teve cinco discípulos; que disse que não tinha vindo para abolir a Lei nem para lhe acrescentar coisa alguma; que foi posto num madeiro (crucificado) como falso mestre e sedutor, nas vésperas da Páscoa (que calhou num Sábado); e que os seus discípulos curavam doenças em seu nome” (J. Klausner, *Jesús de Nazaret*, p. 44) O resumo que faz, e os seus incisos, ainda que exigissem precisões do ponto de vista histórico, são suficientemente esclarecedores do que se pode deduzir destas fontes, que não dizendo tudo, dizem bastante. Contrastando estes dados com os procedentes dos autores romanos é, portanto, possível assegurar com certeza histórica que Jesus existiu e inclusivamente conhecer alguns dos dados mais importantes da sua vida.

*Bibliografia: Joseph Klausner, Jesús de Nazaret. Su vida, su época, sus enseñanzas, Paidós, Barcelona 1989; Romano Penna, Ambiente histórico cultural de los orígenes del cristianismo, Desclée de Brouwer, Bilbao 1994; Robert E. Van Voorst, Gesù nelle fonti extrabibliche. Le antiche testimonianze sul Maestro di Galilea, San Paolo, Cinisello Balsamo 2004; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 99-127).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## QUEM ERAM OS FARISEUS, SADUCEUS, ESSÉNIOS E ZELOTES?

Na Palestina do século I tinham surgido alguns grupos entre a população judia, como consequência das diversas sensibilidades acerca das fontes e dos modos de viver a religião de Israel.

No tempo de Jesus, os mais apreciados pela maioria do povo eram os *fariseus*. O seu nome, em hebraico *perushim*, significa «os segregados». Dedicavam toda a sua atenção às questões relativas à observância das leis de pureza ritual, inclusivamente fora do templo. As normas de pureza sacerdotal, estabelecidas para o culto, passaram a marcar para eles um ideal de vida, em todas as acções da vida quotidiana, que ficava assim ritualizada e sacralizada. A par da Lei escrita (*Torá* ou Pentateuco), foram recompilando uma série de tradições e modos de cumprir as prescrições da Lei, às quais se concedia cada vez mais importância até chegarem a ser recebidas como Torá oral, atribuída também a Deus. Segundo as suas convicções, essa Torá oral foi entregue, juntamente com a Torá escrita, a Moisés no Sinai, e portanto ambas tinham idêntica força vinculativa.

Para uma parte dos fariseus a dimensão política desempenhava uma função decisiva no seu posicionamento vital, e estava ligada ao empenho pela independência nacional, pois nenhum poder alheio podia impor-se à soberania do Senhor sobre o seu povo. Estes são conhecidos pelo nome de *zelotes*, que possivelmente se deram a si mesmos, aludindo ao seu zelo por Deus e pelo cumprimento da Lei. Ainda que pensassem que a salvação é concedida por Deus, estavam convencidos de que o Senhor contava com a colaboração humana para trazer essa salvação. Essa colaboração manifestava-se ao princípio num âmbito puramente religioso, no zelo pelo cumprimento estrito da Lei. Mais tarde, a partir da década dos cinquenta, consideravam que também havia de manifestar-se no âmbito militar, pelo que não se podia recusar o uso da violência quando esta fosse necessária para vencer, nem havia que ter medo de perder a vida em combate, que era como um martírio para santificar o nome do Senhor.

Os *saduceus*, por seu lado, eram pessoas da alta sociedade, membros de famílias sacerdotais, cultos, ricos e aristocratas. Dentre eles tinham saído desde o início da ocupação

romana os sumos sacerdotes que, nesse momento, eram os representantes judeus perante o poder imperial. Faziam uma interpretação muito sóbria da Torá, sem cair nas numerosas questões casuísticas dos fariseus, e portanto subestimando o que aqueles consideravam Torá oral. Ao contrário dos fariseus, não acreditavam na vida depois da morte, nem compartilhavam as suas esperanças escatológicas. Não gozavam da popularidade nem do afecto popular que desfrutavam os fariseus, mas tinham poder religioso e político, pelo que eram muito influentes.

Um dos grupos mais estudados nos últimos anos tem sido o dos *essénios*. Temos ampla informação acerca de como viviam e quais eram as suas crenças através de Flávio Josefo, e sobretudo através dos documentos em papiro e pergaminho encontrados em Qumran, onde parece que se instalaram alguns deles.

Uma característica específica dos essénios consistia no repúdio do culto que se fazia no templo de Jerusalém, já que era realizado por um sacerdócio que se tinha envilecido desde a época dos asmoneus. Por isso, os essénios optaram por segregar-se dessas práticas comuns para conservar e restaurar a santidade do povo num âmbito mais reduzido, o da sua própria comunidade. O afastamento de muitos deles para zonas desérticas tem por fim excluir a contaminação que poderia advir do contacto com outras pessoas. A renúncia a manter relações económicas ou a aceitar ofertas não deriva de um ideal de pobreza, tratando-se antes de um modo de evitar contaminação com o mundo exterior, para salvaguardar a pureza ritual. Consumada a sua ruptura com o templo e o culto oficial, a comunidade essénia vê-se a si mesma como um templo imaterial, que substitui transitoriamente o templo de Jerusalém enquanto nele se continue a realizar um culto que consideram indigno.

*Bibliografia: Étienne Nodet, Essai sur les origines du Judaïsme: de Josué aux Pharisiens, Editions du Cerf, Paris 1992; Anthony J. Saldarini, Pharisees, scribes and Sadducees in Palestinian society: a sociological approach, William B. Eerdmans, Cambridge 2001; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 91-97).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## QUE IMPORTÂNCIA TÊM OS MANUSCRITOS DE QUMRAN?

No ano de 1947 no Wadi Qumran, junto do Mar Morto, apareceram em diversas grutas, onze no total, umas jarras de barro que continham bastantes documentos escritos em hebraico, aramaico e grego. Sabe-se que foram escritos entre o séc. II a.C. e o ano 70 d.C., em que se deu a destruição de Jerusalém.

Foram recuperados cerca de 800 escritos entre os vários milhares de fragmentos, dado que são muito poucos os documentos que estavam completos. Há fragmentos de todos os livros do Antigo Testamento (excepto do Livro de Ester), de muitos dos livros judeus não canónicos conhecidos, e inclusivamente de outros até então desconhecidos, e apareceu um bom número de escritos próprios do grupo sectário dos essénios que se tinham retirado para o deserto.

Sem dúvida os documentos mais importantes são os textos da Bíblia. Até à descoberta dos textos de Qumran, os manuscritos em hebraico mais antigos que possuíamos eram dos séculos IX-X d.C., pelo que podia suspeitar-se que neles se tinham omitido, acrescentado ou modificado palavras ou frases incómodas dos originais. Com os novos achados compro-vou-se que os textos encontrados coincidem com os medievais, embora sejam quase mil anos anteriores, e que as poucas variantes que apresentam coincidem em grande parte com algumas já testemunhadas pela versão grega, chamada dos Setenta, ou pelo Pentateuco samaritano. Muitos outros documentos contribuíram para demonstrar que havia um modo de interpretar a Escritura (e as normas legais) diferente do habitual entre saduceus e fariseus.

Entre os textos de Qumran não há nenhum texto do Novo Testamento, nem nenhum escrito cristão. Nalgum momento foi discutido se umas palavras escritas em grego sobre dois pequenos fragmentos de papiro encontrados pertenciam ao Novo Testamento, mas não parece provável. Com excepção desses fragmentos, não havia nessas grutas nenhum outro possível documento cristão.

Também não parece haver evidência de que os textos judeus que apareceram ali tenham tido alguma influência no Novo Testamento. Actualmente os especialistas admitem que no

âmbito doutrinal Qum-ran não teve influência nas origens do cristianismo, dado que o grupo do Mar Morto era um grupo sectário, minoritário e afastado da sociedade, enquanto que Jesus e os primeiros cristãos viveram imersos na sociedade judaica do seu tempo e dialogaram com eles. Esses documentos serviram unicamente para esclarecer alguns termos ou expressões habituais naquela época e que actualmente se tornavam difíceis de entender, e compreender melhor o ambiente judeu tão plural em que nasceu o cristianismo.

Na primeira metade dos anos noventa difundiram-se dois formidáveis mitos que actualmente estão plenamente diluídos. Um, propaga que os manuscritos continham doutrinas que contradiziam ou o judaísmo ou o cristianismo e que, por isso, as autoridades judaicas e o Vaticano se tinham posto de acordo para impedir a sua publicação. Agora que estão publicados todos os documentos, torna-se evidente que as dificuldades de publicação não eram de ordem religiosa, mas de ordem científica. O segundo é de maior calibre, porque se apresentou com pretensão científica. Uma professora de Sydney, Barbara Thiering e um professor da California State University, Robert Eisenman, publicaram vários livros nos quais, comparando os documentos de Qumran com o Novo Testamento, chegaram à conclusão de que ambos estão escritos em chave, que não dizem o que dizem, mas que é necessário descobrir o seu significado secreto. Sugerem que o Mestre de Justiça, fundador do grupo de Qumran, tinha sido João Baptista e o seu oponente Jesus (segundo B. Thiering), ou que o Mestre de Justiça teria sido São Tiago e o seu oponente Paulo. Baseavam-se na existência de personagens que são mencionados com termos cujo significado nos escapa, tais como Mestre de Justiça, Sacerdote ímpio, o Mentiroso, o Leão furioso, os descobridores de interpretações fáceis, os filhos da luz e os filhos das trevas, a casa da abominação, etc. Actualmente nenhum especialista admite tais afirmações. Se não conhecemos o significado desta terminologia não é porque contenha doutrinas esotéricas. É evidente que os contemporâneos do grupo de Qumran estavam familiarizados com estas expressões e que os documentos do Mar Morto, embora contenham doutrinas e normas diferentes das ensinadas pelo judaísmo oficial, não têm nenhuma chave secreta, nem escondem teorias inconfessáveis.

*Bibliografía: J. Poully, Los manuscritos del mar muerto y la comunidad de Qumran, Verbo divino, Estella, 1980; F. García Martínez – J. Treballe, Los hombres de Qumran: literatura, estructura social y concepciones religiosas, Trotta, Madrid 1993; R. Riesner - H. D. Betz, Jesús, Qumran y el Vaticano, Herder, Barcelona, 1992.*

[Voltar ao índice](#)

## O QUE É A BIBLIOTECA DE NAG HAMMADI?

É uma colecção de doze códices de papiro com capas de couro que foram casualmente descobertos em 1945, no alto Egipto, junto à antiga aldeia de Quenoboskion, a uns dez quilómetros da moderna cidade de Nag Hammadi. Actualmente, conservam-se no Museu Copto do Cairo, e costumam designar-se com as siglas NHC (Nag Hammadi Codices). À mesma colecção atribuem-se outros três códices, conhecidos desde o século XVIII, que se encontram em Londres (Codex Askewianus, normalmente conhecido como Pistis Sophia), Oxford (Codex Brucianus) e Berlim (Códex Berolinensis). Estes três códices, embora sejam mais tardios, procedem da mesma zona.

Os NHC foram escritos até ao ano 330 e enterrados nos finais do séc. IV ou princípios do V. Esses códices contêm umas cinquenta obras escritas em copto – a língua egípcia falada pelos cristãos do Egipto e escrita em caracteres gregos – que são traduções do grego, às vezes não muito fiáveis. Quase todas as obras são de carácter herético e reflectem distintas tendências gnósticas que, em geral, já eram conhecidas, pois foram combatidas pelos Padres da Igreja, especialmente Santo Ireneu, Santo Hipólito de Roma e Santo Epifânio. O principal contributo desses códices é podermos agora ter acesso directo às obras dos próprios gnósticos e poder-se comprovar que, efectivamente, os Santos Padres conheciam bem aquilo que enfrentavam.

Do ponto de vista literário, nos NHC estão representados os géneros mais diversos: tratados teológicos e filosóficos, apocalipses, evangelhos, orações, actos de apóstolos, cartas, etc. Por vezes os títulos não estão no original, mas foram postos pelos editores atendendo ao conteúdo. No que concerne às obras que têm como título “evangelho”, é preciso observar que se parecem muito pouco com os evangelhos canónicos, uma vez que não apresentam uma narração da vida do Senhor, mas apenas revelações secretas que presumivelmente Jesus terá feito aos seus discípulos. Assim, por exemplo, o evangelho de Tomé, traz cento e catorze ditos de Jesus, um após outro, sem outro contexto narrativo que algumas perguntas que às vezes lhe fazem os discípulos; e o “Evangelho de Maria [Madalena]” narra a revelação que Cristo glorioso lhe faz a ela sobre a ascensão da alma.

Do ponto de vista das doutrinas os códices contêm, em geral, obras gnósticas cristãs, se bem que em algumas, como no “Apócrifo de João” (um dos mais importantes, uma vez que se encontra em quatro códices), os traços cristãos parecem secundários em relação ao mito gnóstico que constitui o seu núcleo. Neste mito interpretam-se em sentido inverso os primeiros capítulos do Génesis, apresentando o Deus criador ou Demiurgo como um deus inferior e perverso que criou a matéria. Mas nos códices há também obras gnósticas não cristãs, que recolhem uma gnose greco-pagã, desenvolvida em torno da figura de Hermes Trismegisto, considerado o grande revelador do conhecimento (“Discurso do oito e do nove”). Este tipo de gnose era conhecida em parte, já antes das descobertas. Inclusivamente, em NHC VI, é recolhido um fragmento da “República”, de Platão.

*Bibliografia: Raymond Kuntzmann - Jean-Daniel Dubois, Nag Hammadi. Evangelio de Tomás. Textos gnósticos de los orígenes del cristianismo, Verbo Divino, Estella 1998 (2ª ed.).*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## JESUS TEVE IRMÃOS?

A Virgem Maria concebeu Jesus sem concurso de varão (Mt 1, 25) e não teve mais filhos, como também o sugere o facto de Jesus na cruz confiar a sua Mãe a João (Jo 19, 27). Assim no-lo transmitiu a tradição da Igreja, que declarou Maria como *aeiparthenos* a “sempre virgem”. Trata-se de uma verdade de fé que está de acordo com os textos evangélicos. As expressões que se encontram nos evangelhos e que parecem contradizê-la devem ser entendidas correctamente:

a) No evangelho diz-se que Jesus é o primogénito de Maria (Lc 2, 6), o que implicaria ser o maior de vários irmãos. Contudo, o termo “primogénito” é a forma legal de denominar o primeiro filho (Ex 12, 29; 34, 19, etc.) e não implica que tivesse outros irmãos depois dele, como é evidente pelo testemunho de uma conhecida inscrição hebraica na qual se diz de uma mãe: que *morreu* ao dar à luz o seu “filho primo-génito”.

b) As palavras de Mateus 1, 25, “e, sem que ele a tivesse conhecido, deu à luz um filho”, poder-se-iam traduzir literalmente “e não a conheceu até que deu à luz”. A conjunção grega *heos*, “até que”, implicaria que depois teria havido coabitação. Todavia, esta conjunção indica, em si, o que ocorreu até ao momento, neste caso a concepção virginal de Jesus, prescindindo da situação posterior. Encontra-mos a mesma conjunção em Jo 9, 18, onde se diz que os fariseus não acreditaram no milagre da cura do cego de nascimento “até que” chamaram os pais deste. Mas é-nos dito logo de seguida que não passaram a acreditar depois disso.

c) Nos textos evangélicos há referências explícitas a “irmãos e irmãs” de Jesus (Mc 3, 32; 6, 3 e par.). Inclusivamente, é-nos indicado o nome de quatro deles: “Tiago, José, Simão e Judas” (Mc 6, 3). Destes quatro, Tiago desempenhará um papel importante na Igreja primitiva, como cabeça da Igreja de Jerusalém, sendo conhecido como “Tiago, o irmão do Senhor” (Gl 1, 19; cf. 1 Co 15, 7). Perante disto é necessário saber que em hebraico ou aramaico não existe um termo específico para indicar o grau de parentesco, pelo que todos os parentes são “irmãos”. A palavra grega que traduz “irmão”, *•\*g8n`H*, e que aparece nos evangelhos (que são textos que reflectem um mundo semita, e não grego), tem um

significado muito amplo, que vai desde irmão natural até meio-- irmão, cunhado, primo, tio, vizinho, discípulo, etc. Em Gn 13, 8 diz-se que Abraão e Lot eram irmãos, quando na realidade, por outros dados, sabemos que eram tio e sobrinho. Em Mc 6, 17 diz-se que Herodíades se tinha casado com Herodes, “irmão de Filipe”, e na realidade eram meios-irmãos, uma vez que tinham mãe diferente. Em Jo 19, 25 indica-se que estavam junto à cruz de Jesus “sua mãe e a irmã de sua mãe, Maria de Cléofas”, quer dizer, duas Marias, que deviam ser parentes e não irmãs, já que tinham o mesmo nome.

É verdade que em grego existe a palavra *ἀδελφός* que significa “primo”, mas que só aparece uma vez no Novo Testamento (Col 4, 10). Afirmar que, no caso de terem sido primos e não verdadeiros irmãos, os evangelistas teriam utilizado este termo ou teriam deixado algum outro indício, é partir de um preconceito. Aduzir o testemunho de Hegisipo, recolhido por Eusébio, que fala de “Tiago, irmão do Senhor” (*Hist. Eccl.* 2, 23) e de “Simão, primo do Senhor” (*Hist. Eccl.* 4, 22), não é conclusivo, porque provêm de passagens que aparecem em contextos distintos. O primeiro pode entender-se como o título pelo qual era conhecido Tiago, sem querer precisar o grau de parentesco.

A não ser que o contexto o indique claramente, é impossível saber o significado exacto da palavra “irmão” e o grau de parentesco ou relação. Jesus é conhecido como o “filho de Maria” (Mc 6, 3). É o seu único filho. A tradição da Igreja (e não as análises filológicas aparentemente mais prováveis e os testemunhos isolados, por mais antigos que sejam) é a verdadeira intérprete destes textos. Esta mesma tradição explicou que, nas passagens do Novo Testamento, a expressão “irmãos” ou “irmãs” de Jesus se deve entender como “parentes”, de acordo com o significado da palavra grega. Qualquer outra interpretação é possível, mas arbitrária. Ver também a pergunta “*Teve São José mais filhos?*”

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## QUEM FOI MARIA MADALENA?

Os dados que nos oferecem os evangelhos são escassos. Lc 8, 2 informa-nos que entre as mulheres que seguiam Jesus e o assistiam com os seus bens estava Maria Madalena, quer dizer, uma mulher chamada Maria, que era oriunda de Migdal Nunayah, em grego Tariquea, uma pequena povoação junto ao lago da Galileia, situada 5,5 km ao norte de Tiberíades. Dela Jesus tinha expulsado sete demónios (Lc 8, 2; Mc 16, 9), que é o mesmo que dizer “todos os demónios”. A expressão pode entender-se como uma possessão diabólica, mas também como uma enfermidade do corpo ou do espírito.

Os evangelhos sinópticos mencionam-na como a primeira de um grupo de mulheres que contemplaram de longe a crucifixão de Jesus (Mc 15, 40-41 e par.) e que ficaram sentadas em frente do sepulcro (Mt 27, 61) enquanto sepultavam Jesus (Mc 15, 47). Referem que na madrugada do dia depois do sábado, Maria Madalena e outras mulheres voltaram ao sepulcro para ungi-lo com os aromas que tinham comprado (Mc 16, 1-7 e par.). Nessa altura um anjo comunicou-lhes que Jesus tinha ressuscitado e encarregou-as de ir comunicá-lo aos discípulos (cf. Mc 16, 1-7 e par.).

São João apresenta os mesmos dados com pequenas variantes. Maria Madalena está junto à Virgem Maria ao pé da cruz (Jo 19, 25). Depois do sábado, quando ainda era de noite, aproxima-se do sepulcro, vê a pedra removida e avisa Pedro pensando que alguém teria roubado o corpo de Jesus (Jo 20, 1- 2). De volta ao sepulcro, começa a chorar e encontra-se com Jesus ressuscitado, o qual a encarrega de anunciar aos discípulos o seu regresso ao Pai (Jo 20, 11- 18). Essa é a sua glória. Por isso, a tradição da Igreja chamou-lhe no Oriente “isapóstolos” (igual a um apóstolo) e no Ocidente “apostola apostolorum” (apostolina de apóstolos). No Oriente há uma tradição que diz que foi sepultada em Éfeso e que as suas relíquias foram levadas para Constantinopla no século IX.

Maria Madalena foi muitas vezes identificada com outras mulheres que aparecem nos evangelhos. A partir dos séculos VI e VII, na Igreja Latina tendeu-se a identificar Maria Madalena com a mulher pecadora que, *na Galileia*, em casa de Simão, o fariseu, ungiu os pés de Jesus com as suas lágrimas (Lc 7, 36-50). Por outro lado, alguns Padres e escritores

eclesiásticos, comparando os evangelhos, tinham já identificado esta mulher pecadora com Maria, irmã de Lázaro, que, *em Betânia*, unge com perfume a cabeça de Jesus (Jo 12, 1-11). Mateus e Marcos, na passagem paralela não dão o nome de Maria, mas dizem que foi uma mulher e que a unção ocorreu na casa de Simão, *o leproso* (Mt 26, 6-13 e par.). Por essa razão, e devido em boa parte a São Gregório Magno, no Ocidente estendeu-se a ideia de que as três mulheres eram a mesma pessoa. No entanto, os dados evangélicos não sugerem que se deva identificar Maria Madalena com a Maria que unge Jesus em Betânia, pois esta parece ser a irmã de Lázaro (Jo 12, 2-3). Esses dados, também não permitem deduzir que seja a mesma que a pecadora, que segundo Lc 7, 36- 49 ungiu Jesus, ainda que a confusão seja compreensível, pelo facto de São Lucas assinalar – imediatamente depois do relato em que Jesus perdoa a esta mulher – que o assistiam algumas mulheres, entre elas Maria Madalena, da qual tinha expulsado sete demónios (Lc 8, 2). Além disso, Jesus louva o amor da mulher pecadora: “São-lhe perdoados os seus muitos pecados, porque muito amou” (Lc 7, 47). Também se descobre um grande amor no encontro de Maria com Jesus depois da ressurreição (Jo 20, 14-18). Em todo o caso, ainda que se tratasse da mesma mulher, o seu passado pecador não é um descrédito. Pedro foi infiel a Jesus e Paulo um perseguidor dos cristãos. A sua grandeza não está na sua impecabilidade, mas no seu amor.

Pelo seu papel de relevo no evangelho, foi uma figura que recebeu especial atenção de alguns grupos marginais à primitiva Igreja. Tratam-se fundamentalmente de seitas gnósticas, cujos escritos recolhem revelações secretas de Jesus depois da ressurreição e que recorrem à figura de Maria para transmitir as suas ideias. São relatos que não têm fundamento histórico. Padres da Igreja, escritores eclesiásticos e outras obras destacam o papel de Maria como discípula do Senhor e proclamadora do Evangelho. A partir do século X surgiram narrações fictícias que exaltavam a sua pessoa e que se difundiram sobretudo em França. Ali nasce a lenda, que não tem nenhum fundamento histórico, de que Madalena, Lázaro e alguns mais, quando se iniciou a perseguição contra os cristãos, foram de Jerusalém a Marselha e evangelizaram a Provença. De acordo com esta lenda, Maria morreu em Aix-en-Provence ou Saint Maximin e as suas relíquias foram levadas para Vézelay.

*Bibliografia:* V. Saxer, *Maria Maddalena*, em *Biblioteca Sanctorum VIII*, Roma 1966, 1078- 1104; M. Frenschkowski, “*Maria Magdalena*”, em *Biographisch-Bibliographischen Kirchenlexikon*.

[Voltar ao índice](#)

## QUE RELAÇÃO TEVE JESUS COM MARIA MADALENA?

Dos evangelhos deduz-se que Maria Madalena sentia um grande amor por Jesus. Tinha sido libertada por ele de sete demónios, seguia-o como discípula, assistia-o com os seus bens (Lc 8, 2-3) e esteve com Maria, a Mãe de Jesus, e as outras mulheres, quando Jesus foi crucificado (Mc 15, 40-41 e par.). Foi, de acordo com os evangelhos, a primeira a quem apareceu Jesus depois da ressurreição, depois de O procurar com lágrimas (Jo 20, 11-18). Daí a veneração que teve na Igreja como testemunha do ressuscitado. (Ver a pergunta *Quem foi Maria Madalena?*). Destas passagens não se pode deduzir nem que tenha sido uma pecadora, nem muito menos que tenha sido mulher de Jesus.

Os que sustentam esta última opinião recorrem ao testemunho de alguns evangelhos apócrifos. Todos eles, *talvez* com a excepção de uma parte do *Evangelho de Tomé*, são posteriores aos evangelhos canónicos e não têm carácter histórico, dado que são um instrumento para transmitir ensinamentos gnósticos.

Segundo estas obras – que embora levem o nome de evangelhos, não são propriamente tais, mas antes escritos com revelações secretas de Jesus aos seus discípulos depois da ressurreição – Mariam (ou Mariamne ou Mariham) – não aparece o nome de Madalena salvo em uns poucos livros – é a que entende melhor essas revelações. Por essa razão é a preferida de Jesus e a que recebe uma revelação especial. A oposição que em alguns destes textos (*Evangelho de Tomé, Diálogos do Salvador, Pistis Sophia, Evangelho de Maria*) mostram os apóstolos em relação a ela por ser mulher, reflecte a consideração negativa que alguns gnósticos tinham pelo feminino, e a condição de Maria como discípula importante. No entanto, alguns querem ver nesta oposição um reflexo da posição da Igreja oficial de então, que estaria contra a liderança espiritual da mulher que propunham estes grupos. Nada disto é demonstrável. Essa oposição pode antes entender-se como um conflito de doutrinas, as de Pedro e dos outros apóstolos, frente às que estes grupos gnósticos propagavam em nome de Mariam. Em qualquer caso, o facto de se recorrer a Maria é uma forma de justificar os seus fundamentos gnósticos.

Noutros evangelhos apócrifos, especialmente no *Evangelho de Filipe*, Mariam (desta vez citada também com o nome de origem, Madalena) é modelo do gnóstico, precisamente pela sua feminilidade. Ela é símbolo espiritual do seguimento de Cristo e da união perfeita com ele. Neste contexto fala-se de um beijo de Jesus a Maria (se é que o texto se pode entender realmente assim), que simbolizam essa união, já que mediante esse beijo, uma espécie de sacramento superior ao baptismo e à eucaristia, o gnóstico se gerava a si mesmo como gnóstico. O tom destes escritos não tem qualquer significado sexual. Por isso, nenhum estudioso sério entende estes textos como um testemunho histórico de uma relação sexual entre Jesus e Maria Madalena. É muito triste que esta acusação, que não tem nenhum fundamento histórico, já que nem sequer os cristãos da época se viram obrigados a polemizar para se defenderem dela, ressurja de vez em quando como uma grande novi-dade.

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## O QUE DIZ O “EVANGELHO DE MARIA [MADALENA]”?

O texto que se conhece como *Evangelho de Maria* é um texto gnóstico escrito originalmente em grego, que nos chegou, através de dois fragmentos em papiro do século III, encontrados em Oxirrinco no Egito (P.Ryl. III 463 e P.Oxy. L 3525), e de uma tradução em copto do século V (P.Berol. 8502). Todos estes textos foram publicados entre 1938 e 1983. É possível que a obra tenha sido composta no século II. Nela apresenta-se Maria, provavelmente Maria Madalena (ainda que apenas seja denominada Maria), como fonte de uma revelação secreta ao estar em estreita relação com o Salvador.

No texto fragmentário que nos chegou narra-se que os discípulos fazem perguntas a Cristo ressuscitado e ele responde. Depois envia-os a pregar o evangelho do Reino aos gentios e vai-se embora. Os discípulos ficam tristes, sentindo-se incapazes de cumprir o mandato. Então Maria anima-os a levá-lo a cabo. Pedro pede-lhe que lhes comunique as palavras do Salvador que eles não tinham escutado, já que sabem que ele “a amava mais do que às restantes mulheres”. Maria refere a sua visão, repleta de referências gnósticas. No contexto de um mundo que caminha para a dissolução, explica as dificuldades da alma para descobrir a sua verdadeira natureza espiritual, na sua ascensão ao lugar do seu eterno descanso. Quando termina de narrar a sua visão repara que André e Pedro não lhe dão crédito. Pedro põe em questão que o Salvador a preferisse aos apóstolos e Maria põe-se a chorar. Levi defende-a (“Tu, Pedro, sempre tão impetuoso”) e acusa Pedro de se pôr contra a “mulher” (provavelmente, Maria, mais do que a mulher em geral) como faziam os adversários. Anima-os a aceitar que o Salvador a tenha preferido, a revestir-se do homem perfeito e a ir pregar o evangelho, o que fazem finalmente.

Este é o testemunho dos fragmentos, que, como se vê, não é muito. Alguns autores quiseram ver na oposição dos apóstolos a Maria (de algum modo também presente no *Evangelho de Tomé*, na *Pistis Sophia* e no *Evangelho grego dos egípcios*) um reflexo dos confrontos existentes na Igreja do século II. Seria sinal de que a Igreja oficial se oporia às revelações esotéricas e à liderança da mulher. Mas tendo em conta o carácter gnóstico destes textos, parece muito mais plausível que estes “evangelhos” não mostrem a situação

da Igreja, mas a sua particular posição e o seu confronto com ela. O que afirma um grupo sectário não se pode entender como norma geral de uma situação, nem se pode fazer da excepção uma regra.

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## ERA NORMAL QUE TANTAS MULHERES RODEASSEM JESUS?

A atitude e os ensinamentos de Jesus – que depois seguiu a primeira comunidade cristã como se vê no livro dos Actos dos Apóstolos e nas cartas do Novo Testamento – outorgavam à mulher uma dignidade que contrastava com os costumes da época.

Embora houvesse diferenças entre as classes altas e baixas, o comum é que a mulher não tivesse um lugar na vida pública. O seu âmbito era o lar onde estava submetida ao marido: saía pouco de casa e quando saía fazia-o com o rosto coberto com um véu e sem se deter a falar com os homens. O marido podia dar-lhe o libelo de repúdio e despedi-la. Certamente, tudo isto não se aplicava estritamente às mulheres que, por exemplo, tinham de trabalhar ajudando nas tarefas do campo. Mas ainda assim, não podiam deter-se e estar a sós com um homem. Onde se percebe a diferença mais notável com o homem é, no entanto, no plano religioso: a mulher está submetida às proibições da Lei, mas está livre dos preceitos (ir às peregrinações a Jerusalém, recitar diariamente a Shemá, etc.). Não estava obrigada a estudar a Lei e as escolas reservavam-se para os rapazes. Da mesma forma, na sinagoga as mulheres estavam com os meninos, separadas dos homens por um gradeamento. Não participavam no banquete pascal, nem estavam entre os que pronunciam a bênção depois das refeições.

Em contraste com isto, nos evangelhos descobrimos muitos exemplos de uma atitude de aberta Jesus: além das muitas curas de mulheres que realiza, na sua pregação propõe frequentemente exemplos de mulheres como a que varre a casa até encontrar a dracma perdida (Lc 15, 8), a viúva que persevera na oração (Lc 18, 3), ou a viúva pobre mas generosa (Lc 21, 2). Corrigiu a interpretação do divórcio (Lc 16, 18) e admitiu que as mulheres o seguissem. Relativamente ao seguimento de Jesus, ou ao grupo dos discípulos, também a atitude de Jesus foi mais aberta. Jesus tinha seguidores, discípulos sedentários, poderia dizer-se, que viviam nas suas casas, como Lázaro (Jo 11, 1; cf. Lc 10, 38- 39), ou José de Arimateia (Mt 27, 57). Do mesmo modo que estes, se podem considerar seguidoras Marta e Maria (Lc 10, 38-41). De Maria diz-se que “sentada aos pés do Senhor, escutava a

sua palavra” (Lc 10, 39), como uma maneira de mostrar a atitude do discípulo do Senhor (cf. Lc 8, 15.21).

Também no evangelho se fala da missão itinerante de Jesus e dos seus discípulos. Neste contexto há que entender Lc 8, 1-3 (cf. Mt 27, 55-56; Mc 15, 40-41): “Jesus caminhava pelas cidades e aldeias, pregando e anunciando a boa nova do Reino de Deus; andavam com Ele os doze e algumas mulheres que tinham sido livradas de espíritos malignos e de doenças: Maria, chamada Madalena, da qual tinham saído sete demónios, Joana, mulher de Cusa, procurador de Herodes, Susana, e outras muitas, que os serviam com os seus bens”. Há um grupo de mulheres que acompanham Jesus e os Apóstolos na pregação do Reino e que desempenham um trabalho de diaconia, de serviço.

*Bibliografía: J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; J. Jeremias, Jerusalén en tiempos de Jesús, Cristiandad, Madrid 2000; J. González Echegaray, Arqueología y evangelios, Verbo Divino, Estella 1994.*

Vicente Balaguer

[Voltar ao índice](#)

## QUE INFLUÊNCIA TEVE SÃO JOÃO BAPTISTA EM JESUS?

A figura de São João Baptista ocupa um lugar importante no Novo Testamento e, concretamente, nos evangelhos. Foi comentada na tradição cristã mais antiga, e entranhou-se profundamente na piedade popular, que celebra a festa do seu nascimento com especial solenidade desde tempos muito antigos. Nos últimos anos, tem atraído a atenção de estudiosos do Novo Testamento e das origens do cristianismo, que procuram descobrir que coisas se podem conhecer acerca da relação entre João Baptista e Jesus de Nazaré, do ponto de vista da crítica histórica.

Dois tipos de fontes falam de João Baptista, umas cristãs e outras profanas. As cristãs são os quatro evangelhos canónicos e o evangelho gnóstico de Tomé. A fonte profana mais relevante é Flávio Josefo, que dedicou uma longa separata do seu livro *Antiguidades Judaicas* (18, 116-119) a glosar o martírio do Baptista às mãos de Herodes na fortaleza de Maqueronte (Pereia). Para avaliar as eventuais influências, pode ser uma ajuda olhar para o que se sabe acerca da vida, da conduta e da mensagem de ambos.

1. *Nascimento e morte.* João Baptista seguramente coincidiu no tempo com Jesus, nasceu algum tempo antes e começou a sua vida pública também antes. Era de origem sacerdotal (Lc 1), embora nunca tenha exercido as suas funções, e supõe-se que mostrou oposição ao comportamento do sacerdócio oficial, quer pela sua conduta e quer pela sua permanência longe do Templo. Passou algum tempo no deserto da Judeia (Lc 1, 80), mas não parece que tenha tido uma relação com o grupo de Qumran, uma vez que não se mostra tão radical no cumprimento das normas legais (*halakhot*). Morreu condenado por Herodes Antipas (Flávio Josefo, *Ant. Jud.* 18, 118). Jesus, por seu lado, passou a sua primeira infância na Galileia e foi baptizado por ele no Jordão. Soube da morte do Baptista e sempre louvou a sua figura, a sua mensagem e a sua missão profética.

2. *Comportamento.* Da sua vida e conduta, Josefo assinala que era “boa pessoa” e que muitos “acoriavam a ele e se entusiasmavam ao ouvi-lo “. Os evange-listas são mais explícitos e mencionam o lugar onde ele desenvolveu a sua vida pública (a Judeia e a margem do Jordão); a sua conduta austera no vestir e no comer; a sua liderança perante os seus

discípulos e a sua função de precursor, ao revelar Jesus de Nazaré como verdadeiro Messias. Jesus, pelo contrário, não se distinguiu dos seus concidadãos, no que é externo: não se limitou a pregar num lugar determinado; participou em refeições de família; vestia com naturalidade e, embora condenando a interpretação literal da lei que faziam os fariseus, cumpriu todas as normas legais e frequentou o templo com assiduidade.

3. *Mensagem e baptismo*. João Baptista, segundo Flávio Josefo, “exortava os judeus a praticar a virtude, a justiça uns com os outros e a piedade com Deus, e depois a receber o baptismo”. Os evangelhos acrescentam que a sua mensagem era de penitência, escatológica e messiânica: exortava à conversão e ensinava que o juízo de Deus está iminente: virá quem é “mais forte que eu” que baptizará no Espírito Santo e no fogo. O Seu baptismo era para Flávio Josefo “um banho do corpo” e sinal da limpeza da alma pela justiça. Para os evangelistas era “um baptismo de conversão para o perdão dos pecados” (Mc 1, 5). Jesus não rejeita a mensagem do Baptista, antes parte dela (Mc 1, 15) para anunciar o reino e a salvação universal, e identifica-se com o Messias que João anunciava, abrindo o horizonte escatológico. Sobretudo faz do seu baptismo fonte de salvação (Mc 16, 16) e porta para participar dos dons, outorgados aos discípulos.

Resumindo, entre João e Jesus houve muitos pontos de contacto, mas todos os dados conhecidos até ao presente, põem em evidência que Jesus de Nazaré superou o esquema vetero-testamentario do Baptista (conversão, atitude ética, esperança messiânica), e apresentou o horizonte infinito da salvação (reino de Deus, redenção universal, revelação definitiva).

*Bibliografia: J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005.*

Santiago Ausín

[Voltar ao índice](#)

## JESUS FOI DISCÍPULO DE SÃO JOÃO BAPTISTA?

Dado que a relação entre João Baptista e Jesus foi tão directa e intensa, seria conveniente perguntar se houve entre eles uma relação mestre-discípulo. Para uma resposta adequada a esta questão, é necessário explicar os três elementos que foram debatidos sobre este tema entre os estudiosos, que são os seguintes: os discípulos de João, a importância do seu baptismo no Jordão e os elogios de Jesus ao Baptista.

1. *Os discípulos de João.* Os evangelhos assinalam com frequência que João tinha discípulos, entre os quais alguns seguiram depois Jesus (Jo 1, 35-37). Não eram, portanto simples seguidores eventuais, mas acompanhavam-no, seguiam-no e, seguramente, compartilhavam a sua própria vida (Mc 2, 18) e as suas próprias ideias (Jo 3, 22). Flávio Josefo distinguia dois tipos de partidários, uns que o escutavam com atenção ao falar de virtude, de justiça e de piedade, e se baptizavam; e outros, que “se reuniam em volta dele, porque se entusiasmavam muito ao ouvi-lo falar” (*Antiguidades Judaicas* 18, 116-117). Entre os seguidores de João houve alguns que chegaram a perguntar ao seu mestre se Jesus, com a Sua conduta, se estava a mostrar como um rival (Jo 3, 25-27), portanto não O consideravam como um dos seus.

2. *O baptismo de Jesus.* Os especialistas não duvidam da historicidade do facto, entre outras coisas porque a sua inclusão nos evangelhos apresentava certas dificuldades. Uma era a possível interpretação de que o Baptista era superior ao baptizado, Jesus. E outra, porque tratando-se de um baptismo de penitência, poderia pensar-se que Jesus se considerava pecador. Os sinópticos deixam claro nos seus relatos que João se reconhece inferior: recusa baptizar Jesus (Mt 3, 13-17); a voz do céu revela a dignidade divina de Jesus (Mc 1, 9-11); e o quarto evangelho, que não relata o baptismo, assinala que o Baptista dá testemunho de ter visto pousar a pomba sobre Jesus (Jo 1, 29-34) e da sua própria inferioridade (Jo 3, 28). Contudo, não se deduz necessariamente daí que Jesus fosse discípulo de João Baptista. Se os evangelistas não especificam que Jesus tenha sido discípulo de João, é porque não o foi.

3. *Os elogios de Jesus*. Há duas frases de Jesus que demonstram a sua estima pelo Baptista. Uma é recolhida por Mateus (Mt 11, 11) e Lucas (7, 28): “entre os nascidos de mulher não veio ao mundo ninguém maior que João Baptista”. Outra está em Marcos (9, 13) e aplica ao Baptista a profecia de Ml 3, 23-24: “Elias virá primeiro e restabelecerá todas as coisas (...). Todavia, Eu vos digo – afirma Jesus – que Elias já veio, e fizeram dele quanto quiseram, como está escrito dele”.

Não há dúvida de que a pessoa de João, o seu baptismo (cf. Mt 21, 13-27) e a sua mensagem estiveram muito presentes na vida de Jesus. Contudo, seguiu um caminho totalmente diferente: na sua conduta, uma vez que percorreu todo o país, a capital, Jerusalém, e o âmbito do templo; na sua mensagem, uma vez que pregou o reino de salvação universal; nos seus discípulos, a quem ensinou no mandamento do amor, por cima das normas legais e até das práticas ascéticas. Mas o mais chamativo é o facto de Jesus abrir o horizonte da salvação a todos os homens, de todas as raças e de todos os tempos.

Em resumo, tendo em conta a suposição pouco provável e nada comprovada de que Jesus tivesse passado algum tempo junto dos seguidores do Baptista, não se pode dizer que tenha recebido uma influência decisiva. Jesus, mais que discípulo, foi o Messias e Salvador anunciado pelo último e maior dos profetas, João, o Baptista.

*Bibliografia: J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005.*

Santiago Ausín

[Voltar ao índice](#)

## QUE RELAÇÃO TEVE PEDRO COM MARIA MADALENA?

O evangelho de São João refere como no dia seguinte ao sábado, Maria Madalena se dirige ao sepulcro de Jesus e, ao ver a pedra que o fechava deslocada, lançou-se a correr para o anunciar a Simão Pedro e ao discípulo amado. Ao receber a notícia ambos correm para o sepulcro, onde Maria regressa mais tarde e tem um encontro com Jesus ressuscitado (Jo 20, 1-18). Isto é tudo o que os evangelhos nos dizem sobre a relação de Pedro com Maria Madalena. Do ponto de vista histórico não se pode acrescentar nada mais. O *Evangelho de Pedro*, evangelho apócrifo talvez do século II, que relata as últimas cenas da paixão, a ressurreição e as aparições de Jesus ressuscitado, refere-se a ela como “discípula do Senhor”.

Na literatura marginal originada nos círculos gnósticos encontram-se alguns escritos em que se observam confrontos entre Pedro e Maria. Como premissa, convém recordar que são textos que não têm carácter histórico e que recorrem a diálogos fictícios entre diversos personagens, como meio para transmitir as doutrinas gnósticas. O *Evangelho de Maria* é um destes textos, onde se relata a incompreensão de Pedro relativamente à revelação secreta que Maria recebeu (ver a pergunta *Que diz o “Evangelho de Maria [Madalena]”?*). Outro escrito, ao que parece mais antigo, é o *Evangelho de Tomé*. Neste, narra-se, no final, que Simão Pedro disse: “Que Mariham se afaste de nós, pois as mulheres não são dignas da vida!”. Ao que Jesus respondeu: “Olha, eu encarregar-me-ei de a fazer varão, de maneira que também ela se converta num espírito vivente, idêntico a vós os homens: pois toda a mulher que se faça varão, entrará no reino do céu”. Também na *Pistis Sophia* Pedro se impacienta e protesta, porque Maria compreende melhor que os restantes os mistérios em sentido gnóstico e é louvada por Jesus: “Senhor, não permitas falar sempre a esta mulher, porque ocupa o nosso posto e não nos deixa falar nunca” (54b). Aqui, no entanto, a presença de Marta pode sugerir que a Maria que aparece não é a Madalena mas a irmã de Marta e Lázaro, embora se possam também ter identificado as duas Marias. Nestes textos observam-se traços herdados da mentalidade rabínica, segundo a qual as mulheres eram incapazes de apreciar a doutrina religiosa (cf. Jo 4, 27), e elementos próprios da

antropologia gnóstica, onde o feminino ocupa um lugar destacado como veículo de comunicação de revelações esotéricas.

As relações entre Pedro e Maria Madalena devem ter sido semelhantes às que havia entre Pedro e João, Pedro e Paulo, Pedro e Salomé, etc. Isto é, as próprias daquele que estava à frente da Igreja com os outros que tinham sido discípulos do Senhor e que, depois da sua ressurreição, davam testemunho do ressuscitado e proclamavam o Evangelho. Outras relações são fantasia.

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## 35

### O QUE ACONTECEU NA ÚLTIMA CEIA?

As horas que precederam a Paixão e Morte de Jesus ficaram gravadas com singular força na memória e no coração daqueles que estiveram com Ele. Por isso, nos escritos do Novo Testamento se conservam bastantes detalhes acerca do que Jesus fez e disse na sua última ceia. Segundo J. Jeremias é um dos episódios da sua vida melhor testemunhados. Nessa ocasião Jesus estava sozinho com os doze Apóstolos (Mt 26, 20; Mc 14, 17-20; Lc 22, 14). Não o acompanhavam nem Maria, sua mãe, nem as santas mulheres.

Segundo o relato de São João, ao começar, num gesto carregado de significado, Jesus lava os pés aos seus discípulos dando assim exemplo humilde de serviço (Jo 13, 1-20). A seguir tem lugar um dos episódios mais dramáticos dessa reunião: Jesus anuncia que um deles o vai atrair, e eles ficam a olhar uns para os outros com surpresa perante essas palavras de Jesus, que de modo delicado assinala Judas (Mt 26, 20-25; Mc 14, 17-21; Lc 22, 21-23 e Jo 13, 21-22).

Na própria celebração da ceia, o facto mais surpreendente foi a instituição da Eucaristia. Do sucedido nesse momento conservam-se quatro relatos – os três dos sinópticos (Mt 26, 26-29; Mc 14, 22-25; Lc 22, 14-20) e o de São Paulo (1 Co 11, 23-26) – muito parecidos entre si. Tratam-se em todos os casos de narrações de apenas uns poucos versículos, nas quais se recordam os gestos e as palavras de Jesus que deram lugar ao Sacramento e que constituem o núcleo do novo rito: “Depois tomou um pão, deu graças, partiu-o e deu-lho, dizendo: «Isto é o Meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de Mim»“ (Lc 22, 19 e par.).

São palavras que expressam a radical novidade do que estava a suceder nessa ceia de Jesus com os seus Apóstolos, relativamente às ceias habituais. Jesus na sua Última Ceia não entregou pão aos que estavam com ele à volta da mesa, mas uma realidade distinta sob a aparência de pão: «Isto é o meu corpo». E transmitiu aos Apóstolos que estavam ali o poder necessário para fazer o que Ele fez naquela ocasião: «Fazei isto em minha memória».

No final da ceia sucedeu também algo de singular relevância: “Depois da ceia fez o mesmo com o cálice, dizendo: «Este cálice é a nova Aliança no Meu sangue, que é derramado por vós»“ (Lc 22, 20 e par.).

Os Apóstolos compreenderam que se antes tinham assistido à entrega do seu corpo sob as aparências do pão, agora lhes dava a beber o seu sangue num cálice. Deste modo, a tradição cristã percebeu na recordação da entrega por separado do seu corpo e do seu sangue um sinal eficaz do sacrifício que, poucas horas depois, haveria de consumir-se na cruz.

Além disso, durante todo esse tempo, Jesus ia falando com afecto deixando no coração dos Apóstolos as suas últimas palavras. No evangelho de São João conserva-se a recordação dessa longa e entranhável sobremesa. Nesses momentos se situa o mandamento novo, cujo cumprimento será o sinal distintivo do cristão: “Dou-vos um mandamento novo: Que vos ameis uns aos outros. Assim como Eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto conhecerão todos que sois Meus discípulos, se tiverdes amor uns aos outros” (Jo 13, 34-35).

*Bibliografía: Joachim Jeremias, La última cena: palabras de Jesús, Cristiandad, Madrid 2003; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 179-185).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## PORQUE É QUE CONDENARAM JESUS À MORTE?

A figura Jesus de Nazaré foi-se tornando muito controversa com o tempo, conforme ia sendo conhecida a sua pregação. As autoridades religiosas de Jerusalém mostravam-se inquietas devido à agitação que o mestre, chegado da Galileia para a Páscoa, tinha suscitado entre o povo. As elites imperiais também, uma vez que – numa altura em que periodicamente se renovavam os levantamentos contra a ocupação romana, encabeçados por líderes locais que apelavam ao carácter próprio dos judeus – as notícias que lhes chegavam, acerca deste mestre que falava em preparar-se para a chegada de um «reino de Deus», não eram nada tranquilizadoras. Uns e outros estavam, pois, prevenidos contra ele, ainda que por diversos motivos.

Jesus foi detido e o seu caso foi examinado perante o Sinédrio. Não se tratou de um processo formal, com os requerimentos que mais tarde se recolheram na *Misná* (*Sanhedrin* IV, 1) – e que exigem entre outras coisas que tenha lugar durante o dia – mas de um interrogatório em domicílios particulares para verificar as acusações recebidas ou as suspeitas que se tinham acerca dos seus ensinamentos. Concretamente sobre a sua atitude crítica dirigida ao templo; a auréola messiânica que rodeava a sua pessoa e que era provocada pelas suas palavras e atitudes e, sobretudo, acerca da pretensão que lhe era atribuída de possuir uma dignidade divina. Mais do que as questões doutrinárias em si mesmas, talvez o que realmente preocupasse as autoridades religiosas fosse a perturbação que poderiam provocar relativamente à situação presente. Poderia dar lugar a uma agitação popular que os romanos não tolerariam, e da qual poderia derivar uma situação política pior da que existia nesse momento.

Decidiram então levar essa causa a Pilatos, e o contencioso legal contra Jesus foi apresentado perante a autoridade romana. Diante de Pilatos manifestaram os temores de como aquele que falava de um «reino» poderia ser um perigo para Roma. O procurador tinha diante de si duas formas possíveis de enfrentar a situação. Uma delas, a *coercitio* («castigo, medida forçosa») que lhe outorgava a capacidade de aplicar as medidas oportunas para manter a ordem pública. Recorrendo a esta poderia infligir um castigo

exemplar ou inclusivamente condená-lo à morte para que servisse de exemplo. Ou por outro lado, podia estabelecer uma *cognitio* («conhecimento»), um processo formal no qual se formulava uma acusação, havia um interrogatório e se ditava uma sentença de acordo com a lei.

Pilatos parece ter sentido momentos de dúvida acerca do procedimento a seguir, embora tenha acabado por optar por um processo que seguia a fórmula mais habitual nas províncias romanas, a chamada *cognitio extra ordinem*, isto é, um processo em que o próprio pretor determinava o procedimento e ele mesmo ditava sentença. Assim se deduz de alguns detalhes aparentemente acidentais que ficaram reflectidos nos relatos: Pilatos recebe as acusações, interroga, senta-se no tribunal para ditar a sentença (Jo 19, 13; Mt 27, 19), e condena à morte na cruz por um delito formal. Foi justificado como «rei dos judeus» segundo se fez constar no *titulus crucis*.

A avaliação histórica relativa à condenação de Jesus à morte deve ser muito prudente, para não conduzir a generalizações precipitadas que levem a uma avaliação injusta. Concretamente, é importante fazer notar – ainda que seja óbvio – que os judeus não são responsáveis colectivamente pela morte de Jesus. “Partindo do princípio de que os nossos pecados atingem Cristo em pessoa (cf. Mt 25, 45; Act 9, 4-5), a Igreja não duvida em imputar aos cristãos a mais grave responsabilidade no suplício de Jesus, responsabilidade que eles muitas vezes imputaram unicamente aos judeus” (*Catecismo da Igreja Católica*, n. 598).

*Bibliografia: Simon Légasse, El proceso de Jesús. La historia, Desclée de Brouwer, Bilbao 1995; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 186-188).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## 37

### QUEM FOI CAIFÁS?

Caifás (*Joseph Caiaphas*) foi um sumo sacerdote contemporâneo de Jesus. É citado várias vezes no Novo Testamento (Mt 26,3; 26,57; Lc 3,2; 11,49; 18,13-14; Jo 18,24.28; Act 4,6). O historiador judeu Flávio Josefo disse que Caifás aceitou o sumo sacerdócio por volta do ano 18, nomeado por Valério Grato, e que foi deposto por Vitélio por volta do ano 36 (*Antiquitates Iudaicae*, 18.2.2 e 18.4.3). Estava casado com uma filha de Anás. Também segundo Flávio Josefo, Anás tinha sido o sumo sacerdote entre os anos 6 e 15 (*Antiquitates Iudaicae*, 18.2.1 e 18.2.2). De acordo com estas datas, e com o que assinalam também os evangelhos, Caifás era o sumo sacerdote quando Jesus foi condenado à morte na cruz.

A sua longa permanência no sumo sacerdócio é um indício muito significativo de que mantinha relações muito cordiais com a administração romana – também durante a administração de Pilatos. Nos escritos de Flávio Josefo são mencionados em várias ocasiões os insultos de Pilatos à identidade religiosa e nacional dos judeus, e as vozes de personagens concretos que se elevaram protestando contra ele. A ausência do nome de Caifás – que era o sumo sacerdote precisamente nesse momento – entre aqueles que se queixaram dos abusos de Pilatos, manifesta as boas relações que havia entre ambos. Essa mesma atitude de aproximação e colaboração com a autoridade romana é a que se reflecte também no que contam os evangelhos durante o processo de Jesus e a sua condenação à morte na cruz. Todos os relatos evangélicos coincidem em afirmar que após o interrogatório de Jesus, os príncipes dos sacerdotes concordaram em entregá-lo a Pilatos (Mt 27, 1-2; Mc 15, 1; Lc 23, 1 e Jo 18, 28).

Para ver como entenderam os primeiros cristãos a morte de Jesus, é significativo o que narra São João no seu evangelho, acerca das deliberações prévias à condenação: “um deles, chamado Caifás, que era o Sumo Sacerdote naquele ano, disse-lhes: «Vós não sabeis nada, nem considerais que vos convém que morra um homem pelo povo e que não pereça toda a nação!». Ora ele não disse isto por si mesmo [assinala o evangelista], mas, como era Sumo Sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus devia morrer pela nação, e não somente pela nação, mas também para unir num só corpo os filhos de Deus dispersos” (Jo 11, 49-52).

Em 1990 apareceram na necrópole de Talpiot em Jerusalém doze ossários, um dos quais com a inscrição «Joseph bar Kaiapha», com o mesmo nome que Flávio Josefo atribui a Caifás. Trata-se de ossários do século I, e os restos contidos nesse recipiente podiam muito bem ser os do personagem mencionado nos evangelhos.

*Bibliografia: Bruce Chilton, Caiaphas en The Anchor Bible Dictionary, vol. I, Doubleday, New York, 1992 (págs. 803-806), Zvi Greenhut, «The Caiaphas Tomb in Northern Talpiyot, Jerusalem»: Atiqot 21 (1992), 63-71.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## O QUE ERA O SINÉDRIO?

O Sinédrio era a Corte Suprema da lei judaica, com a missão de administrar a justiça interpretando e aplicando a Torá, quer oral quer escrita. Ao mesmo tempo, assumia a representação do povo judaico perante a autoridade romana.

De acordo com uma antiga tradição tinha setenta e um membros, herdeiros – segundo se supunha – das tarefas desempenhadas pelos setenta anciãos que ajudavam Moisés na administração da justiça, junto com o próprio Moisés. Desenvolveu-se, integrando representantes da nobreza sacerdotal e das famílias mais notáveis, possivelmente durante período persa, isto é, a partir do século V-IV a.C. É mencionado pela primeira vez, embora com o nome *gerousía* (conselho de anciãos), no tempo do rei Antíoco III da Síria (223-187 a.C.). Com o nome de *synedrion* está testemunhado desde o reinado de Hircano II (63-40 a.C.). Nesses momentos era presidido pelo monarca asmoneu, que também era sumo sacerdote.

Herodes, o Grande, no começo do seu reinado mandou executar grande parte dos seus membros – quarenta e cinco, segundo Flávio Josefo (*Antiquitates Iudaicae* 15, 6) – porque o conselho se tinha atrevido a recordar-lhe os limites em que devia levar a cabo seu poder. Substituiu-os por personagens submissos aos seus desejos. Durante o seu reinado, e depois, no tempo de Arquelau, o Sinédrio teve pouca importância.

Na época dos governadores romanos – também na de Pôncio Pilatos – o Sinédrio exerceu de novo as suas funções judiciais, em processos civis e penais, dentro do território da Judeia. Nesses momentos as suas relações com a administração romana eram fluidas, e o relativo âmbito de autonomia que gozava está em consonância com a política romana habitual nos territórios conquistados. Contudo, o mais provável é que nesses momentos a *potestas gladii*, isto é, a capacidade de decretar uma sentença de morte, estaria reservada ao governador romano (*praefectus*) que, como era habitual nesses momentos, teria recebido do imperador amplos poderes judiciais, e entre eles essa potestade. Portanto, o Sinédrio embora pudesse decidir nas causas que lhe eram próprias, não podia condenar ninguém à morte.

A reunião dos seus membros durante a noite para interrogar Jesus não foi mais do que uma investigação preliminar para delinear as acusações que mereciam a pena capital e apresentá-las contra Jesus, na manhã seguinte, no processo perante o perfeito romano.

*Bibliografia: J. Gnllka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); Antonio Rodríguez Carmona, La religión judía. Historia y teología, BAC, Madrid 2001.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## COMO FOI A MORTE DE JESUS?

Jesus morreu cravado numa cruz no dia 14 de Nisan, sexta-feira de 7 de Abril do ano 30. Assim se pode deduzir da análise crítica dos relatos evangélicos, comparados com as alusões à sua morte transmitidas no Talmude (cf. TB, *Sanhedrin VI, I*; fol. 43a).

A crucifixão era uma pena de morte que os romanos aplicavam a escravos e a criminosos. Tinha carácter ignominioso, pelo que não se podia aplicar aos cidadãos romanos, mas apenas a estrangeiros. Desde que a autoridade romana se impôs na terra de Israel há numerosos testemunhos de que esta pena se aplicava com relativa frequência. O procurador da Síria, Quintílio Varo, tinha crucificado, no ano 4 a.C., dois mil judeus como represália por uma sublevação.

No que se refere ao modo em que Jesus pode ter sido crucificado são de indubitável interesse as descobertas realizadas na necrópole de Givat ha- Mivtar, nos arredores de Jerusalém. Aí foi encontrada a sepultura de um homem que foi crucificado na primeira metade do século I d.C., por isso contemporâneo de Jesus.

A inscrição sepulcral permite conhecer o seu nome: João, filho de Haggol. Mediria 1,70 de altura e teria cerca vinte e cinco anos quando morreu. Não há dúvida de que se trata de um crucificado porque os coveiros não conseguiram desprender o cravo que sujeitava os seus pés – o que obrigou a sepultá-lo com o cravo, que por sua vez conservava parte da madeira. Isto permitiu saber que a cruz desse jovem era de madeira de oliveira. Parecia ter uma ligeira saliência de madeira entre as pernas que poderia servir para se apoiar um pouco, utilizando-a como assento, de modo que o réu pudesse recuperar um pouco as forças e prolongar a agonia – evitando com esse alívio uma morte imediata por asfixia, que se produziria se todo o peso pendesse dos braços sem nada em que apoiar-se. As pernas estariam ligeira-mente abertas e flectidas. Os restos encontrados na sua sepultura mostram que os ossos das mãos não estavam atravessados nem quebrados. Por isso, o mais provável é que os braços desse homem tivessem sido simplesmente atados com força ao travessão da cruz (no caso de Jesus, foram de facto pregados). Os pés, pelo contrário, tinham sido pregados. Um deles ainda mantinha preso um cravo grande e bastante longo. Pela posição

em que está poder-se-ia pensar que o mesmo cravo teria atravessado os dois pés do seguinte modo: as pernas estariam um pouco abertas e o madeiro ficaria entre ambas, a parte esquerda do tornozelo direito e a parte direita do esquerdo estariam apoiados nos lados do madeiro transversal, o longo cravo atravessaria primeiro um pé de tornozelo a tornozelo, depois o madeiro e depois o outro pé. O suplício era tal que Cícero classificava a crucifixão como “o maior suplício”, “o mais cruel e terrível suplício”, “o pior e o último dos suplícios, que se inflige aos escravos” (*In Verrem* II, lib. V, 60-61).

No entanto, para nos apercebermos realmente daquilo que implicou a morte de Jesus na cruz, não basta fixar-se nos detalhes dolorosos e trágicos que a história é capaz de ilustrar, porque a realidade mais profunda é a que confessa “que Cristo morreu pelos nossos pecados, conforme as Escrituras” (1 Co 15, 3). Na sua generosa entrega à morte na Cruz manifesta a grandeza do amor de Deus por cada ser humano: “Deus manifesta o Seu amor para conosco, porque, quando ainda éramos pecadores, então Cristo morreu por nós” (Rm 5, 8).

*Bibliografia: Simon Légasse, El proceso de Jesús. La historia, Desclée de Brouwer, Bilbao 1995 (págs. 137-143); Nicu HAAS, «Antropological Observations on the Skeletal Remains of Giv'at ha-Mivtar»: Israel Exploration Journal 20 (1970) 38-59; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 186-191).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## COMO SE EXPLICA A RESSURREIÇÃO DE JESUS?

A ressurreição de Cristo é um acontecimento real que teve manifestações historicamente comprovadas. Os Apóstolos deram testemunho do que tinham visto e ouvido. Pelo ano 57 São Paulo escreve aos Corín-ti-os: “Porque, antes de tudo, ensinei-vos o que eu mesmo recebi: Que Cristo morreu por nossos peca-dos, segundo as Escrituras, que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as mesmas Escri-turas; que foi visto por Cefas e depois pelos onze” (1 Co 15, 3-5).

Quando alguém actualmente se aproxima desses factos para buscar, do modo mais objectivo possível, a verdade sobre o que sucedeu, pode surgir uma pergunta: donde procede a afirmação de que Jesus ressuscitou? É uma manipulação da realidade que teve um eco extraordinário na história humana, ou é um facto real, que continua a ser tão surpreendente e inesperado como foi naquela altura para os seus aturridos discípulos?

Para essas questões só é possível encontrar uma solução razoável procurando estudar quais podiam ser as crenças daqueles homens sobre a vida depois da morte, para avaliar se a ideia de uma ressurreição como a que descreviam era uma ocorrência lógica para os seus esquemas mentais.

Para começar, no mundo grego há referências a uma vida após a morte, mas com características singulares. O Hades, motivo recorrente já desde os poemas homéricos, é o domicílio da morte, um mundo de sombras que é como uma vaga recordação da morada dos vivos. Mas Homero jamais imaginou que na realidade fosse possível um regresso do Hades. Platão, com uma perspectiva diferente tinha especulado acerca da reencarnação, mas não ima-ginou como algo real a possibilidade de revita-lização do próprio corpo, depois de morto. Isto significa que, embora se falasse por vezes na vida após a morte, nunca passava pela cabeça a ideia de *ressurreição*, isto é, que algum indivíduo pudesse regressar à vida corporal no mundo presente.

No judaísmo a situação é em parte diferente e em parte semelhante. O *sheol* de que falam o Antigo Testamento e outros textos judeus antigos não é muito diferente do Hades homérico, onde as pessoas estão como adormecidas. Mas, em contraste com a concepção

grega, há portas abertas à esperança. O Senhor é o único Deus, quer dos vivos quer dos mortos, com poder tanto no mundo de cima como no *sheol*. É possível um triunfo sobre a morte. Na tradição judaica, manifesta-se alguma crença numa ressurreição. E espera-se também a chegada do Messias, mas ambos os acontecimentos não aparecem ligados. Para qualquer judeu contemporâneo de Jesus trata-se, pelo menos à partida, de duas questões teológicas que dizem respeito a âmbitos muito diferentes. Espera-se que o Messias derrote os inimigos do Senhor, restabeleça em todo o seu esplendor e pureza o culto do templo, estabeleça o domínio do Senhor sobre o mundo, mas nunca se imagina que ressuscitará depois da sua morte: é algo que não passava habitualmente pela cabeça de um judeu piedoso e instruído.

Roubar o seu corpo e difundir a ideia de que tinha ressuscitado com esse corpo, como argumento para mostrar que era o Messias, é impensável. No dia de Pentecostes, segundo referem os Actos dos Apóstolos, Pedro afirma que “Deus O ressuscitou desfazendo as ligaduras da morte”, e por consequência conclui: “Saiba, pois, toda a casa de Israel com absoluta certeza que Deus constituiu Senhor e Cristo a este Jesus, a quem vós crucificastes” (Act 2, 36).

A explicação dessas afirmações é que os Apóstolos tinham contemplado algo que jamais tinham imaginado e viam-se no dever de dar testemunho, apesar da sua perplexidade e das troças que supunham, com razão, que iam suscitar.

*Bibliografia: N. Tom Wright, «Jesus' Resurrection and Christian Origins» em Gregorianum 83, 4 (2002), 615-635; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 202-204).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## PODERIAM TER ROUBADO O CORPO DE JESUS?

Àqueles que não se sentiam à vontade perante a afirmação de que Jesus tinha ressuscitado e que encontram o sepulcro onde tinha sido depositado vazio, o que primeiro que lhes ocorre pensar e dizer é que alguém tinha roubado o seu corpo (cf. Mt 28, 11-15).

A lousa encontrada em Nazaré com um rescrito imperial que recorda que é necessário respeitar a inviolabilidade dos sepulcros, testemunha que houve um grande reboiço em Jerusalém motivado pelo desaparecimento do cadáver de alguém procedente de Nazaré, por volta do ano 30.

Contudo, o próprio facto de encontrar o sepulcro vazio não impediria pensar que o corpo tivesse sido roubado. Mesmo tendo isso em conta, causou tal impacto nas santas mulheres e nos discípulos de Jesus que se aproximaram do sepulcro, que mesmo antes de terem visto Jesus novamente vivo, foi o primeiro passo para o reconhecimento de que havia ressuscitado.

No evangelho de São João há um relato preciso que narra como encontraram tudo. Relata que logo que Pedro e João ouviram o que Maria lhes contava, saíram, Pedro com o outro discípulo, e foram ao sepulcro: “Corriam ambos juntos, mas o outro discípulo corria mais do que Pedro e chegou primeiro ao sepulcro. Tendo-se inclinado, viu os lençóis no chão, mas não entrou. Chegou depois Simão Pedro, que o seguia, entrou no sepulcro e viu os lençóis espalmados, e o sudário que tinha sido posto na sua cabeça, não caído junto dos lençóis, mas aparte, ainda enrolado, no mesmo sítio de antes. Entrou também, então, o outro discípulo que tinha chegado primeiro ao sepulcro. Viu e acreditou” (Jo 20, 4-8).

As palavras que utiliza o evangelista, para descrever o que Pedro e ele viram no sepulcro vazio, expressam com vivo realismo a impressão que lhes causou o que puderam contemplar. Para começar, a surpresa de encontrar ali os lençóis que tinham envolvido o corpo de Jesus. Se alguém tivesse entrado para roubar o cadáver, ter-se-ia entretido em tirar os lençóis que envolviam o corpo, para levar só o corpo? Não parece lógico. Além disso, o sudário estava “ainda enrolado”, como tinha estado na sexta- feira à tarde quando foi colocado em volta da cabeça de Jesus. Os lençóis permaneciam como tinham sido colocados

envolvendo o corpo de Jesus, mas agora não envolviam nada e por isso estavam “espalma-dos”, ocos, como se o corpo de Jesus se tivesse evaporado e tivesse saído sem os desdobrar, passando através deles. E ainda há mais dados surpreendentes na descrição daquilo que viram. Quando se amortalhava um cadáver, primeiro enrolava-se o sudário à volta da cabeça, e depois, tanto o corpo e como a cabeça se envolviam nos lençóis. O relato de João especifica que no sepulcro o sudário permanecia “no mesmo sítio de antes”, isto é, conservando a mesma disposição que havia tido quando estava ali o corpo de Jesus.

A descrição do evangelho assinala com extraor-dinária precisão o que contemplaram atónitos os Apóstolos. Era humanamente inexplicável a ausência do corpo de Jesus. Era fisicamente impossível que alguém o tivesse roubado, já que para tirá-lo da mortalha, teria sido necessário desenrolar os lençóis e o sudário, que teriam ficado por ali soltos. Mas eles tinham diante dos seus olhos os lençóis e o sudário, tal como estavam quando tinham deixado ali o corpo do Mestre na tarde de sexta-feira. A única diferença é que o corpo de Jesus já não estava lá. O resto permanecia no seu lugar.

Até tal ponto foram significativos os restos que encontraram no sepulcro vazio, que lhes fizeram intuir de algum modo a ressurreição do Senhor, pois “viram e acreditaram”.

*Bibliografía: M. Balagué, «La prueba de la Resurrección (Jo 20,6-7)» em Estudios Bíblicos 25 (1966), 169-192; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005 (págs. 197-201).*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## QUEM FOI JOSÉ DE ARIMATEIA?

José de Arimateia aparece mencionado nos quatro evangelhos no contexto da paixão e morte de Jesus. Era oriundo de Arimateia (*Armathajim* em hebraico), uma aldeia de Judá, actual Rentis, a 10 km a nordeste de Lydda, provavelmente o lugar de nascimento de Samuel (1 Sm 1, 1). Homem rico (Mt 27, 57) e membro ilustre do sinédrio (Mc 15, 43; Lc 23, 50), tinha um sepulcro novo cavado na rocha, perto do Gólgota, em Jerusalém. Era discípulo de Jesus, mas, do mesmo modo que Nicodemos, mantinha-o oculto por temor das autoridades judaicas (Jo 19, 38). Dele diz Lucas que esperava o Reino de Deus e não tinha consentido na condenação de Jesus por parte do sinédrio (Lc 23, 51). Nos momentos cruéis da crucefixão não teme dar a cara e pede a Pilatos o corpo de Jesus (no *Evangelho de Pedro* 2, 1; 6, 23-24, um apócrifo do século II, José solicita-o antes da crucifixão). Concedida a licença pelo perfeito, desprega crucificado, envolve-o num lençol limpo e, com a ajuda de Nicodemos, deposita Jesus no sepulcro que lhe pertencia e que ainda ninguém tinha utilizado. Depois de o fechar com uma grande pedra vão-se embora (Mt 27, 57-60, Mc 15, 42-46, Lc 23, 50-53 e Jo 19, 38-42). Até aqui chegam os dados históricos.

A partir do século IV surgiram tradições lendárias de carácter fantástico nas quais se elogiava a figura de José. Num apócrifo do século V, as *Actas de Pilatos*, também chamado *Evangelho de Nicodemos*, conta-se que os judeus reprovam o comportamento de José e de Nicodemos a favor de Jesus e que, por este motivo, José é enviado para a prisão. Libertado milagrosamente aparece em Arimateia. Dali regressa a Jerusalém e conta como foi libertado por Jesus. Mais fabulosa ainda é a obra *Vindicta Salvatoris* (talvez do século IV), que teve uma grande difusão em Inglaterra e na Aquitânia. Neste livro conta-se a marcha de Tito, comandando as suas legiões, para vingar a morte de Jesus. Ao conquistar Jerusalém, encontra José numa torre, onde tinha sido preso para que morresse de fome. No entanto, foi alimentado por um manjar celestial.

Nos séculos XI-XIII, a lenda sobre José de Arimateia foi colorindo-se com novos detalhes nas Ilhas Britânicas e em França, incluindo-se nas histórias do santo Graal e do rei Artur. Segundo uma destas lendas, José lavou o corpo de Jesus e recolheu a água e o sangue num

recipiente. Depois, José e Nicodemos dividiram o seu conteúdo (ver a pergunta *Que é o santo Graal?*). Outras lendas dizem que José, levando este relicário, evangelizou a França (alguns relatos dizem que teria desembarcado em Marselha com Marta, Maria e Lázaro), Espanha (onde São Tiago o teria consagrado bispo), Portugal e Inglaterra. Nesta última região, a figura de José tornou-se muito popular. A lenda fá-lo fundador da primeira igreja em solo britânico, em Glastonbury Tor, onde enquanto dormia o seu báculo criou raízes e floresceu. Glastonbury Abbey converteu-se num importante centro de peregrinação até ao seu encerramento com a Reforma, em 1539. Em França, uma lenda do século IX refere que o patriarca Fortunato de Jerusalém, no tempo de Carlos Magno, fugiu para ocidente levando com ele os ossos de José de Arimateia, até chegar ao mosteiro de Moyenmoutier, onde chegou a ser abade.

Todas estas lendas, sem qualquer fundamento histórico, mostram a importância que se dava aos primeiros discípulos de Jesus. O desenvolvimento destes relatos pode estar ligado a polémicas circuns-tanciais de algumas regiões (como a Inglaterra ou a França) com Roma. O objectivo seria mostrar que determinadas regiões tinham sido evangelizadas por discípulos de Jesus e não por missionários enviados a partir de Roma. Em qualquer caso, nada têm a ver com a verdade histórica.

*Bibliografia: G. D. Gordini, "Giuseppe di Arimatea", em Biblioteca Sanctorum VI (Roma 1965) 1292-1295; J. Prado González, "José de Arimatea", em GER XIII, Rialp, Madrid 1971, 513-514; K. Muhlek, "Joseph von Arimathäa", em Biographisch-BibliographischenKirchenlexikons.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## EM QUE CONSISTE SUBSTANCIALMENTE A MENSAGEM CRISTÃ?

Consiste em anunciar Jesus Cristo. Ele é a boa notícia (evangelho) que proclamavam desde princípio os Apóstolos, como escreve S. Paulo: “Lembro-vos, irmãos, o Evangelho que vos preguei, o qual recebestes, no qual perseverais, pelo qual sereis também salvos (...). Porque, antes de tudo, ensinei-vos o que eu mesmo recebi: Que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, que foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as mesmas Escrituras; que foi visto por Cefas e depois pelos onze” (1 Cor 15, 1-5). Essa mensagem refere-se directamente à morte e ressurreição de Jesus por nossa salvação e inclui que Jesus é o Messias (Cristo) enviado por Deus tal como tinha sido prometido a Israel. O anúncio de Jesus Cristo abrange portanto a fé no Deus único, criador do mundo e do homem, e protagonista principal da história da salvação.

A mensagem cristã anuncia que, com Jesus Cristo, se realizou em plenitude a revelação de Deus ao homem: “quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a Lei, a fim de que remisse aqueles que estavam sob a Lei, para que recebêssemos a adopção de filhos” (Gl 4, 4-5). Jesus revela quem é Deus de uma maneira nova e mais profunda do que a que tinha sido revelada ao povo de Israel. Revela Deus como seu Pai de uma forma única, ao ponto de chegar a dizer: “O Pai e eu somos um” (Jo 10, 30). Apoiando-se nos ensinamentos dos Apóstolos a Igreja anuncia Jesus Cristo como Filho de Deus e verdadeiro Deus com a mesma natureza que o Pai.

Jesus actuou durante a sua vida na terra com o poder de Deus e do Espírito de Deus que estava n’Ele (Lc 4, 18-21). Além disso prometeu enviar o Espírito depois da sua ressurreição e glorificação junto do Pai (Jo 14, 16). Quando os Apóstolos receberam o Espírito Santo no dia de Pentecostes compreenderam que Jesus tinha cumprido a sua promessa desde o céu, e experimentaram a sua força transformadora. O Espírito Santo continua a vivificar a Igreja como sua alma. A mensagem cristã inclui portanto o Espírito Santo, verdadeiro Deus e terceira Pessoa da Santíssima Trindade.

A mensagem cristã anuncia também o que anunciava Jesus Cristo: o Reino de Deus (Mc 1, 15). Jesus encheu de conteúdo essa expressão simbólica indicando com ela a presença de

Deus na história humana e o seu sentido, e a união de Deus com o homem. Jesus anunciava o Reino de Deus como já iniciado pela Sua presença entre os homens e as Suas acções libertadoras do poder do demónio e do mal (Mt 12, 28).

É essa presença e essa acção de Jesus Cristo que continuam na Igreja pela força do Espírito Santo. A Igreja é, na história humana, como o gérmen e a semente desse Reino, que culminará gloriosamente com a segunda vinda de Cristo no final dos tempos. Entretanto o homem adquire nela, mediante o Baptis-mo, uma nova relação com Deus, a de filho de Deus unido a Jesus Cristo, que culminará também após a morte e a ressurreição final. Cristo continua a estar realmente presente na Igreja através da Eucaristia, e actuando também nos outros Sacramentos, sinais eficazes da sua graça. Mediante a acção dos cristãos, quando vivem a caridade, vai-se manifestando o amor de Deus a todos os homens. Tudo isso faz parte da mensagem cristã.

*Bibliografia: Catecismo da Igreja Católica.*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## QUEM FOI SÃO PAULO E COMO TRANSMITIU OS ENSINAMENTOS DE JESUS?

Paulo é o nome grego de Saulo, homem de raça hebraica e de religião judia, oriundo de Tarso da Cilícia – cidade situada a sudeste da actual Turquia – que viveu no século I depois de Cristo. Paulo foi, portanto, contemporâneo de Jesus de Nazaré, ainda que presumivelmente não chegassem a encontrar-se em vida.

Saulo de Tarso foi educado no farisaísmo, uma das facções do judaísmo do século I. Como ele mesmo narra num dos seus escritos – a Carta aos Gálatas – o seu zelo pelo judaísmo levou-o a perseguir o grupo nascente de cristãos (Gl 1, 13-14), os quais considerava contrários à pureza da religião judaica. Até que numa ocasião, a caminho de Damasco, o próprio Jesus se lhe revelou e o chamou para O seguir, como antes tinha feito com os apóstolos. Saulo respondeu a esta chamada, baptizando-se e dedicando a sua vida à difusão do Evangelho de Jesus Cristo (Act 26, 4-18).

A conversão de Paulo é um dos momentos chave da sua vida, porque é precisamente nesse momento que começa a entender como a Igreja é corpo de Cristo: perseguir um cristão é perseguir o próprio Jesus. Nessa mesma passagem, Jesus apresenta-se como “Ressuscitado” – situação que espera todos os homens depois da morte se seguirem o exemplo do próprio Jesus – e como “Senhor”, sublinhando o seu carácter divino, já que a palavra que se usa para denominar o “Senhor”, *Kyrie*, aplica-se ao próprio Deus na Bíblia grega. Podemos por isso dizer, que Paulo recebeu do próprio Jesus o evangelho que ia pregar, ainda que, depois, ajudado também pela graça e pela própria reflexão, tenha sabido extrair dessa primeira luz muitas das principais implicações do evangelho, tanto para uma maior compreensão do mistério divino, como para mostrar as suas consequências para a condição e o agir dos homens sem fé e com fé em Cristo.

Paulo, no momento da sua conversão, é apresentado com características de profeta a quem se atribui uma missão muito concreta. Como diz outro dos livros do Novo Testamento, os Actos dos Apóstolos, o Senhor disse a Ananias, que iria de baptizar Paulo: *“Vai, porque este é um instrumento escolhido por Mim para levar o Meu nome aos gentios, aos reis e aos filhos de Israel. Mostrar-lhe-ei quanto deve sofrer pelo Meu nome”* (Act 9, 15-

16). O Senhor disse também ao próprio Paulo: “*Eu sou Jesus, a quem tu persegues; mas levanta-te e põe-te em pé, porque Eu te apareci para te constituir servidor e testemunha das coisas que viste e daquelas pelas quais Eu te aparecerei ainda, livrando-te deste povo e dos gentios, aos quais agora te envio a abrir-lhes os olhos, a fim de que se convertam das trevas à luz, e do poder de Satanás a Deus, para que recebam o perdão dos pecados e a herança entre os santos, mediante a fé em Mim*”(Act 26, 15-18).

São Paulo levou a cabo a sua missão de anunciar o caminho da salvação realizando viagens apostólicas, fundando e fortalecendo comunidades cristãs nas diversas províncias do Império Romano por que passava: Galácia, Ásia, Macedónia, Acaia, etc. Os escritos do Novo Testamento apresentam-nos um Paulo escritor e pregador. Quando chegava a um lugar, Paulo acorria à sinagoga – lugar de reunião dos judeus – para pregar o evangelho. Depois, procurava também os pagãos, isto é, aos não judeus.

Depois de sair de alguns lugares, quer por ter deixado a pregação incompleta, quer para responder às perguntas que lhe enviavam dessas comunidades, Paulo começou a escrever cartas, que rapidamente seriam recebidas nas igrejas com uma particular reverência. Escreveu cartas a comunidades inteiras e a pessoas singulares. O Novo Testamento transmitiu-- nos 14 que têm a sua origem na pregação de Paulo: uma Carta aos Romanos, duas Cartas aos Coríntios, uma Carta aos Gálatas, uma Carta aos Efésios, uma Carta aos Filipenses, uma Carta aos Colossenses, duas Cartas aos Tessalonicenses, duas Cartas a Timóteo, uma Carta a Tito, uma Carta a Filémon e uma Carta aos Hebreus. Ainda que não sejam de fácil datação, podemos dizer que a maioria destas cartas foi escrita durante a década que vai do ano 50 a 60.

O núcleo da mensagem pregada por Paulo é a figura de Cristo do ponto de vista daquilo que realizou para a salvação dos homens. A Redenção realizada por Cristo, cuja acção está intimamente relacionada com a do Pai e a do Espírito, marca um ponto de inflexão na situação do homem e na sua relação com o próprio Deus. Antes da Redenção, o homem caminhava no pecado, cada vez mais afastado de Deus. Mas agora temos o Senhor, o *Kyrios*, que ressuscitou e venceu a morte e o pecado, e que constitui uma só coisa com os que crêem e recebem o baptismo. Neste sentido, pode dizer-se que a chave para entender a teologia paulina é o conceito de conversão (*meta-noia*), como passagem da ignorância à fé, da Lei de Moisés à lei de Cristo, do pecado à graça.

[Voltar ao índice](#)

## QUE DIZ O EVANGELHO DE FILIPE?

Trata-se de um escrito contido no Códice II da colecção de códices coptos de Nag Hammadi (NHC), que se conservam no Museu copto do Cairo. Nada tem a ver com o “Evangelho de Filipe”, citado por Santo Epifânio que dizia que era usado por alguns hereges do Egipto, ou com aquele que outros escritores eclesiásticos mencionam como pertencendo aos maniqueus.

O escrito de Nag Hammadi (NHC II 51, 29-86, 19) apresenta como título no final “Evangelho segundo Filipe”, se bem que, na realidade, nem é um evangelho – não é narração da vida de Jesus – nem o próprio texto se apresenta como sendo de Filipe. Esse título é um acrescento posterior à sua redacção original, feita provavelmente em grego por volta do século III, e que se fundamenta no facto de se atribuir a esse apóstolo o dito de que José, o Carpinteiro, teria feito a cruz a partir das árvores que ele mesmo tinha plantado (91).

A obra contém uma centena de pensamentos mais ou menos desenvolvidos, sem que tenham um fio condutor coerente entre eles. Em dezassete casos, são apresentados como palavras do Senhor, dos quais nove procedem dos evangelhos canónicos e os outros são novos. A maior parte das vezes trata-se de parágrafos extraídos de fontes anteriores de carácter homilético ou catequético. Reflectem uma doutrina gnóstica peculiar, se bem que em parte parecida com a de outros hereges gnósticos, como os valentinianos. Exemplos: a) a compreensão do mundo celeste (Pléroma) como se fosse formado por pares (o Pai e Sofia superior; Cristo e o Espírito Santo – entendido este último como sendo mulher – e o Salvador e Sofia inferior de quem procede o mundo material); b) a distinção entre vários Cristos, entre os quais está Jesus na sua aparição terrena; c) a concepção da salvação como a união, já neste mundo, da alma (elemento feminino do homem) com o anjo procedente de Pléroma (elemento masculino); d) a distinção entre homens espirituais (pneumáticos) que conseguem essa união, e os psíquicos e os hílicos (materiais) aos quais ela é inacessível.

Entre os pontos que mais atenção têm atraído sobre este evangelho estão aqueles que se referem a Jesus e Madalena. Esta é apresentada como a “companheira” de Cristo (36), e acrescenta-se que “o Senhor a beijou (na boca) repetidas vezes”, porque a amava mais que a

todos os discípulos (59). Estas expressões, que, à primeira vista, poderiam parecer eróticas, empregam-- se para simbolizar que Madalena tinha adquirido a perfeição própria do gnóstico e que tinha chegado à luz porque Cristo lho tinha concedido. Acontece algo semelhante quando se fala da “câmara nupcial” como sacramento – ou literalmente um mistério – que constitui o auge do Baptismo, da Unção, da Eucaristia e da Redenção. O matrimónio é empregado como símbolo da união entre a alma e o seu anjo nesse sacramento da “câmara nupcial”. No Evangelho de Filipe, tal sacramento representa a aquisição da unidade originária do homem neste mundo, mas que culminará no mundo celeste que, para o autor, é a própria e verdadeira “câmara nupcial”.

*Bibliografia: Raymond Kuntzmann - Jean-Daniel Dubois, Nag Hammadi. Evangelio de Tomás. Textos gnósticos de los orígenes del cristianismo, Verbo Divino, Estella 1998 (2ª ed.).*

Gonzalo Aranda

[Voltar ao índice](#)

## COMO SE EXPLICAM OS MILAGRES DE JESUS?

Entre as acusações mais antigas de judeus e pagãos contra Jesus encontra-se a de ser um mago. No século II, Orígenes refuta as imputações de magia que Celso faz do Mestre de Nazaré e às que aludem São Justino, Arnóbio e Lactâncio. Também algumas tradições judaicas que podem remontar ao século II contêm acusações de feitiçaria. Em todos estes casos, não se afirma que ele não tenha existido, ou que não tenha realizado prodígios, mas que os motivos que o levavam a fazê-los eram o interesse e a fama pessoais. Destas afirmações se conclui a existência histórica de Jesus e a sua fama de taumaturgo, tal como o mostram os evangelhos. Por isso, hoje em dia, entre os dados que se dão por demonstrados sobre a vida de Jesus, está o facto de ter realizado exorcismos e curas.

No entanto, em relação a outros personagens da época conhecidos por realizar prodígios, Jesus é único. Distingue-se pelo número muito maior de milagres que fez e pelo sentido que lhes deu, absolutamente diferente dos prodígios que realizaram alguns desses personagens (se é que realmente os fizeram). O *número* de milagres atribuídos a outros taumaturgos é muito reduzido, enquanto que nos evangelhos temos 19 relatos de milagres em Mt; 18 em Mc; 20 em Lc e 8 em Jo. Além disso há referências nos sinópticos e João a muitos outros milagres que Jesus fez (cf. Mc 1, 32-34 e par.; 3, 7- 12 e par.; 6, 53-56; Jo 20, 30). O *sentido* é também diferente ao de qualquer outro taumaturgo: Jesus faz milagres que implicavam nos beneficiados um reconhecimento da bondade de Deus e uma mudança de vida. A sua resistência a fazê-los mostra que não buscava a sua própria exaltação ou glória. Daí que tenham um significado próprio.

Os milagres de Jesus entendem-se no contexto do Reino de Deus: “Se eu expulso os demónios pelo Espírito de Deus, é porque o Reino de Deus chegou a vós” (Mt 12, 28). Jesus inaugura o Reino de Deus e os milagres são uma chamada a uma resposta de fé. Isto é fundamental e distintivo dos milagres que fez Jesus. Reino e milagres são inseparáveis.

Os milagres de Jesus não eram fruto de técnicas (como um médico) ou da actuação de demónios ou anjos (como um mago), mas resultado do poder sobrenatural do Espírito de Deus.

Portanto, Jesus fez milagres para confirmar que o Reino estava presente nele, anunciar a derrota definitiva de Satanás e aumentar a fé na sua Pessoa. Não podem explicar-se como prodígios assombrosos mas como actuações de próprio Deus com um significado mais profundo do que o facto prodigioso. Os milagres sobre a natureza são sinais de que o poder divino que actua em Jesus se estende para além do mundo humano e se manifesta como poder de domínio também sobre as forças da natureza. Os milagres de cura e os exorcismos são sinais de que Jesus manifestou o seu poder de salvar o homem do mal que ameaça a alma. Uns e outros são sinais de outras realidades espirituais: as curas do corpo – a libertação da escravidão da doença – significam a cura da alma da escravidão do pecado; o poder de expulsar os demónios indica a vitória de Cristo sobre o mal; a multiplicação dos pães alude ao dom da Eucaristia; a tempestade acalmada é um convite a confiar em Cristo nos momentos da contradição ou da dificuldade; a ressurreição de Lázaro anuncia que o próprio Cristo é a ressurreição, e é figura da ressurreição final; etc.

*Bibliografía: V. Balaguer (ed.), Comprender los evangelios, Eunsa, Pamplona 2005; R. Latourelle, Milagros de Jesús y teología del milagro, Sígueme, Salamanca 1990; Catecismo da Igreja Católica, nn. 541-550.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## JESUS QUIS REALMENTE FUNDAR UMA IGREJA?

A pregação de Jesus dirigia-se em primeiro lugar a Israel, como ele mesmo o disse aos que o seguiam: “Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15, 24). Desde o começo da sua actividade convidava a todos à conversão: “Comple-tou-se o tempo e aproxima-se o Reino de Deus; arrependei-vos e acreditai no Evangelho” (Mc 1, 15). Mas essa chamada à conversão pessoal não se percebe num contexto individualista, mas tem como objectivo reunir continuamente a humanidade disper-sa para constituir o Povo de Deus que tinha vindo salvar.

Um sinal evidente de que Jesus tinha a intenção de reunir o povo da Aliança, incluindo a humanidade inteira, para cumprir das promessas feitas ao seu povo, é a instituição dos doze apóstolos, à frente dos quais coloca Pedro: “Os nomes dos doze Apóstolos são estes: O primeiro é Simão, também chamado Pedro, depois André, seu irmão; Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão; Filipe e Bartolomeu; Tomé e Mateus, o publicano; Tiago, filho de Alfeu e Tadeu; Simão, o Cananeu, e Judas Iscariotes, que foi quem O entregou” (Mt 10, 2- 4; cf. Mc 3, 13-16; Lc 6, 12-16) (veja-se a pergunta *Quem foram os doze Apóstolos?*). O número *doze* faz referência às doze tribos de Israel e manifesta o significado desta iniciativa de congregar o povo santo de Deus, a *ekkesía Theou*: eles são os alicerces da nova Jerusalém (cf. Ap 21, 12-14).

Um novo sinal dessa intenção de Jesus foi ter-lhes confiado na Última Ceia o poder de celebrar a Eucaristia que instituiu naquele momento (veja-se a pergunta *O que aconteceu na Última Ceia?*). Deste modo, transmitiu a toda a Igreja, na pessoa daqueles Doze que estão à frente dela, a responsabilidade de ser sinal e instrumento da reunião começada por Ele e que devia dar-se nos últimos tempos. Com efeito, a sua entrega na Cruz, antecipada sacramentalmente nessa Ceia, e actualizada cada vez que a Igreja celebra a Eucaristia, cria uma comunidade unida na comunhão com Ele mesmo, chamada a ser sinal e instrumento da tarefa por Ele iniciada. A Igreja nasce, pois, da doação total de Cristo pela nossa salvação, antecipada na instituição da Eucaristia e consumada na Cruz.

Os doze Apóstolos são o sinal mais evidente da vontade de Jesus sobre a existência e a missão da sua Igreja, garantia de que entre Cristo e a Igreja não há contraposição: são inseparáveis, apesar dos pecados dos homens que compõem a Igreja.

Os Apóstolos eram conscientes, porque assim o tinham recebido de Jesus, de que a sua missão se haveria de perpetuar. Por isso se preocuparam em encontrar sucessores, para que a missão que lhes tinha sido confiada continuasse depois da sua morte – tal como testemunha o livro dos Actos dos Apóstolos. Deixaram uma comunidade estruturada através do ministério apostólico e guiada pelos pastores legítimos, que a edificam e a sustentam na comunhão com Cristo e com o Espírito Santo, na qual todos os homens estão chamados a experimentar a salvação oferecida pelo Pai.

Nas cartas de São Paulo consideram-se, portanto, os membros da Igreja como “concidadãos dos santos e membros da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, sendo pedra angular o próprio Cristo Jesus” (Ef 2, 19-20).

Não é possível encontrar Jesus quando se prescindir da realidade que Ele criou e na qual se comunica. Entre Jesus e a sua Igreja há uma continuidade profunda, inseparável e misteriosa, em virtude da qual Cristo se faz presente hoje no seu povo.

*Bibliografia: Bento XVI, Audiências gerais das quartas-feiras 15, 22 e 29 de Março de 2006.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## O QUE É O SANTO GRAAL? QUE RELAÇÕES TEM COM O SANTO CÁLICE?

A palavra “graal”, etimologicamente, vem do latim tardio “gradalis” ou “gratalis”, que deriva do latim clássico “crater”, vaso. Nos livros de cavalaria da Idade Média, entende-se que é o recipiente ou cálice em que Jesus consagrou o seu sangue, na Última Ceia, e que depois utilizou José de Arimateia para recolher o sangue e a água derramados ao lavar o corpo de Jesus. Anos depois, segundo esses livros, José levou-o consigo para as Ilhas Britânicas (ver a pergunta *Quem foi José de Arimateia?*) e fundou uma comunidade de guardas da relíquia, que mais tarde ficaria ligada aos Templários.

É provável que esta lenda tenha nascido no País de Gales, inspirando-se em fontes antigas latinizadas, como poderiam ser as Actas de Pilatos, uma obra apócrifa do século V. Com a saga celta de Perceval ou Parsifal – relacionada com as histórias do rei Artur e desenvolvida em obras como *Le Conte du Graal*, de Chrétien de Troyes, *Percival*, de Wolfram von Eschenbach, ou *Le Morte Darthur*, de Thomas Malory – a lenda é enriquecida e difunde-se. O Graal converte-se numa pedra preciosa que, guardada durante um tempo por anjos, foi confiada à guarda dos cavaleiros da Ordem do Santo Graal e do seu chefe, o rei do Graal. Todos os anos, na Sexta-feira Santa, desce uma pomba do céu e, depois de depositar uma hóstia sobre a pedra, renova o seu poder e a sua força misteriosa, que comunica uma perpétua juventude e pode saciar qualquer desejo de comer e beber. De vez em quando, umas inscrições na pedra revelam os nomes daqueles que estão chamados à bem-aventurança eterna na cidade do Graal, em Montsalvage.

Esta lenda, pela sua temática, está relacionada com o cálice que utilizou Jesus na última ceia e sobre o qual existem várias tradições antigas. Fundamentalmente, são três. A mais antiga é do século VII, e conta que um peregrino anglo-saxónico afirma ter visto e tocado o cálice que utilizou Jesus, na igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém. Era de prata e tinha duas asas à vista.

Uma segunda tradição diz que esse cálice é o que se conserva na catedral de São Lourenço de Génova. É chamado o *Sacro catino*. É de vidro verde, com a forma de um prato, e teria sido levado para Génova pelos cruzados, no século XII. Segundo uma terceira tradição, o

cálice da Última Ceia é aquele que se conserva na catedral de Valência (Espanha) e se venera como o Santo Cálice. Trata-se de um cálice de calcedónia, de cor muito escura, que teria sido levado para Roma por São Pedro e utilizado ali pelos seus sucessores até que, no século III, devido às perseguições foi entregue à guarda de São Lourenço, que o levou para Huesca. Depois de ter estado em diversos lugares de Aragão teria sido levado para Valência, no século XV.

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## QUEM FOI PÔNCIO PILATOS?

Pôncio Pilatos desempenhou o cargo de Prefeito da província romana de Judeia, desde o ano 26 d.C. até 36 ou começos de 37 d.C. A sua jurisdição estendia-- se também à Samaria e à Idumeia. Não temos dados certos sobre sua vida antes destas datas. O título do ofício que desempenhou, foi o de *praefectus*, tal como corresponde aos que desempenharam esse cargo antes do Imperador Cláudio, e é confirmado por uma inscrição encontrada na Cesareia. O título de *procurator*, que empregam alguns autores antigos para se referirem ao seu ofício, é um anacronismo. Os evangelhos referem-se a ele pelo título genérico de “governador”. Como prefeito, correspondia-lhe manter a ordem na província e administrá-la judicial e economicamente. Portanto, devia estar à frente do sistema judicial (e assim consta que fez no processo de Jesus) e recolher tributos e impostos para suprir as necessidades da província e de Roma. Desta última actividade não há provas directas, se bem que o incidente do aqueduto narrado por Flávio Josefo (ver mais abaixo) seja seguramente uma consequência dela. Por outro lado, foram encontradas moedas cunhadas em Jerusalém nos anos 29, 30 e 31, que, sem dúvida, foram mandadas fazer por Pilatos. Mas, acima de tudo, passou à história por ter sido quem ordenou a execução de Jesus de Nazaré. Ironica-mente o seu nome passou, desta maneira, a integrar o símbolo da fé cristã: “padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado”.

As suas relações com os judeus, como nos informam Filão e Flávio Josefo, não foram propriamente pacíficas. Na opinião de Josefo, os anos de Pilatos foram muito turbulentos na Palestina, e Filão diz que o governador se caracterizava pela “sua venalidade, a sua violência, os seus roubos, os assaltos, a conduta abusiva, as frequentes execuções de prisioneiros que não tinham sido julgados, e a ferocidade sem limite” (*Gayo* 302). Embora nestas apreciações influa seguramente a intencionalidade e a compreensão própria destes dois autores, a crueldade de Pilatos, como sugere Lc 13, 1 – onde se menciona o incidente de certos galileus, cujo sangue o governador misturara com o dos sacrifícios deles – parece fora de dúvida. Josefo e Filão dizem também que Pilatos introduziu em Jerusalém umas insígnias em honra de Tibério, que originaram uma grande agitação até que foram levadas

para Cesareia. Josefo relata, noutra momento, que Pilatos utilizou fundos sagrados para construir um aqueduto. A decisão originou uma revolta, que foi esmagada de forma sangrenta. Alguns pensam que este acontecimento é aquele a que se refere Lc 13, 1. Um último episódio, relatado por Josefo, é a violenta repressão de samaritanos no monte Garizim, no ano 35. Como resultado disso, os samaritanos enviaram uma delegação ao governador da Síria, L. Vitélio, que suspendeu Pilatos do seu cargo. Este foi chamado a Roma para dar explicações, mas chegou já depois da morte de Tibério. Segundo uma tradição recolhida por Eusébio, caiu em desgraça, sob o império de Calígula, e acabou por se suicidar.

Nos séculos posteriores surgiram todo o tipo de lendas sobre a sua pessoa. Umas, atribuíram-lhe um fim terrível, no Tibre ou em Vienne (França), enquanto outras (sobretudo as *Actas de Pilatos*, que na Idade Média formavam parte do *Evangelho de Nicodemos*) o apresentavam como convertido ao cristianismo juntamente com a sua mulher Prócula, que é venerada como santa, na Igreja Ortodoxa, pela sua defesa de Jesus (Mt 27, 19). Inclusivamente, o próprio Pilatos conta-se entre os santos da igreja etíope e copta. Mas, acima destas tradições, que na sua origem reflectem uma intenção de mitigar a culpa do governador romano, nos tempos em que o cristianismo tinha dificuldades para abrir caminho no Império, a figura de Pilatos que conhecemos pelos evangelhos é a de um personagem indolente, que não quer enfrentar a verdade e prefere contentar a multidão.

A sua inclusão no Credo é, contudo, de grande importância, porque nos recorda que a fé cristã é uma religião histórica e não um programa ético ou uma filosofia. A redenção teve lugar num lugar concreto do mundo, a Palestina, num tempo concreto da história, isto é, quando Pilatos era prefeito da Judeia.

*Bibliografia: D. R. Schwartz, "Pontius Pilate", en Anchor Bible Dictionary, vol. 5 (ed. D.N. Freedman), Doubleday, New York 1992, 395-401.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## QUE OPINIÕES POLÍTICAS TINHA JESUS?

Os seus acusadores usaram como pretexto a pregação que Jesus realizara acerca do Reino de Deus, um reino de justiça, amor e paz, para O apresentar como adversário político, que poderia acabar por levantar problemas a Roma. Mas Jesus não participou directamente na política nem tomou partido por nenhum dos bandos ou tendências nos quais se perfilavam as opiniões e a acção política das pessoas que então viviam na Galileia ou Judeia.

Isto não quer dizer que Jesus se desentendesse das questões relevantes na vida social do seu tempo. De facto a sua atenção pelos doentes, pobres e necessitados não passaram inadvertidos. Pregou a justiça e, cima de tudo, o amor ao próximo sem distinções.

Quando entrou em Jerusalém para participar na festa da Páscoa, a multidão aclamava-o como Messias gritando à sua passagem: “Hossana ao Filho de David! Bendito O que vem em nome do Senhor! Hossana no mais alto dos Céus!” (Mt 21, 9). No entanto Jesus não respondia às expectativas políticas que o povo colocava no Messias: não era um líder guerreiro que viesse mudar pelas armas a situação em que se encontravam, nem tão pouco foi um revo-lucionário que incitasse uma revolta contra o poder romano.

O messianismo de Jesus só se entende à luz das passagens do Servo Sofredor, de quem Isaías tinha profetizado (Is 52, 13-53, 12) que se entrega à morte para a redenção de muitos. Assim o entenderam claramente os primeiros cristãos ao reflectir, movidos pelo Espírito Santo, sobre o sucedido: “Cristo também sofreu por vós deixando-vos o exemplo, para que sigais as Suas pisadas. *Ele que não cometeu pecado, «e em cuja boca não se encontrou a menti-ra»*; quando O injuriavam, não injuriava, sofrendo, não ameaçava, mas entregava-Se ao justo Juiz; foi Ele mesmo que *levou os nossos pecados* em Seu corpo, sobre o madeiro, a fim de que, mortos para o pecado, vivamos para a justiça: «por Suas chagas fostes curados». Porque vós éreis *como ovelhas desgarradas*, mas agora vos convertestes ao Pastor e Guarda das vossas almas” (1 Pe 2, 21-25).

Nalgumas biografias recentes de Jesus faz-se notar, ao considerar a sua atitude perante a política do momento, a variedade existente entre os homens que escolhe para serem Apóstolos. É costume citar Simão, chamado Zelote (cf. Lc 6, 15), que – como indicaria o seu

próprio apelido – seria um nacio-nalista radical, empenhado na luta pela independência do povo frente aos romanos. Alguns especialistas nas línguas da zona também apontam Judas Iscariotes, cujo apelido, *iskariot*, parece ser uma transcrição grega popular da palavra latina *sicarius*, o que o identificaria como simpatizante do grupo mais extre-mista e violento do nacionalismo judaico. No entanto, Mateus exercia o ofício de cobrador de impostos para a autoridade romana, «publicano», ou colaboraci-onis-ta com o regime político estabelecido por Roma, o que naquela altura se considerava equivalente. Outros nomes, como Filipe, denotariam a sua procedência do mundo helenístico que estava muito estabelecido na Galileia.

Estes dados podem ter alguns detalhes discutíveis ou associar alguns desses homens a posições políticas que só ganharam força décadas depois, mas em qualquer caso são bem ilustrativas do facto de no grupo dos Doze existirem pessoas muito variadas, cada um com as suas próprias opiniões e posicio-namentos, que tinham sido chamados a uma tarefa – própria de Jesus – que transcendia a filiação política e a condição social de cada um deles.

*Bibliografia: José María Casciaro, Jesucristo y la sociedad política (Palabra, Madrid, 1973) 56-59; J. Gnilka, Jesús von Nazareth. Botschaft und Geschichte, Herder, Freiburg 1990 (ed. esp. Jesús de Nazaret, Herder, Barcelona 1993); A. Puig, Jesús. Una biografía, Destino, Barcelona 2005; F. Varo, Rabí Jesús de Nazaret, BAC, Madrid 2005.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## QUEM FOI CONSTANTINO?

Filho de um oficial grego, Constâncio Cloro, que no ano 305 foi nomeado Augusto ao mesmo tempo que Galério, e de uma mulher que viria a ser Santa Helena. Ao morrer Constâncio Cloro no ano 306, Constantino é aclamado imperador pelas tropas locais, no meio de uma difícil situação política, agravada pelas tensões com o antigo imperador, Maximiano, e seu filho Maxêncio. Constantino derrotou primeiro a Maximiano em 310 e depois a Maxêncio na batalha de Ponte Mílvius, em 28 de Outubro de 312. Uma tradição diz que Constantino antes dessa batalha teve uma visão. Olhando para o sol, ao qual como pagão prestava culto, viu uma cruz e ordenou que os seus soldados pusessem nos escudos o monograma de Cristo (as duas primeiras letras do nome grego sobrepostas). Embora tenha continuado a praticar ritos pagãos, desde essa vitória mostrou-se favorável aos cristãos. Junto com Licínio, imperador do oriente, promulgou o chamado “édito de Milão” (ver pergunta seguinte) favorecendo a liberdade de culto. Mais tarde os dois imperadores enfrentaram-se, e no ano 324 Constantino derrotou Licínio e passou a ser o único Augusto do império.

Constantino levou a cabo numerosas reformas de tipo administrativo, militar e económico, mas onde mais se destacou foi nas disposições político-religiosas, e em primeiro lugar as que encaminhavam à cristianização do império. Promoveu estruturas adequadas para conservar a unidade da Igreja, como modo de preservar a unidade do estado e legitimar a sua configuração monárquica, sem excluir outras motivações religiosas de tipo pessoal. Junto a disposições administrativas eclesiásticas, tomou medidas contra heresias e cismas. Para defender a unidade da Igreja lutou contra o cisma causado pelos donatistas no norte de África e convocou o Concílio de Niceia (ver pergunta *O que sucedeu no Concílio de Niceia?*) para resolver a controvérsia trinitária originada por Ário. No ano 330 transferiu a capital do império de Roma para Bizâncio, que chamou Constantinopla, o que implicou uma ruptura com a tradição, apesar de lhe querer dar um carácter de capital cristã. Como então acontecia com frequência, só foi baptizado pouco antes de morrer. Quem o baptizou foi Eusébio de Nicomédia, bispo de tendência arriana.

Juntamente com as deficiências do seu mandato – entre as que se encontram as generalizados no tempo em que viveu como por exemplo o seu carácter caprichoso e violento – não se lhe pode negar a concessão da liberdade à Igreja e o favorecimento da sua unidade. Não é, no entanto, correcto do ponto de vista histórico que para o conseguir Constantino tivesse determinado entre outras coisas o número de livros que devia ter a Bíblia. Neste longo processo, que não acabou senão mais tarde, os quatro evangelhos eram desde há muito tempo os únicos que a Igreja reconhecia como verdadeiros. Os outros “evangelhos” não foram suprimidos por Constantino, uma vez que tinham sido proscritos como heréticos dezenas de anos atrás.

*Bibliografía: J. de la Torre Fernández e A. García y García, “Constantino I, el Grande”, em GER VI, Rialp, Madrid 1979, 309-312; M. FORLIN PATRUCCO, “Constantino I”, en Diccionario Patrístico y de la Antigüedad Cristiana (ed. A. DI Berardino), Sígueme, Salamanca 1991, 475-477; A. Alföldi, Costantino tra paganesimo e cristianesimo, Laterza, Bari 1976.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## O QUE FOI O ÉDITO DE MILÃO?

O imperador Diocleciano – juntamente com Galério – desencadeou no ano 303 aquilo a que se denomina habitualmente como “grande perseguição”, numa tentativa de restaurar a unidade estatal ameaçada, no seu entender, pelo incessante crescimento do cristianismo. Entre outras coisas, ordenou a demolição das igrejas dos cristãos; queimar as cópias da Bíblia; entregar à morte as autoridades eclesiásticas; privar todos os cristãos dos cargos públicos e dos direitos civis; fazer sacrifícios aos deuses, sob pena de morte no caso de não o cumprirem, etc. Perante a ineficácia que tiveram estas medidas para acabar com o cristianismo, Galério – por motivos de clemência e de oportunidade política – promulgou, a 30 de Abril de 311, o decreto de indulgência, pelo qual que cessavam as perseguições anticristãs. Reconhece-se aos cristãos existência legal e liberdade para ter reuniões e construir templos.

Entretanto, Constantino tinha sido eleito imperador no ocidente. Depois de ter derrotado Maxêncio no ano 312, reuniu-se em Milão com o imperador do oriente, Licínio, no mês de Fevereiro do ano seguinte. Entre outras coisas, trataram dos cristãos e acordaram publicar novas disposições em seu favor. O resultado deste encontro é conhecido como “Édito de Milão”, se bem que, provavelmente, não tenha existido um édito promulgado em Milão pelos dois imperadores. O que lá foi decidido conhecêmo-lo pelo édito publicado por Licínio para a parte oriental do Império. O texto chegou até nós através de uma carta escrita em 313 aos governadores provinciais, que Eusébio de Cesareia (*História eclesiástica* 10, 5) e Lactâncio (*De mortibus persecutorum* 48) transcrevem. Na primeira parte, estabelece-se o princípio da liberdade de religião para todos os cidadãos e, como consequência, reconhece-se explicitamente aos cristãos o direito a gozar dessa liberdade. O édito permitia praticar a própria religião, não só aos cristãos, mas a todos, qualquer que fosse o seu culto. Na segunda, decreta-se a restituição aos cristãos dos seus antigos lugares de reunião e de culto, bem como outras propriedades que tinham sido confiscadas pelas autoridades romanas e vendidas a particulares, na última perseguição.

Longe de atribuir ao cristianismo um lugar proeminente, o édito parece antes pretender obter a benevolência da divindade em todas as formas em que se apresentasse, de acordo com o sincretismo que então praticava Constantino, o qual, apesar de favorecer a Igreja, continuou por algum tempo a prestar culto ao Sol Invicto. Em qualquer caso, o paganismo deixou de ser a religião oficial do Império, e o édito permitiu que os cristãos gozassem dos mesmos direitos que os outros cidadãos. Desde esse momento, a Igreja passou a ser uma religião lícita e a receber reconhecimento jurídico por parte do Império, o que permitiu um rápido florescimento.

*Bibliografia: R. Jiménez Pedrajas, "Milán, Edicto de", em GER XV, Rialp, Madrid 1979, 816-817; M. Forlin Patrucco, "Edicto de Milán", em Diccionario Patristico y de la Antigüedad Cristiana (ed. A. di Berardino), Sígueme, Salamanca 1991, 664; A. Fraschetti, La conversione. Da Roma pagana a Roma cristiana, Laterza, Bari 1999.*

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## O QUE SUCEDEU NO CONCÍLIO DE NICEIA?

Teve lugar quando a Igreja pôde desfrutar de uma paz estável e dispunha de liberdade para se reunir aberta-mente. Desenrolou-se de 20 de Maio a 25 de Julho, do ano 325. Nele participaram alguns bispos que tinham nos seus corpos os sinais dos castigos que tinham sofrido por se terem mantido fiéis nas perse-guições passadas, e que eram ainda muito recentes. O Imperador Constantino, que por essas datas ainda não se tinha baptizado, facilitou a participação dos bispos, pondo à sua disposição as diligências imperiais – para que fizessem a viagem – e oferecendo-lhes hospita-li-dade em Niceia da Bitínia, próximo da sua residência de Nicomédia. De facto, considerou muito oportuna essa reunião, uma vez que – depois de ter obtido com a sua vitória contra Licínio, no ano 324, a reuni-ficação do Império – desejava também ver unida a Igreja, que nesses momentos andava agitada pela pregação de Árrio, um sacerdote que negava a verdadeira divindade de Jesus Cristo. Desde o ano 318 Árrio tinha-se oposto ao seu bispo Alexandre de Alexandria, e foi excomungado num sínodo de todos os bispos do Egipto. Árrio fugiu para Nico-média, para junto do seu amigo o bispo Eusébio.

Entre os Padres Conciliares contavam-se as figuras eclesiásticas mais relevantes do momento. Estava Ósio, bispo de Córdova que, segundo parece, presidiu às sessões. Assistiu também Alexandre de Alexan-dria, ajudado pelo então diácono Atanásio, Marcelo de Ancira, Macário de Jerusalém, Leôncio de Cesareia da Capadocia, Eustácio de Antioquia, e alguns presbíteros em representação do bispo de Roma, que não pôde assistir, devido à sua avançada idade. Também não faltaram os amigos de Árrio, como Eusébio de Cesareia, Eusébio de Nicomédia e alguns outros. No total, participaram uns trezentos bispos. Os partidários de Árrio, que contavam também com as simpatias do Imperador Constantino, pensavam que, desde que expusessem os seus pontos de vista, a assembleia lhes daria razão. Todavia, quando Eusébio de Nicomédia tomou a palavra para dizer que Jesus Cristo não era mais que uma criatura – se bem que muito excelsa e eminente – e que não era de natureza divina, a imensa maioria dos assistentes compreendeu imediatamente que essa doutrina atraíçava a fé recebida dos Apóstolos. Para evitar tão graves confusões, os Padres

Conciliares decidiram redigir, tendo como base do credo baptis-mal da igreja de Cesareia, um símbolo de fé que reflectisse, de modo sintético e claro, a confissão genuína da fé recebida e admitida pelos cristãos desde as origens. Nele se diz que Jesus Cristo é “da substância do Pai, Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, *homoousios tou Patrou* (consubstancial ao Pai)”. Todos os Padres Conciliares, excepto dois bispos, ratificaram esse Credo – o Símbolo Niceno – a 19 de Junho do ano 325.

Além dessa questão fundamental, em Niceia fixou-se a celebração da Páscoa no primeiro Domingo depois do primeiro plenilúnio da Primavera, seguindo a prática habitual na igreja de Roma e em muitas outras. Também se trataram algumas questões disciplinares de menor importância, relativas ao funcionamento interno da Igreja. No que respeita ao tema mais importante – a crise arriana – Eusébio de Nicomédia conseguiu, pouco tempo depois, voltar à sua sede contando com a ajuda de Constantino, tendo o próprio Imperador ordenado depois ao bispo de Constantinopla que admitisse Ário à comunhão. Entretanto, depois da morte de Alexandre, Atanásio aceitou o episcopado em Alexandria. Foi uma das maiores figuras da Igreja em todo o século IV, que defendeu, com grande altura intelectual, a fé de Niceia, mas que – precisamente por isso – foi enviado para o exílio pelo Imperador. O historiador Eusébio de Cesareia – também próximo das teses arrianas – exagera, nos seus escritos, a influência de Constantino no Concílio de Niceia. Se só se dispusesse dessa fonte, poderia pensar-se que o Imperador, além de pronunciar umas palavras de saudação no início das sessões, assumiu o protagonismo na reconciliação dos adversários e na restauração da concórdia, impondo-se também nas questões doutrinárias, acima dos bispos que participavam no Concílio. Trata-se de uma versão deformada da realidade. Atendendo a todas as fontes disponíveis, pode dizer-se certamente, que Constantino tornou possível a celebração do Concílio de Niceia, e teve influência na sua celebração prestando todo o seu apoio. Contudo, o estudo dos documentos mostra que o Imperador não influenciou a formulação da fé que se consubstanciou no Credo porque não tinha capacidade teológica para dominar as questões que ali se debatiam, mas também, e sobretudo, porque as fórmulas aprovadas não coincidem com as suas inclinações pessoais, que se identificam melhor com a corrente arriana, isto é, considerar que Jesus Cristo não era Deus, mas sim uma criatura excelsa.

*Bibliografía: Alois Grillmeier, Cristo en la tradición cristiana: desde el tiempo apostólico hasta el concilio de Calcedonia (451), Sígueme, Salamanca 1997; Javier Paredes (ed.) e outros, Diccionario de los Papas y concilios, Ariel, Barcelona 1998.*

Francisco Varo

[Voltar ao índice](#)

## O QUE DIZ O EVANGELHO DE JUDAS?

Dele Santo Ireneu, no seu tratado *Contra as heresias*, (1, 31, 1) escreve: “Outros declaram que Caim obteve o seu ser do Poder do alto e reconhecem que Esaú, Coré, os Sodomitas e esse tipo de pessoas estão relacionadas entre si. Por isso – acrescentam eles – foram assediados pelo Criador, embora nenhum tenha sofrido dano. Dizem que a Sabedoria tinha o costume de levar consigo o que lhe pertencia, partindo deles e retornando a ela mesma. Também dizem que Judas o traidor estava muito familiarizado com estas coisas e que apenas ele, sabendo a verdade como nenhum outro, levou a cabo o mistério da traição. Dizem que por sua culpa todas as coisas terrenas e celestiais foram dissolvidas. Foram estes que escreveram uma história fictícia a esse respeito e que denominam Evangelho de Judas”. A ele aludem também Santo Epifânio e Teodoreto de Ciro.

Dado que Ireneu escreveu a sua obra em 180, o *Evangelho de Judas* teve de ser escrito antes desta data, provavelmente em grego, entre 130 e 170. Da seita dos Caimitas não conhecemos mais do que aquilo que nos diz o texto de Ireneu. Não se sabe se era um grupo independente ou parte de uma seita gnóstica mais ampla.

Muito recentemente deu-se a conhecer a existência de um códice do século IV encontrado no Egito, que contém um texto em copto do *Evangelho de Judas*. O códice contém também outros três escritos gnósticos. Com este novo achado podemos saber que o *Evangelho de Judas* recolhe uma suposta revelação de Jesus a Judas Iscariotes “três dias antes de ter celebrado a Páscoa”. Tal como no caso do *Evangelho de María* (ver a pergunta correspondente), trata-se de uma obra carente de qualquer conteúdo histórico, que utiliza o nome de Judas para transmitir ensinamentos ocultos, aos iniciados na seita. Depois de mencionar que Jesus fazia o seu ministério terreno fazendo milagres e mostrando-se às vezes diante dos seus discípulos sob a forma de um menino, conta um diálogo entre Jesus e os discípulos. Jesus ri-se do que estão a fazer (dar graças sobre o pão) e eles não gostam. Judas é o único que reage bem perante aquilo que Jesus pede, pelo que Jesus lhe diz: “Eu sei quem és e donde vens. Tu vens do reino imortal de Barbelo e eu não sou digno de pronunciar o nome de quem te enviou” (Barbelo é a primeira emanção de Deus nas

cosmogonias gnósticas de tipo setiano). Seguem-se outros encontros e diálogos dos discípulos e de Judas com Jesus nos quais se tratam complicadas questões cósmicas. Quase no final conta-se como Jesus diz a Judas: “Tu excederás a todos, porque tu sacrificarás o homem de que estou revestido”. O escrito acaba por dizer que Judas recebeu dinheiro dos escribas e lhes entregou Jesus.

Este novo texto tem valor para o nosso conhecimento do gnosticismo do século II, mas do ponto de vista histórico não contribui nada – nem sobre Jesus, nem sobre os seus discípulos – que não saibamos pelos evangelhos. Contudo, este manus-crito – tal como os outros que foram desco-bertos no século passado – confirma a veracidade das informa-ções que Ireneu, Epifânio e outros escritores antigos nos transmitiram sobre os grupos gnósticos.

Juan Chapa

[Voltar ao índice](#)

## SOBRE

Este livro foi preparado pelo [Gabinete de Informação do Opus Dei](#).

2015

Consulte a [lista completa de ebooks gratuitos](#)